



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

ANA PAULA BARBOSA

**A INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NA CIÊNCIA:
ESCREVIVÊNCIAS ENFRENTANDO O RACISMO E O
SEXISMO INSTITUCIONAIS/ESTRUTURAIS NO BRASIL**

Londrina
2026

ANA PAULA BARBOSA

**A INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NA CIÊNCIA:
ESCREVIVÊNCIAS ENFRENTANDO O RACISMO E O
SEXISMO INSTITUCIONAIS/ESTRUTURAIS NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGSOC), do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Ângela Maria de Sousa Lima

Londrina
2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

B238a Barbosa, Ana Paula.
A inserção da mulher negra na ciência : escrevivências enfrentando o racismo e sexismo institucionais / Ana Paula Barbosa. - Londrina, 2026.
132 f. : il.

Orientador: Ângela Maria de Sousa Lima.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2026.
Inclui bibliografia.

1. racismo; sexismo; escrevivência; mulheres negras - Tese. I. Lima, Ângela Maria de Sousa . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU 316

ANA PAULA BARBOSA

**A INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NA CIÊNCIA:
ESCREVIVÊNCIAS ENFRENTANDO O RACISMO E O SEXISMO
INSTITUCIONAIS/ESTRUTURAIS NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGSOC), do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Ângela Maria de Sousa Lima
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Marta Regina Furlan
Universidade Estadual de Londrina – PPEDU/UEL

Profa. Dra. Zuleika de Paula Bueno
Universidade Estadual de Maringá – PGC/UEM

Suplente: Profa. Dra. Angélica Lyra de Araújo
Universidade Estadual de Londrina – PROFSOCIO/UEL

Londrina, ____ de ____ de ____.

Dedico ao meu amado e querido pai, o Sr. Manoel Barbosa (*in memoriam*).

Dedico também ao meu querido irmão, que faleceu recentemente Sr. José Aparecido Barbosa (*in memoriam*).

À Lélia Gonzalez: pela garra e coragem com que lutou contra os cânones epistêmicos brancos, racistas e sexistas que tentaram apagar a nossa luta de resistência; e aos saberes produzidos ao longo da história de colonização do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pela força, garra e coragem que ELE me deu, diante das duras percas da vida e por tudo que passei para chegar até aqui. Sigo esperançosa, com alegria e muito amor no coração.

Agradeço ao meu pai Manoel Barbosa, que sempre foi e será minha fonte de inspiração e a chama acesa dentro do meu coração. Ele sempre me apoiou durante a minha caminhada e me fazia acreditar que todos os nossos sonhos e objetivos são possíveis.

Agradeço ao meu querido irmão José. Enquanto em vida, me apoiava e dizia que eu iria conseguir escrever essa dissertação e que meu objetivo seria alcançado. Dedico cada parágrafo e linha escrita dessa dissertação a ele. Zé, muito obrigada pelo amor, carinho e todo apoio que recebi de você. Trago você dentro da minha memória e do meu coração.

Agradeço a CAPES, por me conceder a bolsa por 24 meses, com a qual consegui me dedicar a esta dissertação. Agradeço a minha orientadora a querida Professora Dr^a Ângela Maria de Sousa Lima, que me resgatou, me trouxe de volta para a Universidade Estadual de Londrina, para o Programa de Pós- Graduação em Sociologia (PPGSOC), me apoiou e me ajudou a escrever cada linha dessa dissertação.

Agradeço a Professora Dr^a Maria José de Rezende, por quem tenho um carinho imenso. A professora Zezé sempre me apoiou durante a minha trajetória acadêmica e, principalmente, me auxiliou a desenvolver a minha escrita e a terminar a Graduação, minha Pós-Graduação.

Agradeço a Professora Dr^a Ileizi Fiorelli Lima, pelo carinho e a forma com que me apoiou na minha trajetória acadêmica, na realização dos estágios de graduação. Ela sempre elogiava meus escritos e relatos de observações e discussões feita no estágio de Graduação.

Agradeço a Professora Dr^a Carla Delgado de Souza, por todo apoio e direcionamento que recebi em suas aulas, na arguição do meu projeto, pelo diálogo e pelas discussões que convergiram com a minha pesquisa.

Agradeço a Professora Dr^a Malu Jimenez, do Programa de Pós- Graduação do Departamento em Comunicação (PPGCOM). Agradeço pela oportunidade de cursar uma disciplina incrível (CORPAS GORDAS), que me abriu um leque de campo de pesquisa e aprendizado.

Agradeço a Professora Dr^a Marta Regina Furlan, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEdu), pelo acolhimento e o incrível aprendizado que trago para minha vida ao cursar as disciplinas: Teorias da Educação e o Desemparedamento da Infância e Educação Ambiental. E, a Profa. Zuleika de Paula Bueno, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Mestrado e Doutorado) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Na qual garrei um carinho imenso, desde a primeira vez que a conheci, sendo uma honra imensa tê-las na minha banca de qualificação e defesa do Mestrado.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOC), pela oportunidade de cursar disciplinas importantíssimas, que agregaram e enriqueceram o meu aprendizado. Agradeço por todas as discussões feitas e que auxiliaram na feitura desta dissertação. Agradeço aos professores/as por todo aprendizado e orientação adquirida em cada aula.

Agradeço as amigas que construí durante o meu percurso no Mestrado, que levarei para a vida, com muito amor e carinho no coração. Quanto aqueceu o meu coração e encheu-me de alegria ao compartilhar um cafezinho com todos/as. Quantas trocas em todas as nossas discussões e encontros. O cafezinho nos permitiu socializarmos, conversarmos e trocarmos risos. O quanto esses momentos alegres e felizes ficarão guardados na minha memória e no meu coração.

Agradeço a minha querida amiga Luciane Santos (ZURI BONECAS), pelo seu apoio e carinho para eu continuar na caminhada e não desistir dos meus objetivos. Agradeço a Baruana Calado, minha querida e estimada amiga, por quem tenho um carinho imenso. Ela sempre me apoiou nos momentos em que mais precisei. Desejo a ela que o universo retribua toda bondade e carinho plantado aqui.

Agradeço a Professora Vani Espírito Santo, pelo apoio e carinho que recebi dela, por ter me permitido estagiar em suas aulas de Sociologia no Colégio Estadual Maria do Rosário Castaldi. Agradeço as minhas professoras do curso Técnico em Análises Clínicas, que me apoiaram e me incentivaram a cursar o Mestrado: Professora Dr^a Maria Tereza, Professora Márcia Regina Terra e Professora Maria Cecília.

Agradeço as minhas queridas irmãs Rosangela e Helena, por me apoiarem durante a minha jornada no Mestrado. Agradeço pelas palavras de apoio e de incentivo, que são muito importantes para mim. Agradeço a minha querida sobrinha Amanda Rafaela, pelo seu carinho, apoio e incentivo.

*“Eles combinaram de nos matar. E, nós
combinamos de não morrer”.*
(Evaristo, Conceição, 2015).

BARBOSA, Ana Paula. **A inserção da mulher negra na ciência: escrevivências** enfrentando o racismo e o sexismo Institucionais/Estruturais no Brasil. 2026. 000 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.

RESUMO

Neste estudo priorizamos a luta pela participação e inserção das mulheres na ciência, tendo como ponto de partida as contribuições de Lélia Gonzalez, que ao fazer uso da interseccionalidade entre raça, gênero e classe, observou que a mulher negra, desde o período “pós-abolição” ocupa um lugar de subalternidade, petrificando-a como um objeto que poderia ser usado e depois descartado, no contexto do persistente mito da “democracia racial”. Neste contexto, o problema de pesquisa é analisar sociologicamente o processo desigual de inserção da mulher negra na ciência e as lutas pela ocupação desses espaços, enfrentando o racismo e o sexismo institucionais/estruturais no Brasil. Para isso, tomar como principal universo de análise: as pautas das três primeiras edições do “Encontro Nacional das Mulheres Negras” (1988, 1991 e 1997) e as contribuições de Lélia González. Nesse sentido, o objetivo geral é analisar sociologicamente o processo desigual de inserção da mulher negra na ciência e as lutas pela ocupação desses espaços, enfrentando o racismo e o sexismo institucionais/estruturais no Brasil. Os objetivos específicos são: a) estudar como o racismo e o sexismo institucionais/estruturais se manifestam no campo da ciência no Brasil, demonstrando-os por meio de dados estatísticos coletados por órgãos de referência; b) verificar, em âmbito nacional, que propostas das três primeiras edições do “Encontro Nacional das Mulheres Negras” possuem relações diretas e indiretas com as atuais lutas do Movimento Negro pela inserção da mulher negra na ciência e na pesquisa; c) analisar especificamente em que políticas ou programas nacionais tais propostas foram colocadas em prática no Brasil, pelos atuais Ministérios: da Igualdade Racial; da educação; das Mulheres; da Gestão e Inovação; da Cultura; do Empreendedorismo; dos Povos Indígenas; da Ciência, Tecnologia e Inovação; e dos Direitos Humanos; d) refletir sobre as contribuições que as precursoras cientistas e pesquisadoras mulheres negras brasileiras, de diferentes áreas do conhecimento, com destaque para a área das Ciências Humanas, trouxeram às atuais formas de combate ao racismo e sexismo na ciência. A metodologia da pesquisa pauta-se no estudo bibliográfico e documental, bem como o relato das experiências e vivências enquanto cientista social e pesquisadora negra, fazendo uso da Escrevivência, cunhada por Conceição Evaristo. Como resultado, esta pesquisa traz sua relevância no contexto atual, por entendermos que o processo de inserção das mulheres negras na ciência se dá a partir do momento em que invertermos a lógica do paradigma racista e sexista hegemônicos, trazendo para o centro do debate toda a crítica, a representatividade, a liderança, a intelectualidade e os conhecimentos epistêmicos produzidos pelas feministas negras, como forma de luta, resistência e empoderamento destas mulheres.

Palavras-chave: racismo; sexismo; escrevivência; mulheres negras; ciência.

BARBOSA, Ana Paula. **The inclusion of black women in science: writings combating Institutional/Structural racism and sexism in Brazil.** 2026. 000 p. Dissertation (Master's in Sociology) – PPGSOC - Center for Letters and Human Sciences, State University of Londrina, Londrina, 2026.

ABSTRACT

In this study, we prioritize the struggle for women's participation and inclusion in science, taking as a starting point the contributions of Lélia Gonzalez, who, by using the intersectionality between race, gender, and class, observed that black women, since the "post-abolition" period, have occupied a place of subordination, petrifying them as an object that could be used and then discarded, in the context of the persistent myth of "racial democracy." In this context, the research problem is to sociologically analyze the unequal process of insertion of Black women into science and the struggles for the occupation of these spaces, confronting institutional/structural racism and sexism in Brazil. To this end, the main universe of analysis will be: the agendas of the first three editions of the "National Meeting of Black Women" (1988, 1991, and 1997) and the contributions of Lélia González. As specific objectives, we defined: a) to study how institutional/structural racism and sexism manifest themselves in the field of science in Brazil, demonstrating them through statistical data collected by reference organizations; b) to verify, at the national level, which proposals from the first three editions of the "National Meeting of Black Women" have direct and indirect relationships with the current struggles of the Black Movement for the inclusion of Black women in science and research, specifically analyzing in which national policies or programs such proposals were put into practice in Brazil, by the current Ministries: of Racial Equality; of Education; of Women; of Management and Innovation; of Culture; of Entrepreneurship; of Indigenous Peoples; of Science, Technology and Innovation; and of Human Rights; c) reflect on the contributions that pioneering Black Brazilian women scientists and researchers from different fields of knowledge, particularly the Humanities, have made to current approaches to combating racism and sexism in science. In this journey, in addition to bibliographical and documentary research, and considering my experiences as a Black social scientist and researcher, I use *Escrevivência*, coined by Conceição Evaristo. After all, all this research makes sense because we understand that the process of inserting black women into science occurs from the moment we invert the logic of the hegemonic racist and sexist paradigm, bringing to the center of the debate all the criticism, representation, leadership, intellectuality and epistemic knowledge produced by black feminists, as a form of struggle, resistance and empowerment of these women.

Keywords: racism; sexism; scrivenness; black women; science.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Desigualdade educacional entre gênero e raça (2022)	106
Gráfico 2 – Quantidade de bolsa/iniciação científica/ cor ou raça 2005 a 2022 ..	108
Gráfico 3 – Quantidade de bolsa/ano/PQ/educação/cor ou raça 2005 a 2022 ...	109
Gráfico 4 – Negros e indígenas são subrepresentados em todas as áreas do conhecimento	111
Gráfico 5 – Mulheres pretas, pardas e indígenas são 2,5 % do universo dos professores.....	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultado da pesquisa de Octavio Ianni..... 92

Tabela 2 – Quantidade de docentes por raça e sexo 107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Biblioteca de teses e dissertações do Governo Federal	47
Quadro 2 – Banco de teses e dissertações da Capes Sucupira: “Mulher Negra na Ciência”	50
Quadro 3 – Principais livros produzidos por Lélia Gonzalez	63
Quadro 4 – Principais artigos de Lélia Gonzalez.....	64
Quadro 5 – Livros sobre Lélia Gonzalez	66
Quadro 6 – Dissertações sobre Lélia Gonzalez	68
Quadro 7 – Algumas teses sobre Lélia Gonzalez.....	70
Quadro 8 – Propostas do I Encontro Nacional das Mulheres Negras (IENMN)	81
Quadro 9 – Propostas do II Encontro Nacional das Mulheres Negras (IIENMN)	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACACAB	Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira
APIB	Articulação dos Povos Indígenas
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAA	Centro de Estudos Afro-Asiáticos CECAN - Centro de Cultura e Arte Negra
CECF	Conselho Estadual da Condição Feminina
CEEP	Centro Estadual de Educação Profissional
CEFEMEA	Centro Feminista de Estudos Feminista e Acessoria
CESA	Centro de Estudos Sociais Aplicados
CLCH	Centro de Letras e e Ciências Humanas
CNDM	Conselho Nacional do Direito das Mulheres CMR - Conferência Mundial Contra o Racismo
EAV	Escola de Artes Visuais
ENF	Encontro Nacional Feminista
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENESEB	Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica
ENMN	Encontro Nacional das Mulheres Negras
HU	Hospital Universitário
IDG	Índice de Desenvolvimento adaptado ao gênero
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPCN	Instituto de Pesquisa de Culturas Negras
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MCTI	Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MEC	Ministério da Educação
MGI	Ministério da Gestão e Inovação
MinC	Ministério da Cultura
MIR	Ministério da Igualdade Racial

MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MMN	Movimento das Mulheres Negras
Mmulheres	Ministério das Mulheres
MNU	Movimento Negro Unificado
MPI	Ministério dos Povos Indígenas
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
ONU	Organização das Nações Unidas
PAISM	Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PPGSOC	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PROFSOCIO	Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional.
PUC Pontifícia	Universidade Católica
RDHS	Relatórios de Desenvolvimento Humano
SID	Sociedade Internacional para o Desenvolvimento SINBA- Sociedade de Intercâmbio Brasil- África
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	ESCREVIVÊNCIA DA AUTORA	15
2	INTRODUÇÃO.....	32
3	ESTADO DA ARTE SOBRE O TEMA	44
4	DIALOGANDO COM LÉLIA GONZALEZ	55
4.1	LÉLIA GONZÁLEZ E O MOVIMENTO DAS MULHERES NEGRAS (MMN) NO BRASIL.....	70
4.2	LÉLIA GONZALEZ E AS TRÊS EDIÇÕES DO ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES NEGRAS	72
5	POR UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA ANTIRRACISTA E ANTISSEXISTA.....	89
5.1	LÉLIA GONZALEZ: COMBATENDO O MITO DA “DEMOCRACIA RACIAL”	89
5.2	O LEGADO DE RESISTÊNCIA DAS FEMINISTAS NEGRAS DIALOGANDO COM PAULO FREIRE	94
6	REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NEGRAS NA CIÊNCIA BRASILEIRA	102
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
	REFERÊNCIAS	126

1 ESCRIVIVÊNCIA DA AUTORA

Sou Ana Paula Barbosa, 44 anos de idade, mulher negra, moradora da região norte de Londrina, com muito orgulho. Filha do Senhor Manoel Barbosa (*in memoriam*) e da Dona Maria Gonçalves (*in memoriam*), dos/as quais sinto muitas saudades. Eles/as batalharam arduamente, trabalharam na colheita de algodão e de café, debaixo de um sol escaldante, para que conseguíssemos ter uma casa digna para morar, termos o que comer e o que vestir.

Minha mãe era empregada doméstica e meu pai pedreiro. Sempre se esforçaram e lutaram contra as dificuldades que encontraram na vida, para criar eu e minhas/meus sete irmãos/os da melhor maneira possível, nos deram carinho, amor e uma boa educação. Eram pessoas humildes e simples, que não tiveram a oportunidade de terminar a segunda série dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Mas, sempre nos incentivavam a estudar para termos um emprego melhor. Desejavam que não sofrêssemos como eles/as sofreram.

Infelizmente, meus pais se separaram quando eu tinha apenas cinco anos de idade. Foi uma tristeza muito grande para todos/as nós. Tornando-se uma realidade que acontece em quase todas as famílias brasileiras, quando os pais deixam os lares e a mulher torna-se o pilar da casa. Ou, como no meu caso, quando a mãe é obrigada a deixar seu lar por desentendimento com seu cônjuge.

Ao meu pai coube, então, a responsabilidade de cuidar dos/as filhos/as, trabalhar fora, trazer o sustento de casa. Sempre foi um guerreiro e um batalhador, assim como minha mãe. Ambos/as enfrentavam trabalhos degradantes e pesados, por causa da cor de pele e por não terem estudos para terem uma boa colocação no mercado de trabalho. Eu sou a caçula das/os sete irmãos/os: Cida, Helena, José (*in memoriam*), Domingos (*in memoriam*), Marinalva (*in memoriam*) e Rosângela. Crescemos juntos/as e passamos dificuldades juntos/as, mas sempre fomos cheios de alegria, esperanças e amor no coração. Algo precioso que herdamos e recebemos de nossos pais.

Minha mãe também é uma fonte de inspiração para mim. Me lembro dela com muito carinho, com um sorriso lindo e um olhar muito marcante. Tenho-a como uma mulher batalhadora e de punho forte, que também aguentou muitos desaforos das patroas brancas, que exigiam paredes da cozinha, utensílios, exercida pela força de trabalho negra da minha mãe. Tantas vezes, ela chegava tarde em casa, cansada

de tanto trabalhar e ainda tinha que dar conta de cuidar da casa, de filhos/as e dar atenção para o marido.

Hoje vejo que esta exploração sofrida e vivenciada pela minha querida mãe está contida como estratégia mercadológica, legitimada por uma mentalidade sexista, racista e machista, enraizada e construída historicamente. Mentalidade colonial que insiste em conferir às mulheres negras as maiores tarefas do dia a dia, as que tomam todo nosso tempo e dedicação. Restando a nós a tarefa do cuidado, do zelo, sem tempo para nos dedicarmos a cuidar de nós mesmas.

Quando meus pais se separaram, meu pai voltou a trabalhar na roça, na colheita de café e de algodão. Ele saía de casa às cinco horas da madrugada para pegar o caminhão de boia fria. Levava uma marmita, uma garrafa de café e um pacote de pão. Eu levantava primeiro que ele e o acordava porque queria “trabalhar”. Enquanto ele trabalhava eu brincava no meio das plantações de café e de algodão.

Ao olhar para aquele rosto cansado e suado de meu pai, percebia que aquele trabalho era degradante e cansativo para ele. Mas, meu pai não deixava transparecer. Ficava muito feliz ao me ver ali no meio de outros/as trabalhadores/as, com outras crianças brincando, porque eu não entendia o quanto era sofrido e árduo trabalhar de boia fria. Hoje sei! Mas, naquele momento não fazia ideia de como as pessoas eram exploradas e porque razão ganhavam tão pouco pelo trabalho tão pesado que exerciam, vendendo seu esforço físico e mental, enquanto a saúde de cada um/a desaparecia aos poucos.

Toda vez que meu pai ia para a roça trabalhar, eu queria ir com ele porque lá era o melhor lugar para estar, para brincar. Lá me sentia protegida perto dele. Porque só assim preencheria o vazio e a falta que a minha mãe fazia. Tinha certeza que meu pai e todas/os as/os minhas/meus irmãos/irmãs sentiam a falta de minha mãe também.

Durante esses anos da minha vida, desde a infância até meus quinze anos, a cada dia que passava eu me apegava ainda mais ao meu querido pai. Ele sempre foi minha fonte de inspiração. Porque ele batalhou por todos/as nós, com garras, unhas e dentes para nos criar, nos dar educação, para sustentar a casa e nunca deixou que nos faltasse nada. Sempre nos defendeu e sempre se esforçou para nos dar tudo do bom e do melhor que poderia oferecer dentro de suas condições socioeconômicas e emocionais, além de amor, carinho e atenção.

Foi um excelente pai, do qual tenho muito orgulho de citar nesta

dissertação. Agradeço imensamente à minha mãe, que batalhou o máximo que pôde para cuidar de todos/as nós. Agradeço-a pelo carinho, amor e zelo que teve comigo. Como disse, gostaria de ter convivido mais tempo ao seu lado. E, agradeço aos meus pais por todo aprendizado que tive na minha vida, toda educação, sabedoria e conhecimentos adquiridos com eles/as.

Infelizmente, no mês de agosto de mil e novecentos e noventa e cinco minha mãe veio a falecer de câncer. Eu tinha apenas treze anos de idade. Foi uma tristeza muito grande para mim. Nem conseguia acreditar! Que tristeza, senti! Naquele dia abria-se uma ferida no meu coração, assim como nos corações de todos/as da família. Ficamos muito tristes e abalados/as. Foi um dia nublado e cinzento, que nunca gostaria de recordar. Dias depois, tive que voltar a estudar. Não foi fácil! Mas, DEUS nos consolou e nos deu força para seguir nossos caminhos.

Eu sempre recomeçava a estudar e logo desistia de novo. Porque depois que completei dezesseis anos de idade comecei a trabalhar. Estava cursando o Ensino Médio em mil e novecentos e noventa e sete, quando arrumei meu primeiro emprego de auxiliar de produção em uma distribuidora de produtos químicos, das 08:00 às 18:00 horas. Eu chegava muito cansada em casa e não conseguia me concentrar nas aulas. Chegava atrasada sempre. Por isso, depois de dois meses eu já desistia. Foram muitos anos assim.

Como eu sofria por não ter forças para estudar, me sentia ainda mais cansada. Acredito que este cansaço que eu sentia era por causa do Lúpus. Mas, só descobri o que eu tinha 20 anos depois, ao fazer um exame de sangue, por causa dos sintomas terríveis que eu sentia e as dores excessivas no corpo. Naquele tempo, eu sempre ignorava os sinais (cansaço, fadiga, perda de concentração, ansiedade, dores nas articulações, dores de cabeça). Eu estava focada em trabalhar e ajudar no sustento de casa, e rara eram as vezes que eu procurava fazer um check-up ou uma consulta.

Comecei a entender o porquê de muitas meninas e meninos negros/as da classe trabalhadora desistirem de frequentar a escola e cursos, devido aos trabalhos pesados, cansativos, degradantes e humilhantes que são obrigados/as a realizar. Lembro-me de quando meu pai dizia que ficava triste quando passava em frente ao Colégio Estadual Ubedulha, localizado no Conjunto Luiz de Sá, que fica perto da minha casa. A tristeza, segundo ele, era porque eu não tinha conseguido terminar meus estudos e por ter que trabalhar tão cedo para ajudar nas despesas da casa. Ele

se culpava por eu não poder me dedicar aos estudos. Me pedia perdão sempre por não ter condições de pagar um curso de Inglês ou de Informática para que eu pudesse estudar.

As palavras do meu pai tocaram meu coração profundamente. E tenho elas sempre em mente. Mas, as relações de trabalho degradantes me impediam de estudar. Ao completar vinte e quatro anos de idade, em dois mil e seis, eu já tinha saído daquela fábrica de produtos farmacêuticos e estava trabalhando na Companhia Cacique de Café Solúvel como auxiliar de produção, exercendo a função de tecelã. Entrava às 15:00 horas e saía às 23:00, trabalhava de domingo a domingo e tinha apenas uma folga durante a semana.

Eu sempre ajudava meu pai com as despesas da casa. Da maneira que eu podia, retribuía todo seu amor e cuidado. Assim também fizeram minhas irmãs/os. Este amor me conduzia. Por isso, trabalhava com o coração cheio de alegria. Mesmo chegando em casa exausta às 00:00, não deixava o cansaço e o desânimo me abaterem.

No ano de dois mil e seis, pedi minha transferência do Colégio Estadual Ubedulha para o Colégio Estadual Olympia de Moraes Tormenta, que fica no meu bairro, João Paz. E, comecei a estudar de manhã, das sete horas até o meio dia. Depois que chegava em casa, almoçava, tomava banho e saía às duas horas para pegar o ônibus fretado para ir trabalhar na fábrica. Chegava em casa à meia noite todos os dias.

Vivi essa rotina exaustiva durante muitos anos. Mas, com fé em Deus, garra, perseverança e esforço venci todas essas dificuldades. E, aproveitei a oportunidade que a classe trabalhadora teve durante o governo do presidente Lula (PT), para ter acesso à escola, à universidade, à moradia digna e à educação de qualidade. As políticas públicas para melhoria de condições sociais e econômicas no país, entre 2000 e 2016 foram na área da educação; houve um grande aumento no orçamento, com investimento real de 161,7%; a criação de 504 campi de escolas técnicas; 18 universidades federais e programa como o ProUni e o Fies, que democratizaram o acesso ao ensino superior. Com relação ao emprego, a taxa de desemprego caiu de 2004 até o final de 2014¹.

Agarrei as oportunidades que surgiram com unhas e dentes e me imaginei

¹ Dados retirados do Instituto Lula “O presidente que abriu a porta das Universidades para milhões de brasileiros”. Consultado em 21 mar. 2025.

fazendo um curso dentro de uma Universidade Pública, porque é um direito nosso, que durante muito tempo nos foram negados. Sou grata às Políticas Públicas que foram implementadas no país porque melhoraram as condições de vida das pessoas negras e pobres da classe trabalhadora, e principalmente a minha, porque tive a oportunidade de adentrar ao um ensino público gratuito e de excelente qualidade.

Driblei a cansaça e consegui terminar o segundo e o terceiro anos do Ensino Médio. Recebi muitos elogios de meus/minhas professores/as, pela minha dedicação e participação durante as aulas, principalmente do professor Josué de Filosofia e do professor de Sociologia Valdir, que durante minha apresentação em um Seminário sobre o racismo no Brasil, elogiou-me, dizendo que pelos meus argumentos e pela forma que eu questionava e indagava sobre as desigualdades sociais e raciais presentes no país, eu teria condições suficientes de adentrar numa universidade. Foi ele que me sugeriu a fazer o curso de Ciências Sociais na UEL.

O professor Valdir informou-me também sobre a política pública de Cotas Raciais na UEL. Me disse que as vagas ofertadas no Vestibular da UEL eram preenchidas pelo sistema universal, pelo sistema de cotas para escolas públicas, sendo a metade destas para cotas raciais. Hoje também há cotas para pessoas com deficiência (5% para PcD). Atualmente, o sistema de cotas da UEL reserva 40% das vagas para estudantes de escola pública, sendo 20% delas para negros/as de escola pública e 5% para negros/as, independentemente de onde estudaram, além das vagas para escolas públicas pela Prova Paraná+. Hoje avançamos, por força dos movimentos sociais progressistas e antirracistas! Além das Ações Afirmativas já concretizadas no Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná.

Agradeço muito ao professor Valdir pelo incentivo! Aproveitei que tinha acabado de voltar a estudar e me desafiei a fazer a inscrição no Vestibular da UEL, para o curso de Ciências Sociais. Sempre gostava de anotar muitas questões e dúvidas no caderno. Utilizava os livros que emprestava da biblioteca para estudar em casa. Não fiz Curso Pré-Vestibular. Aproveitei toda a bagagem enriquecedora que adquiri no Ensino Médio e utilizei todo aprendizado para este processo seletivo de ingresso na universidade pública.

Fiquei preocupada por não ter muita habilidade com Línguas Estrangeiras. Acabei escolhendo fazer a prova de Língua Espanhola. Para minha surpresa, passei na primeira fase do Vestibular, acertando mais da metade da prova. Naquele dia, não contive minhas lágrimas e minha emoção. Comecei a gritar de alegria, chorar, pular e

abraçei muito meu pai. Fiquei muito feliz por ter conseguido ser aprovada para a segunda fase. Ele também ficou feliz demais!

Dias depois, veio a segunda fase do Vestibular da UEL. Para minha alegria, ao conferir a prova, tinha acertado mais da metade das questões. Na prova de Língua Estrangeira, havia acertado quase todas. Meu desempenho foi fantástico, graças a DEUS, ao meu esforço, a minha dedicação, resiliência, resistência e às políticas públicas de Ações Afirmativas. Por vencer o cansaço físico e mental, mesmo trabalhando de forma intermitente, e, às vezes sem descanso, porque eu trabalhava na fábrica semana inteira e ainda me dedicava aos cuidados da casa (lavar, passar e cozinhar). Só de madrugada conseguia me dedicar aos estudos. Dormia tão pouco!

Graças também à qualidade dos ensinamentos adquiridos na escola pública do Colégio Olympia de Moraes Tormenta, sobretudo nas disciplinas da área de Ciências Humanas. Neste momento (2007), a Sociologia era disciplina obrigatória no currículo do Ensino Médio. Tínhamos três aulas por semana, com professor concursado, onde haviam debates e seminários em sala de aula, tirávamos nossas dúvidas com o professor Valdir e aprendíamos a desenvolver nosso pensamento crítico sobre a realidade social em que estávamos inseridos.

Eu chorei muito de alegria, pulei, vibrei. Disse ao meu pai que ele passaria em frente ao Colégio Estadual Ubedulha ou de qualquer outro colégio, mas agora com alegria no coração, porque sua filha tinha, enfim, havia terminado o Ensino Médio, passado no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e passado no Vestibular da UEL, tudo com notas ótimas. Ele poderia se orgulhar e não precisaria se preocupar mais.

Respirei aliviada. Me senti representando muitas meninas, meninos, homens e mulheres negras/os que não tiveram a oportunidade de estar ali em sala de aula estudando, sem a oportunidade de prestar um Vestibular em universidade pública, por causa da tripla ou quádrupla jornadas de trabalho. São tantas as negações de oportunidades que vivenciamos todos os dias.

E, com muita alegria e amor que meus irmãos e irmãs sempre estarão no meu coração. Durante minha caminhada e trajetória de luta na universidade ou fora dela, serão sempre lembrados/as, principalmente nas minhas pautas de enfrentamento ao racismo, sexismo e machismo.

Agradeço imensamente ao Sistema de Cotas implementado na UEL em 2004, que oportunizou a minha entrada na Universidade Pública. Depois de muitos

debates, lutas, reivindicações, enfrentamentos e combate ao racismo estrutural e institucional, o Movimento Negro de Londrina, com a participação político-pedagógica imprescindível da querida Dona Vilma (in memoriam), me propiciaram a oportunidade de exercer meu direito humano ao Ensino Superior gratuito, laico e de qualidade, adentrando, finalmente, na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Sou muito grata ao trabalho antirracista e persistente do NEAB (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros) e todos a todos/as os/as envolvidos/as, que participaram de debates internos, de reuniões externas na Casa de Ya Mukumby, das audiências públicas, do protagonismo do Movimento Negro (Como Maria de Fátima Beraldo detalhou em sua dissertação, defendida no PPGSOC/UEL) e da realização de eventos como o V Encontro “O Negro na Universidade: o direito à inclusão”, realizado nos dias 13 e 14 de abril de 2004, para implementação do Sistemas de Cotas da UEL.

Dia histórico! A partir de 23 de julho de 2004, a Universidade Estadual de Londrina, por meio da Resolução nº 78/2004, do Conselho Universitário, estabeleceu a reserva de vagas para o Vestibular, enfim, democratizando o acesso para candidatos/as oriundos/as de instituições públicas de ensino e para aqueles/as que se autodeclaravam negros/as de escolas públicas de ensino brasileiras. Muitos/as estudantes e egressos/as de Ciências Sociais da UEL participaram deste movimento antirracista, como bem detalhado na tese de

Doutorado de Alexsandro Eleotério Pereira de Souza, primeiro cotista negro da UEL a defender uma tese de Doutorado na própria Instituição em que iniciou a carreira acadêmica, junto ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social do Departamento de Serviço Social, do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA).

São escrevivências que vão se desenhando em prol das Ações Afirmativas, nas lutas pela democratização do acesso e da permanência com dignidade, protagonizadas por outras pesquisadoras/es negras/os que me antecederam. Como diz Conceição Evaristo (*apud* Siqueira, 2024) “Escrevivência como forma de descrever a experiência de vida escrita, da sua resistência e resiliência diante das adversidades”.

Meu pai sempre dizia que tinha fé e esperança que um dia eu iria conseguir terminar o Ensino Médio e seguir em frente com meus estudos. Obrigada querido pai! Sua fé e esperança me motivaram a terminar muitas formações, ir bem no ENEM, passar no Vestibular da UEL, cursar Licenciatura em Ciências Sociais, especializar-me em Ciências Sociais, tornar-me Técnica em Química, me formar em um curso de

Cuidadora de Idosos/as, ser Tecnóloga em Gestão da Qualidade e ser Técnica em Análises Clínicas.

E mais, em 2024, ser mestranda no Programa de Pós-graduação de Sociologia (PPGSOC), do Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH) na UEL. Ao cursar Ciências Sociais na UEL, em (2008) foi desafiador porque eu estudava de manhã, das oito ao meio dia, e tinha que chegar às pressas, almoçar e tomar banho e ir para a fábrica trabalhar. Saía de casa duas horas e voltava meia noite. Eu me dedicava às leituras dos textos de madrugada, e, na maioria das vezes, dormia em cima deles, me dedicava ao máximo que podia, geralmente de madrugada e no dia da minha folga. Eu conseguia aprender, me esforçava para passar nas disciplinas e não reprovar em nenhuma matéria.

Não consegui participar de grupos de pesquisa naquela época, porque tinha que trabalhar para ajudar com as despesas de casa, e não tinha tempo suficiente para participar das bolsas de Iniciação Científica do PIBID, que eram ofertadas aos/às estudantes. Essa possibilidade estava fora da minha realidade, fora do meu contexto, mesmo assim eu não desanimei e continuei a cada semestre mantendo o ritmo de estudos. Até o terceiro semestre eu não havia reprovado em nenhuma disciplina e minhas notas eram ótimas.

No quarto semestre eu tranquei o curso porquê me senti humilhada por uma professora em sala de aula. Ela não me deixava explicar o texto conforme eu havia entendido e ela ficava me interrompendo durante a minha fala, menosprezando a minha linguagem simples de explicar o texto. Peguei trauma! Foi frustrante e humilhante para mim! Nunca vou me esquecer! Ao fazer um trabalho que a mesma professora pediu, um pré-projeto de pesquisa, em formato de um artigo científico, eu entreguei e tirei 5,3. Fui muito mal e me senti péssima sabia que tinha que melhorar!

Nesta época, eu tinha mudado de turno. Estava trabalhando das 23:00 às 07:00 da manhã para poder ganhar um dinheiro a mais, para aumentar a renda e ajudar nas despesas de casa. Infelizmente, eu estava dormindo pouco, e não estava conseguindo me concentrar. Foi somente nesta disciplina que estava tendo dificuldade. Sentia que estava sendo maltratada e humilhada na sala. Eu não sabia onde e como recorrer. Fiquei desanimada.

Infelizmente, tranquei o curso por causa de uma dolorosa fala dessa professora: “Que a UEL era uma Instituição muito séria e ela não poderia me aprovar na disciplina!” Cai em prantos. Essa fala foi dura de ouvir! Não sabia o que fazer.

Desisti do curso de Ciências Sociais, que tanto havia lutado para entrar. Meu sonho se tornou um pesadelo. Cheguei em casa em prantos. Expliquei ao meu pai o que havia acontecido e ele ficou muito triste. Disse para eu não desistir por causa de uma professora mal educada. Ele me incentivou como sempre, mas eu não queria mais. Me doeu muito ouvir aquilo. Me desestruturou e fiquei muito abalada.

Peguei todos os meus textos (Sociologia, Ciência Política, Antropologia, História, Filosofia), que estavam todos guardadinhos e coloquei na área de casa para jogar fora. Mas meu pai, homem sábio que era, os guardou e me disse bem firme: “O dia que você voltar para UEL, você vai precisar deles. Então, vou guarda-los aqui na dispensa para você!” Isso foi em meados 2012, antes dele falecer.

Tive que conter minhas lágrimas para descrever que, infelizmente, meu pai faleceu em 24 de julho de dois mil e treze, de parada cardíaca, na minha frente, no Hospital Zona Norte de Londrina, exatamente às 22:10. Dessa vez,

senti novamente a dor de perder umas das pessoas que mais amava na minha vida. Achei que não aguentaria. Senti que a outra metade do meu coração havia sido enterrada ali junto com ele.

Mas, Deus nunca me desamparou. Me deu força e me reergueu para que eu continuasse minha jornada e minha luta aqui neste mundo. Lembro todos os dias do meu pai, com saudades. Também lembro com alegrias, porque passei a maior parte da minha vida convivendo com ele. Com ele, tive a oportunidade de aprender a ser resiliente, persistente, ter garra e não desistir das batalhas da vida, por mais árduas que elas sejam. Porque com luta coletiva, as batalhas nos tornam grandiosos/as e vitoriosos/as. Aprendi que com alegria, esperança e amor no coração nossas dores e nossas perdas tornam-se mais leves. Aprendi a cair e a me levantar. Aprendi que com um sorriso no rosto e alegria de viver, transformamos e mudamos nosso ambiente, deixando-o mais colorido.

Pai, muito obrigada pelo seu amor e carinho e por me apoiar, acreditar no meu potencial e a não me deixar desistir dos meus sonhos e dos meus objetivos, me ensinando a vencer o cansaço e a tristeza, sempre com muito amor e alegria em seu coração. Essa foi e sempre será a fonte da minha alegria e não quero perdê-la nunca.

Serei eternamente grata a você e não vou me esquecer jamais das suas palavras de ânimo, força e de coragem, que me incentivam, motivam e me emocionam até hoje. Tenho certeza que se meus pais estivessem vivos se orgulhariam de mim. Assim como me orgulho das minhas experiências e vivências antirracistas e

antissexistas, que me tornaram a mulher que sou hoje. Em agosto de dois mil e treze, olhei para os textos que ele havia guardado. Chorei muito, mais esse foi e é o combustível que eu precisava para não desanimar das lutas e desafios que encontraria na minha vida. Retomei o fôlego e voltei firme para a UEL.

Voltei a estudar e fiz minha rematrícula para o curso de Ciências Sociais na disciplina da professora Maria José de Rezende, “Teoria e Método em Sociologia”, depois a disciplina de “Sociologia Brasileira”, no qual a professora ministrou com maestria, excelência e muito amor pelo que ela faz. Tive contato com muitos/as autores/as importantíssimos/as da disciplina: Norbert Elias, Talcot Parsons, George Zimel, Bourdieu, Bauman, Maria Izaura Pereira de Queiroz, Celso Furtado, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Octavio Ianni.

Mas, teve um que me apeguei mais ao fazer minhas leituras. Foi o Alberto Guerreiro Ramos: por ser negro. Me identifiquei com o autor, pela sua trajetória de luta, de vida, pelos embates travados e pela maneira que ele questionava a forma pitoresca e alegórica que a população negra brasileira era retratada, inclusive por muitos sociólogos brasileiros. Foi o contato com as leituras dos textos de Guerreiro Ramos (1915-1982), que me inspirou a acreditar na luta e embates antirracistas que temos que travar na vida e nunca desistir.

A professora Maria José, ao perceber minha insistência e resistência para permanecer na Universidade, me incluiu gentilmente no seu Projeto de Pesquisa intitulado “O Combate às Desigualdades nas suas muitas Dimensões: As Propostas dos Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDHS) das Nações Unidas (ONU), entre 1990 e 2010”. Me senti honrada e fiquei emocionada ao ser incluída pela primeira vez em um Projeto de Pesquisa na Universidade.

Professora Maria José sabia que não poderia estar presente em todas reuniões do grupo de pesquisa, porque na época eu trabalhava das 23:00 às 07:00. Mesmo eu não podendo participar efetivamente ela me acolheu e me incluiu. Eu participava quando eu podia e sempre fazia a leitura e fichamentos dos textos discutidos nas reuniões. Recebíamos e-mails semanalmente com os textos em pdf dos/as autores/as para efetuarmos a leitura e apresentarmos nossos apontamentos sobre os mesmos nas reuniões. Neste sentido, me ajudou muito a me sentir incluída e a desenvolver minha escrita, dialogando com autores/as.

Foi em um destes e-mails enviados pelo grupo (RDHS), que recebi da Zezé, onde tive contato pela primeira vez com a leitura de Lélia Gonzalez (1934- 1995)

“Racismo e sexismo na cultura brasileira”, no qual me tocou profundamente, assim como os textos do Guerreiro Ramos (1915-1982). Percebi que Lélia Gonzalez critica fervorosamente a forma como o racismo e sexismo excluem historicamente a população negra, e principalmente as mulheres negras, de várias esferas da sociedade: cultura, política, campo educacional, campo científico. E, que essa exclusão partia da mentalidade colonial que perdura até os dias atuais e também de textos e artigos produzidos por sociólogos e antropólogos que acreditavam no “mito da democracia racial”, de que no Brasil vivíamos em harmonia.

Neste sentido, os textos de Lélia dialogam intimamente com minhas vivências e experiências de exclusão enquanto mulher negra dentro da sociedade, da classe trabalhadora e como moradora da periferia de Londrina. Me abriram leques de possibilidades e oportunidades de encarar a partir do meu lugar de fala, me dando fôlego e me encorajando na luta antirracista, lançando mão de seus textos e artigos com um método epistemológico e crítico das teorias racista e sexistas, impostas a homens e mulheres negros/as e indígenas que foram e são silenciados e excluídos neste país.

Fazer esta disciplina com a querida professora Maria José, foi de extrema importância e participar do Projeto de Pesquisa dos (RDHS) foi uma das melhores coisas que fiz na minha vida. Me fez reencontrar um propósito de luta por uma sociedade mais justa e menos racista. Acreditei que eu poderia voltar a escrever, sem medos e travas porque eu sofri muito com isso, por causa das falas horríveis que me desmotivaram e me fizeram desistir do curso. Mas, a Zezé me encorajou a fazer o estágio na escola, me motivou e incentivou durante toda minha graduação.

Eu agradeço a oportunidade de ter aprendido de forma incrível a desenvolver minha escrita, mesmo após sofrer traumas e violências na academia. Mas, não desisti fui forte e perseverante. Tenho a professora Maria José como uma fonte de inspiração, uma motivação. E, quando ela dava as provas para fazermos, eu gostava muito e dedicava ao máximo para entender e responder os questionamentos feitos na avaliação. Na maioria das vezes, eram questões dissertativas e eu me saía muito bem. Exercia leitura e interpretação das ideias dos/as autores/as, e em seguida descrevia meu texto. Isso me ajudou muito. Me salvou e me inspirou a continuar estudando.

Durante minha caminhada, quando retornei para o curso de graduação em Ciências Sociais e meus elos com a luta antirracista e antissexista, lembro que fiz

minha inscrição para o “IV Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica” (ENESEB) em 2015, com a seguinte proposta: “Trabalhando com o preconceito racial em uma turma de 2º ano de Administração em uma escola pública no município de Londrina”, com total apoio da professora Vani, que sempre praticou uma luta antirracista em todas as suas aulas e durante todo o exercício de sua profissão como um excelente educadora e profissional.

Aproveitei bastante a leitura dos textos riquíssimos de luta antirracista propostas por Guerreiro Ramos (1915-1982) e Lélia Gonzalez (1934-1995), que tive contato após cursar a disciplina de Sociologia da professora Maria José, que sempre praticou uma luta antirracista, propondo em suas aulas uma construção da valorização dos direitos humanos, no combate a todas as formas de discriminação e desigualdades sociais.

Cursei também a disciplina de Metodologia de Ensino com a professora Ileizi, que sempre me tratou com muito carinho e respeito. Quando eu escrevia meus relatórios de estágio, a professora Ileizi sempre elogiava a minha escrita, me dava muito apoio e suporte para que eu realizasse meu estágio da melhor maneira possível, praticando uma educação inclusiva e acolhedora, colocando em prática uma luta antirracista dentro e fora da universidade. Agradeço imensamente por me apoiar, pela sensibilidade e carinho transmitido em sala de aula. Guardarei no meu coração todo apoio recebido destas professoras maravilhosas, combatentes do racismo e muito acolhedoras.

Do mesmo modo, tive a oportunidade de cursar a disciplina optativa da professora Maria Nilza “As relações Raciais no Brasil”, propondo uma luta antirracista na universidade, por meio de autores/as como Abdias do Nascimento (1914-2011), Guerreiro Ramos (1915-1982), Sueli Carneiro, que sempre lutaram fervorosamente contra o racismo e a favor do empoderamento da população negra, para que pudéssemos ter melhores condições e acesso à vida digna à cultura, à educação, à universidade e aos cargos públicos, direitos estes que nos foram negados historicamente.

Todos autores/as antirracistas que com os/as quais tive contato na universidade complementaram o meu pensamento crítico e me apoiaram no desenvolvimento do texto final para a formação da graduação: “Combate ao Racismo e a valorização dos Direitos Humanos: Um desafio para o ambiente escolar”, que apresentei no “VII Seminário de Estágio de Ciências Sociais” e “IV Encontro Regional

de Ensino de Sociologia e de Filosofia” em 2015 na Universidade Estadual de Londrina para apresentação do trabalho final.

Antes de terminar a graduação participei com apresentação de uma Oficina: Movimentos Sociais na Ditadura Militar no C.E.E.P Maria Rosário Castaldi, na VIII Jornada de Humanidades: “50 anos do Golpe Militar: Para que não se esqueça. Para que não mais aconteça”, realizado nos dias: 27 e 28 de agosto de 2014. Em seguida, enviei meu artigo “Trabalhando com o preconceito racial em uma turma de 2º ano de Administração em uma escola pública no município de Londrina”, para o evento “Ensino de Sociologia na Educação Básica” (ENESEB) que foi aprovado. Acabei não indo, porque infelizmente não tive condições de comprar a passagem para apresentar meu trabalho. Professora Vani me ofereceu ajuda e apoio, mas eu fiquei com vergonha de aceitar e mesmo assim não fui.

Eu trabalhava na época e a empresa não iria me liberar para apresentar meu trabalho. Mesmo trabalhando, não pude fazer parte das bolsas de ensino e pesquisa que eram ofertadas para os estudantes de Ciências Sociais na UEL. Mediante as dificuldades e empecilhos pelo caminho, me apoiei nos textos dos/das autores/as lidos/as, das aulas riquíssimas que tive na graduação, principalmente na disciplina da Zezé, na experiência que fui adquirindo no estágio, nas orientações que tive com a professora Ileizi e a professora Vani. Todas estas mulheres cientistas me inspiraram a nunca desistir dos meus sonhos e objetivos, ou seja, de também ser uma mulher negra importante no campo das ciências.

Eu sempre critiquei o modelo capitalista que estamos inseridos e como ele exerce um poder sobre o racismo e exclui mulheres e homens negros/as das escolas públicas, universidades, cargos públicos, distribuindo o capital social de forma desigual e discriminatória.

Comigo não foi diferente também. Fui e sou vítima do racismo. Mas, tomo posse e fôlego de todo aprendizado, e toda luta antirracista colocada contra este sistema desonesto e desumano, lançando mão das teorias decoloniais que aprendi com autores/as e as professoras na universidade, e nos cursos técnicos que também fazem parte dessa luta antirracista e decolonial. Apoiando-me nas minhas redes de amizade e solidariedade que construí ao longo dessa minha caminhada.

Tive a oportunidade de conhecer a querida e maravilhosa Luciane dos Santos, mulher negra, resistente, dona da (Zuri) Fábrica de bonecas negras artesanais. Ao fabricá-las com muito amor, a Lu dá vida as personagens, valorizando

a sua beleza, sua cultura, dando dignidade de ser contada a sua história. Realiza assim um lindo trabalho antirracista de valorização e identidade da cultura negra através das bonecas.

Indo as escolas públicas estaduais e municipais de Londrina, apresentando as bonecas/os negras, contando suas histórias, apresentando aos/às alunos/as dando representatividade e visibilidade a cultura negra. Ela faz com que os/as estudantes possam ter contato e afetividade com as bonecas, desconstruindo preconceitos, combatendo o racismo e colocando em prática uma educação antirracista, que aborda a valorização e o respeito a população negra. Conheci também minha querida amiga Baruana Calado, que sempre me apoiou nessa minha jornada de luta e resistência, para entrar, permanecer e terminar meus estudos na UEL. Baruana cursava o Mestrado em 2016 e quando encontrava comigo nos corredores da universidade me perguntava delicadamente como estava sendo minha jornada, como eu estava me sentindo. Me apoiava com seu gesto delicado e carinhoso, me incentivava a continuar e a não desistir em meio as dificuldades enfrentadas no dia a dia. Sou muito grata a Baruana, pelo ser humano incrível que ela é, pela sensibilidade de se importar, de oferecer apoio e acolhimento. Na maioria das vezes, que eu precisava de uma palavra de apoio e carinho, ela me alegrava e animava meu dia, incentivava-me a continuar ajudando-me a vencer, enchendo meu coração de esperança.

A professora Maria José é maravilhosa e sempre me tratou com muito carinho e respeito, sempre me apoiou e incentivou a terminar a graduação e não desistir dos meus sonhos e objetivos na vida. Graças a Deus e ao incentivo que a professora Zezé me deu, fiz o estágio de docência no Centro Estadual de Educação Profissional (C.E.E.P) Professora Maria do Rosário Castaldi, nas aulas da professora Vani, que também me apoiou e foi um grande sucesso. Assim, me formei em 2015. E, agradeço sempre minha fonte de inspiração maior que veio do meu querido e amado pai, que não me deixou jogar meus textos de Ciências Sociais fora.

Em 2016, entrei no curso lato sensu de Pós-graduação da UEL “Especialização no Ensino de Sociologia”. Aproveitando as aulas riquíssimas que tive com a Maria José, sempre me mantive no ritmo de trabalho. Desta vez havia saído da Cacique onde trabalhei por quinze anos. Agora eu estava trabalhando de auxiliar de produção em uma fábrica de cosméticos da Farmácia Vale Verde, das 08:00 às 18:00, de segunda à sexta-feira.

As aulas da Pós-graduação começavam às 19 horas, às vezes, eu ia direto do serviço. Consegui conciliar estudo e trabalho com muita persistência e resiliência. Assim, consegui escrever minha monografia. Professora Maria José me orientou e eu escrevi sobre “As Propostas de Alberto Guerreiro Ramos (1915- 1982) para formar o homem parentético”.

Em 2019 fiz o Curso Técnico em Química, no Centro Estadual de Educação Profissional (C.E.E.P) Professora Maria do Rosário Castaldi, com dois anos de duração, com intuito de expandir meus conhecimentos. Como trabalhava em uma fábrica de cosméticos e manipulava medicamentos e produtos farmacêuticos, comecei a me interessar um pouco mais pela Química, para abranger minhas curiosidades. O Primeiro ano fizemos presencial, mas em 2020, por causa da Pandemia de Covid-19 tivemos que terminar o curso on-line, e não pudemos comemorar ou celebrar nossa formatura presencialmente.

Foi uma experiência incrível. Meu relatório foi sobre o desenvolvimento de um creme específico para pele negra. Sempre coloquei em prática minha luta antirracista, porquê a ciência precisa incluir meninas e mulheres negras em todas as áreas e em campos diferentes para termos oportunidades de desenvolver nossos saberes, práticas e experiências.

Em 2022 comecei a fazer o Curso Técnico em Análises Clínicas, no Centro Estadual de Educação Profissional (C.E.E.P) Professora Maria do Rosário Castaldi, com dois anos de duração. Sempre gostei de aprender coisas novas e me especializar em serviços laboratoriais. Tive aulas com quatro professoras incríveis, duas eram da área da saúde (Maria Cecília, Maria Tereza) e uma da Biologia (Márcia Terra). Tive a oportunidade de reencontrar a querida professora Vani de Sociologia. Todas, juntas, sempre praticaram uma educação antirracista e antissexista durante suas aulas, dentro e fora da escola, enriquecendo ainda mais meu aprendizado e conhecimentos.

Tive outra experiência incrível em contato com a área da saúde, visitando hospitais, empresas que fabricam produtos hospitalares. Aprendi a fazer exames laboratoriais e mexer com novos aparelhos. Tive a oportunidade de estagiar no Hospital Universitário (H.U), ampliando meus conhecimentos e adquirindo experiências. Nesta jornada, terminei o curso em dezembro de 2024.

Ao mesmo tempo que cursava Análises Clínicas, fiz um Curso Técnico de Cuidador de Idosos no Clube das Mães Unidas, com duração de seis meses, porque quis aprender um pouco mais sobre essa população vulnerável e carente de cuidados

e atenção, assim como para ampliar meus conhecimentos e ter uma “carta na manga” quando eu precisar arrumar um emprego nesta área.

Foi uma experiência incrível e única de contato, afeto e cuidado que tive com esses idosos/as durante o meu estágio. Foi uma troca de carinho e afeto que nunca vou esquecer na minha vida. Deu muito certo, porque no primeiro dia de estágio o pessoal já queria me contratar. Me esforcei muito para ocupar esses espaços, rompi barreiras do preconceito, do racismo e do silenciamento. Sim, silenciamento, porque tive que juntar forças, vozes dos meus/minhas ancestrais que foram vítimas de assassinato, estupros, epistemicídios e apagamento histórico.

Tive que ter fôlego, garra e coragem para colocar aqui nesta dissertação a minha escrevivência. Que não foi fácil! Sofri vários episódios de racismo quando criança. Na minha adolescência comecei a entender e sentir na pele, sofri descaso por causa do meu cabelo, da minha cor, das minhas roupas, ouvia piadas. Muitos/as tiravam sarro de mim porquê eu era fora do “padrão”.

Chorei muito, mas eu nunca desisti de lutar. Porque sempre tive um pai que me ensinava a ser forte, a lutar com unhas e dentes e que me amava muito. Estou compartilhando minhas dores, minhas lutas. Tenho a oportunidade de narrar o que muitas mulheres e homens negros/as vivenciaram e vivenciam no Brasil: a discriminação racial, que infelizmente persiste até hoje.

O racismo que insiste em nos excluir, nos colocar na margem, do lado de fora, a nos deixar nos bastidores. Neste sentido, minha escrevivência tem o intuito e o objetivo de propor uma virada de chave decolonial, de dar sentido à minha vivência e experiência, rompendo silêncios nos quais me sufocavam. Estou perdendo o medo de falar ao expor minhas críticas ao sistema racista que estamos inseridas e trazendo autores e autoras decoloniais, denunciando todo epistemicídio lançado sobre nós, sobre nossas escritas, nossos saberes, nossa ciência, nossas falas, nossas culturas e nossa ancestralidade. Como bem diz a escritora queer Glória Anzaldúa;

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me

descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. [...] Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (Anzaldúa, 2000, p. 232).

E, também, como nos disse Audre Lorde (2019) “o peso do silêncio nos sufocará”, citando os silêncios vivenciados por nós mulheres negras. Neste sentido transformando esse silêncio em linguagem de ação, utilizo como impulso para ter fôlego e romper com esse silenciamento imposto historicamente. Ao escrevermos e falarmos sobre nossas lutas, nossas dores, rompemos silêncios, denunciemos o racismo, o sexismo e toda forma de opressão. Para que o peso do silêncio não venha nos afogar, se ficarmos quietas vamos ser engolidas pelo sistema.

Mas, devemos reagir, colocar para fora tudo que nos oprime como forma de escrita, versos e poesias e para que elas possam ser compartilhadas entre nós. Com alegria e amor no meu coração, sigo meu caminho praticando uma luta antirracista diária, com um sorriso no rosto e sempre me vem à mente “quem cultiva a semente do amor, segue em frente não se apavora. Se na vida encontrar dissabor vai saber esperar sua hora [...] Erga essa cabeça mete o pé e vai na fé, manda essa tristeza embora pode acreditar que um novo dia vai raiar sua hora vai chegar”. Toda esta trajetória, me fez adentrar no Mestrado do PPGSOC da UEL, a minha hora e vez de ocupar a universidade chegou²; com a seguinte proposta de pesquisa “A inserção da Mulher Negra na Ciência: Enfrentamento ao racismo e sexismo Institucionais/estruturais no Brasil”.

² Música ‘Tá Escrito’, do Grupo Revelação, *que sempre ouço, e me dá arrepios. Porque ela tem o poder de elevar minha autoestima e me empoderar diante das dificuldades e pedras que encontro no caminho*. Consultado em: https://www.youtube.com/watch?v=09_s_Kh8sls

2 INTRODUÇÃO

“Amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo trazemos a marca da libertação de todos e de todas.”³

Este trabalho desenvolvido no Mestrado de Sociologia – PPGSOC/UEL, na linha de pesquisa “Desigualdades, cidadania e cultura”, recebeu contribuições significativas dos métodos propostos pela disciplina cursada “Seminários de Pesquisa sobre desigualdades, cidadania e cultura”, ministrada pela professora Dr.^a Carla Delgado e das sugestões/críticas de colegas da turma, durante a apresentação e a arguição do projeto. A pesquisa faz uma análise Sociológica do Enfrentamento ao Racismo ao Sexismo Institucionais/Estruturais no Brasil, com o objetivo geral de investigar as condições e as lutas pela participação e inserção das mulheres negras na ciência.

Parte do conceito de interseccionalidade, que tem como base as interfaces entre raça, gênero e classe, cunhada pelas feministas negras, e principalmente por Lélia Gonzalez (1934-1995), inspiração norteadora desta pesquisa, que teceu críticas fundamentais ao processo de exploração durante a colonização e “Pós-Abolição da escravidão”, período este que continuou reservando à população negra um lugar subalterno na sociedade. Aliás, Lélia teceu críticas durante toda sua produção acadêmica, especialmente ao mito da “democracia racial”, de certo modo, defendido por Gilberto Freyre. Este “mito” oferecia uma explicação para a realidade brasileira que naturalizava a imagem de homens e mulheres negras como submissos/as, dóceis e aptos/as à escravização. Por isso, a autora desenvolveu uma discussão contínua sobre a resistência negra, ressignificando essa experiência.

Lélia, ao rever o passado colonial, atacou o mito da escravização benévola, inverteu a lógica racista e patriarcal, ao passo em que “resgata a escrava” da posição de objeto para uma posição mais ativa: a de sujeito. Afinal, sabemos que os efeitos do racismo Institucional/Estrutural e epistêmico invalida conscientemente qualquer perspectiva de conhecimento que não seja ocidental e branca, tendo como base o pressuposto que considera o conhecimento do/a branco/a como universal, isento e neutro, definindo o branco o ocidental, especialmente o homem, como

³ Lélia Gonzalez (2020b, p. 270).

sinônimo da humanidade completa. Neste sentido, o que não é branco, é visto como incompleto e não humano.

Por isso, a grande relevância de trazer à tona as produções acadêmicas de Lélia e a sua militância política e educacional, porque colocam em cheque essas epistemologias racistas, empoderando e inserindo as/os intelectuais negras/os como sujeitos de ação, através dos movimentos de luta e resistência, como o Movimento Negro Unificado (MNU). Também entendemos como importantes todos os movimentos de luta das primeiras edições do Encontro das Mulheres Negras, cujas propostas se basearam nos pressupostos e análises sociológicas, antropológicas e filosóficas de Lélia Gonzalez, para enfrentar o racismo, machismo e sexismo. Estas violências insistiam e insistem em subalternizar a população negra, em ocultar os nossos saberes, nossa produção acadêmica e toda intelectualidade produzida como forma de protesto e contestação contra as atrocidades cometidas, onde as vítimas são pessoas como eu.

Afinal, o discurso hegemônico escolhe quem pode falar ou não, assim como quais são as vozes e epistemologias legitimadas e quais são as que devem ser marginalizadas. Neste sentido, o tema que escolhi para realização desta pesquisa está relacionado com minha trajetória de luta, resistência e permanência na universidade, considerando minhas experiências e vivências enquanto cientista social e pesquisadora negra. Instiga-me a incluir e pesquisar sobre as mulheres negras na ciência que tiveram trabalhos de pesquisas e obras brilhantes ao longo da sua trajetória de vida, enriquecendo o conhecimento no nosso país. Sabemos o porquê suas obras foram excluídas, ocultadas e silenciadas das universidades e, principalmente, das escolas públicas de Educação Básica.

Inserir as mulheres negras na ciência é trazê-las para o centro do debate, para nos munirmos de suas epistemológicas, redefinindo a agenda política para abrir o lugar e o espaço de discussão, ressaltando a sua grande relevância e importância como pesquisadoras principais que me inspiram nesta dissertação. É dar continuidade ao trabalho de luta antirracista, antissexista e antimachista proposto por Lélia Gonzalez. É frisar que as pautas políticas de luta do I Encontro das Mulheres Negras (1988), ainda soam como um marco histórico, pois trouxe grandes mudanças para a população negra e, principalmente, para mulher negra, como acesso o direito de acesso à educação superior, às Universidades, aos cargos públicos. Mas, ainda é necessário nos mantermos em combate para que possamos alcançar todos os direitos

que, infelizmente, ainda nos são negados.

Diante de toda esta caminhada de reflexão e de luta, para esta pesquisa qualitativa, definimos como **problema de pesquisa**: Como se configura, sociologicamente, o processo desigual de inserção da mulher negra na ciência no Brasil, e de que modo suas lutas tensionam e enfrentam o racismo e o sexismo institucionais e estruturais presentes nesses espaços?

Para isso, o **objetivo geral** é analisar sociologicamente o processo desigual de inserção da mulher negra na ciência e as lutas pela ocupação desses espaços, enfrentando o racismo e o sexismo institucionais/estruturais no Brasil. Como **objetivos específicos**, definimos: a) estudar como o racismo e o sexismo institucionais/estruturais se manifestam no campo da ciência no Brasil, demonstrando-os por meio de dados estatísticos coletados por órgãos de referência (Ex: IBGE, IPARDES, Censos, IPEA, CAPES, CNPQ, etc); b) verificar, em âmbito nacional, que propostas das três primeiras edições do “Encontro Nacional das Mulheres Negras” possuem relações diretas e indiretas com as atuais lutas do Movimento Negro pela inserção da mulher negra na ciência e na pesquisa; c) analisar especificamente em que políticas ou programas nacionais tais propostas foram colocadas em prática no Brasil, pelos atuais Ministérios: da Igualdade Racial; da educação; das Mulheres; da Gestão e Inovação; da Cultura; do Empreendedorismo; dos Povos Indígenas; da Ciência, Tecnologia e Inovação; e dos Direitos Humanos; d) refletir sobre as contribuições que as precursoras cientistas e pesquisadoras mulheres negras brasileiras, de diferentes áreas do conhecimento, com destaque para a área das Ciências Humanas, trouxeram às atuais formas de combate ao racismo e sexismo na ciência.

A **metodologia de pesquisa** é um estudo bibliográfico e documental e, baseia-se em Lélia Gonzalez (1935-1994) à luz dos seguintes eixos precursores da interseccionalidade: raça, classe e gênero. Para isso, toma-se como principal universo de análise as pautas das três primeiras edições do “Encontro Nacional das Mulheres Negras” (1988, 1991 e 2001) e as contribuições de Lélia González. Será realizada uma análise crítica, nesse sentido, das contribuições interseccionais e decoloniais para as propostas de luta das três edições do Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN). Para o desenvolvimento deste estudo, no que se refere ao recorte temporal, será adotado como marco inicial o ano de 1988, a partir da realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN). Este evento constitui um importante marco

histórico no enfrentamento ao racismo e ao sexismo, tendo sido organizado por cientistas, ativistas e pesquisadoras negras de diversas regiões do país.

Para a coleta de dados, será adotada uma abordagem qualitativa, articulada à análise documental, sem desconsiderar contribuições quantitativas para a compreensão do fenômeno investigado. Nesse sentido, serão mobilizadas análises de natureza qualitativa e quantitativa, uma vez que, conforme Tim May (2004), os documentos não existem de forma isolada, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica que possibilite a compreensão de seus significados e conteúdos. Serão utilizados como fontes o banco de teses e dissertações da Capes, bem como um conjunto diversificado de materiais que compõem o corpus da pesquisa, incluindo tabelas do IBGE, gráficos, relatórios, atas e dados provenientes de instituições como Capes, IBGE, IPARDES, IPEA, CNPq, além dos dados do Censo da Educação Superior (2023).

Paralelamente, será realizada uma pesquisa bibliográfica e documental criteriosa em bases de dados e documentos institucionais disponíveis nos Ministérios da Igualdade Racial; da Educação; das Mulheres; da Gestão e Inovação; da Cultura; do Empreendedorismo; dos Povos Indígenas; da Ciência, Tecnologia e Inovação; e dos Direitos Humanos, entre outros órgãos e programas de pesquisa relevantes para o tema. Assim, no primeiro momento, nos valem de uma pesquisa bibliográfica sobre o enfrentamento do racismo e do sexismo, explorando a contribuição da ativista, cientista, pesquisadora e intelectual negra Lélia Gonzalez (1935-1994), na luta pela inserção da mulher negra na ciência, como um campo de disputas e lutas permanentes por esses espaços, que na atualidade ainda continuam desiguais. Para Renato Ortiz, no texto “A procura de uma Sociologia da Prática”:

O campo particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um quantum social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. Bourdieu denomina esse quantum de “capital social”. A estrutura do campo pode ser apreendida tornando-se como referência dois polos opostos: o dos dominantes e o dos dominados. Os agentes que ocupam o primeiro polo são justamente aqueles que possuem um máximo de capital social; em contrapartida, aqueles que se situam no polo se definem pela ausência ou pela raridade do capital social específico que determina o espaço em questão. No caso da ciência, o capital se refere à autoridade científica, a luta que se trava entre os agentes é uma disputa em torno da legitimidade da ciência (Ortiz, 1983, p. 21).

Segundo Bourdieu (1983, p. 136), “o campo científico é sempre o lugar de uma luta, mais ou menos desigual, entre agentes desigualmente dotados de capital específico” e, portanto, desigualmente capazes de se apropriarem do produto do trabalho científico que “o conjunto dos concorrentes produz pela sua colaboração objetiva, ao colocarem em ação o conjunto dos meios de produção científicos disponíveis”.

Por que Lélia Gonzalez? Ela teve várias obras de grande relevância na questão da reflexão, da interface e da luta contra o sexismo e o racismo enfrentados pelas mulheres negras desde o período da colonização e “pós abolição” da escravização, incluindo as mulheres latino-americanas e indígenas nas suas produções⁴. Ao construir pautas e propostas de enfrentamento ao racismo e ao sexismo na década de 1980, lutou por políticas públicas de inclusão das mulheres negras no campo científico e em todas as esferas que poderiam ocupar, desnudando o mito da democracia racial, principalmente no mundo do trabalho.

Segundo Barreto (2018), os efeitos do racismo e da supremacia branca no Brasil tem, sistemática e concretamente invisibilizado, apagado e silenciado, no campo epistemológico, vozes destoantes no seu projeto. Além da subalternização e desqualificação das produções de conhecimento negras. O processo acentua-se ainda mais quando se tratam de mulheres negras.

Entende-se o porquê de Lélia não estar inclusa no cânone do pensamento nacional ao lado dos intérpretes do Brasil, constantemente reeditados e debatidos, enquanto que as contribuições e inovações dessa grande intelectual para pensarmos as relações raciais, e principalmente, sua interpretação da nação, que é negra, estarem até agora, praticamente desconhecidas. É preciso conhecê-las (Barreto, 2018, p. 27).

Portanto, nessa pesquisa, ganharão destaque as propostas de discussão sobre as três edições do “Encontro Nacional das Mulheres Negras (ENMN)”, ocorridas nos anos de 1988, 1991 e 1997; e as análises sociológicas das pautas de enfrentamento ao racismo e ao sexismo vivenciados pelas mulheres negras no Brasil. Neste sentido, compreender o conceito de interseccionalidade como uma práxis

⁴ A mulher negra e indígena na América Latina: foram as maiores vítimas da ideologia colonialista que busca justificar a exploração do colonizado atribuindo-lhe uma humanidade inferior. Contaremos com a vivência histórica de resistência da mulher negra e indígena para mudarmos em caráter de urgência esse cenário de desigualdades, mas há que pular todas essas barreiras externas e introjetadas (Rufino, 2003).

cotidiana, investigando como as relações de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pelas desigualdades, é uma de nossas intencionalidades, para abrir espaço para questionamentos sobre a subjetividade⁵ da mulher negra dentro destas estruturas de poder.

Segundo Collins e Bilge (2021, p. 18), como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias raça, classe e gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, faixa etária, entre outras, são e estão interrelacionadas, moldando-se mutuamente. É uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. Collins (2016) exemplifica como as mulheres negras têm ocupado posições marginais em ambientes acadêmicos.

Muitas intelectuais negras têm feito uso criativo de sua marginalidade, do seus status de outsider within (forasteiras de dentro), para produzir um pensamento feminista negro capaz de refletir um ponto de vista especial em relação à família e a sociedade. Tem como objetivo descrever e explorar o significado sociológico de três características deste pensamento. 1. A autodefinição e a autoavaliação das mulheres negras. 2. A natureza interligada da opressão. 3. A importância da cultura das mulheres afro-americanas. Como mulheres negras, em suas posições de outsider within, tratam desses temas chaves com o objetivo de criar distintas perspectivas, quanto aos paradigmas sociológicos existentes, sugiro em minha conclusão que muitos sociólogos iriam se beneficiar ao depositarem mais confiança no potencial criativo de suas próprias biografias pessoais e culturais (Collins, 2016, p. 99).

Neusa Santos Souza, fazendo o uso criativo de sua marginalidade enquanto sujeito e a possibilidade de tornar-se negra, e descreve:

A descoberta de ser negra é mais do que a constatação do óbvio. (Aliás, o óbvio é aquela categoria que só aparece enquanto tal depois do trabalho de se descortinar de muitos véus.) Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas, é também, e sobretudo, a experiência de compreender-se a resgatar a sua história e recriar-se em suas potencialidades (Souza, 2021, p. 18).

⁵ Subjetividade da mulher negra: prefácio de Maria Lúcia da Silva: “Eu constatee a existência do racismo! Eu compreendi o que se operou em minha vida, durante anos: experiências de exclusão, discriminação e humilhação. Foi um processo vivido com muita dor, raiva, ódio e indignação, mas tão libertador. Surgia ali o sujeito e nascia a ativista” (Souza, 2021, p. 17).

Neste sentido, é fundamentalmente importante compreender o entrelaçamento das propostas de luta de Lélia Gonzalez com o processo político de engajamento do movimento negro no Brasil. Ela lutou pela visibilidade da mulher negra dentro do campo científico e também fora dele na sociedade. Afinal, ainda hoje, mulheres negras são frequentemente associadas a papéis socialmente subalternizados, como o trabalho doméstico e o cuidado, sendo vistas de forma limitada e estereotipada.

Essa visão empobrecida impacta diretamente sua presença na ciência e na universidade, uma vez que historicamente lhes foi negado o reconhecimento como produtoras de conhecimento, pesquisadoras e intelectuais. Trata-se de um processo marcado pelo racismo e pelo sexismo estruturais, que não apenas dificultam o acesso, mas também a permanência e o reconhecimento dessas mulheres nos espaços acadêmicos.

Nesse contexto, romper com essas representações é um movimento político e epistemológico. Significa afirmar a mulher negra como sujeito de conhecimento, capaz de produzir ciência a partir de suas experiências, saberes e perspectivas. Assim, a luta por visibilidade na universidade não é apenas por ocupação de espaços, mas pela transformação das estruturas que historicamente silenciaram e deslegitimaram suas vozes.

Por conseguinte, há muitas mulheres negras cientistas, intelectuais e trabalhadoras têm articulado, ao longo da história, lutas fundamentais contra o racismo, machismo e o sexismo ao mesmo tempo em que reivindicam a valorização da mulher negra no campo científico. Essas trajetórias dialogam diretamente com os ideais defendidos por Lélia Gonzalez (1935-1994), e se expressam nas contribuições de pensadores como Maria Beatriz Nascimento (1942-1995), Neuza S. Souza (1948-2008), Luiza Bairos (1953-2016), Thereza Santos (1930-2012), Sueli Carneiro (1950), Jurema Werneck (1961), Lúcia Xavier (1959).

Em sua maioria, essas mulheres constroem suas produções a partir da perspectiva da interseccionalidade, compreendendo que as opressões de raça, gênero e classe não atuam de forma isolada, mas articulada, produzindo desigualdades específicas na vida das mulheres negras. Tal abordagem fortalece não apenas a crítica às estruturas sociais excludentes, mas também a afirmação de novos modos de produzir conhecimento, comprometidos com a transformação social e com a justiça racial e de gênero.

Nesse sentido Bilge e Collins afirmam que:

O conceito de interseccionalidade , dentre uma multiplicidade de usos nos debates atuais , é compreendido como uma ferramenta analítica, uma maneira de compreender a complexidade das experiências humanas , pontuando que a vida das pessoas , em particular , quando o assunto é desigualdade social, é moldado por múltiplos eixos de opressão que operam influenciando um ao outro, assim , categorias como: raça, gênero e classe são percebidas como categorias interligadas e possibilitam análises mais adequadas da condição das mulheres negras (Collins; Bilge, 2021, p. 100).

Nesta caminhada, para Crenshaw (2002), a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação.

Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas de discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outros. Além disso a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desequilíbrio (Crenshaw, 2002 p. 177).

Especificando ainda mais o conceito de interseccionalidade, segundo Nascimento (2020), a epistemologia gestada pelas mulheres negras, em conjunto, assegura a legitimidade da sua teoria social crítica por abranger três distinções: (I) as mulheres negras como coletividade marcada por opressões interseccionais agenciam a sua autodefinição; (II) reagem coletivamente e ou individualmente ao sistema de dominação patriarcal heterossexista e racista; elaboram respostas diferentes a desafios comuns; (III) gestam o ponto de vista coletivo. Entretanto, tal pressuposto não se propõe universal, nem se aparta de outras coletividades oprimidas. Pelo contrário, confirma experiências e programas de justiça social em conexões transnacionais e globais.

A grande importância de se trazer novamente o embate travado, entre as mulheres negras participantes e envolvidas no I Encontro Nacional das Mulheres Negras de 1988, justifica-se pelo fato das mesmas pautas e lutas enfrentadas pelas precursoras do movimento, ainda continuarem fortemente gritantes na nossa sociedade, denunciando o aumento dos casos de racismo e sexismo enfrentados

pelas mulheres negras na atualidade. De acordo com Bell Hooks, não é fácil dar nome a nossa dor, teorizar a partir desse lugar:

Sou grata às muitas mulheres e homens que ousam criar teoria a partir do lugar da dor e da luta, que expõem corajosamente suas feridas para nos oferecer sua experiência como mestre e guia, como meio para mapear novas jornadas teóricas. O trabalho delas é libertador. Além de nos permitir lembrar de nós mesmos e nos recuperar, ele nos provoca e desafia a renovar nosso compromisso com uma luta feminista ativa e inclusiva. [...] Sou grata por poder ser uma testemunha, declarando que podemos criar uma teoria feminista, uma prática feminista, um movimento feminista revolucionário capaz de se dirigir diretamente à dor que está dentro das pessoas e oferecer-lhes palavras de cura, uma teoria de cura. Não há ninguém entre nós que não sentiu a dor do sexismo e da opressão sexista, a angústia que a dominação masculina pode criar na vida cotidiana, a infelicidade e o sofrimento profundos e inesgotáveis (Hooks, 2017, p. 104).

No parecer de Tim May (2004, p. 108), “os documentos fornecem uma fonte de dados importantes para entender os eventos, processos e transformações nas relações sociais”. No que diz respeito a esta forma de coleta de dados, será realizada também uma pesquisa do estado da arte sobre o tema desta dissertação.

Nessa direção, Pereira (2012, p. 11) “aponta que a pesquisa documental é um recurso metodológico ainda visto como um complemento à produção de dados na prática da pesquisa social”. O autor destaca que é comum a utilização de documentos como ferramenta para aprofundar a compreensão dos fenômenos investigados, seja situando relatos em seus contextos históricos, seja possibilitando comparações entre as interpretações do pesquisador e os registros documentais analisados. De fato,

Tudo o que é vestígio do passado, tudo que serve de testemunho, é considerado como documento ou fonte, como é mais comum dizer atualmente. Pode-se tratar de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano (Cellard, 2012, p. 296).⁶

Para a realização da pesquisa, nesse sentido, foi realizada uma análise bibliográfica minuciosa em livros, jornais, textos, artigos e boletins das três primeiras edições do Encontro Nacional das Mulheres Negras (ENMN), nos textos escritos de Lélia Gonzalez (1935-1994). De acordo com Collins (2021, p. 26), a ênfase dada à condição de vulnerabilidade das mulheres negras de seu tempo, apesar das

⁶ A análise documental, de André Cellard (2012), traduzido por Ana Cristina Nasser.

diferenças históricas, de idade, de classe social, de gênero, cor da pele ou da região, mantém uma linha de ligação comum, ou seja, um legado de luta contra a violência e as múltiplas matrizes de opressão que afetam mulheres negras até a contemporaneidade.

Neste sentido, entrelaçaremos estes eixos teóricos potentes de raça, classe e gênero, sob a perspectiva do feminismo negro, com o conceito de Escrivivência, cunhado por Conceição Evaristo, enquanto perspectiva metodológica de análise. Afinal, como bem afirma Collins (2016), muitas feministas negras estão abraçando o potencial criativo de seus status de *outsider within* e usando-o de forma sábia. Ao fazê-lo, aproximam-se de si mesmas e associam suas disciplinas à visão humanista implícita de seus trabalhos, isto é, a liberdade tanto de ser diferente como de fazer parte da solidariedade humana.

No que tange às questões éticas, o referido trabalho dispensa a submissão ao Conselho de Ética Envolvendo Seres Humanos, pois está vinculado ao Laboratório de Escrivivências Socioantropológicas e Educacionais o LAB-ESCREVIVÊNCIAS⁷, que já efetuou toda esta tramitação e já tem aprovação no referido Conselho. Quanto à relevância do projeto, destaca-se sua contribuição para a valorização das escrevivências, possibilitando a articulação entre experiência vivida e produção acadêmica, bem como o aprimoramento da escrita científica em uma perspectiva inclusiva.

O Laboratório de Escrivivências Socioantropológicas e Educacionais o LAB-ESCREVIVÊNCIAS, tem como objetivo produzir e analisar pesquisas na perspectiva das Escrivivências Socioantropológicas e Educacionais. Foca na organização do Estado da Arte sobre o tema, na atualização da Revista Pró-Docência, na produção de coletâneas, na orientação de trabalhos de conclusão de cursos na Graduação e Pós- Graduação, e também na análise/escrita e textos voltados às metodologias de ensino e pesquisa que são fundamentados nos diálogos entre: Sociologia da Educação, Antropologia da Educação, Sociologia das Juventudes, Antropologia das Juventudes, Ciências Sociais e Educação.

O LAB-ESCREVIVÊNCIAS oferta cursos e eventos científicos, em parceria

⁷ Consultado em 06 de junho de 2025, de:
<https://drive.google.com/file/d/1d1OzzwWB852Z6sKFES2v1yxC9SukANrX/view>
Consulta realizada em 06 de junho de 2025, de:
<https://anais.uel.br/portal/index.php/praxis/article/view/4277/3802>

com escolas públicas de Educação Básica e Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil, Argentina, Portugal e Moçambique. São cursos que estimulam a análise e produção de artigos científicos, capítulos de livro, projetos de pesquisa e relatos de experiência que resultam na organização e publicação de coletâneas de Escrevivências, com contribuições de todos os estudantes das Ciências Sociais (Bacharelado, Licenciatura e Pós-Graduandos/as), Lato Sensu, Stricto Sensu, egressos da UEL, docentes da Educação Básica e do Ensino Superior, IC- Juniores do Ensino Médio e demais integrantes do projeto.

Valoriza os saberes/fazeres desses sujeitos socioculturais, contribuindo, especialmente, com a concretização de novos diálogos teóricos- metodológicos e didáticos entre a Linha de Pesquisa “Educação, Escola e Sociedade”, do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO/UEL). O Projeto LAB-ESCREVIVÊNCIAS também está diretamente relacionado aos objetivos da Linha de Pesquisa “Desigualdade Cidadania e Cultura”, do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGSOC/UEL), onde também está abrigada esta dissertação.

A dissertação está organizada de modo a articular fundamentação teórica, análise histórica e problematização crítica acerca da inserção da mulher negra na ciência brasileira. No primeiro capítulo, trago minha escrevivência como forma de luta, resistência e enfrentamento ao racismo.

No segundo capítulo na Introdução demonstro como Lélia Gonzalez, foi precursora da articulação e luta contra o racismo, machismo e sexismo no Brasil. Criticando as teorias que se apoiavam no “mito da democracia racial”.

No terceiro capítulo intitulado *Estado da Arte sobre o Tema*, apresenta-se um levantamento e análise da produção acadêmica existente, com o objetivo de mapear como a temática vem sendo abordada no campo científico, identificando lacunas, avanços e principais contribuições teóricas.

No quarto capítulo, *Dialogando com Lélia Gonzalez*, constitui o eixo teórico central do trabalho, no qual são discutidas as contribuições de Lélia Gonzalez para a compreensão das relações entre raça, gênero e classe. Este capítulo desdobra-se em três seções em que aborda-se a relação entre Lélia Gonzalez e o Movimento de Mulheres Negras no Brasil; analisam-se as três edições do Encontro Nacional de Mulheres Negras como espaços de articulação política e resistência; e, discute-se a crítica da autora ao mito da “democracia racial”, evidenciando seus impactos na invisibilização das desigualdades raciais.

No capítulo quinto, intitulado *Por uma Educação Transformadora Antirracista e Antissexista: o legado das feministas negras dialogando com Paulo Freire*, são estabelecidas aproximações entre o pensamento das feministas negras e a perspectiva crítica de Paulo Freire, enfatizando a educação como prática emancipatória e instrumento de enfrentamento às opressões.

Por fim, o capítulo sexto, *A Representatividade das Mulheres Negras na Ciência Brasileira*, dedica-se à análise da presença e das condições de inserção das mulheres negras no campo científico, evidenciando desafios, avanços e a importância das políticas de ação afirmativa para a democratização do acesso e permanência na universidade.

Dessa forma, a organização da dissertação busca construir um percurso que parte do mapeamento teórico, avança para o aprofundamento conceitual e histórico, e culmina na análise crítica da realidade contemporânea, articulando teoria e prática na compreensão do objeto de estudo.

3 ESTADO DA ARTE SOBRE O TEMA

A Linha de Pesquisa “Desigualdades, Cidadania e Cultura” do PPGSOC trouxe muitas inquietações enquanto pesquisadora e cientista social negra. Ao pesquisar sobre a Inserção das Mulheres negras na Ciência, como forma de combate ao epistemicídio sofrido pelas/os pesquisadoras negras/os que tiveram suas bibliografias e histórias ocultadas pela colonização, e pelo cânone científico branco; campo este epistemologicamente hegemônico, com características da concepção hetero e patriarcal, que tentou ocultar a luta, a resistência, os saberes e as epistemologias negras, me vi instigada a intercalar este debate sociológico com minha escrevivência enquanto pesquisadora negra.

Neste sentido, à luz das propostas teórico-metodológicas de Lélia Gonzalez (1935-1994), desenvolvidas ao longo de sua ampla produção intelectual, evidencia-se uma crítica contundente aos cânones hegemônicos e patriarcais. A autora problematiza o chamado “mito da democracia racial”, ao desvelar como a história brasileira foi construída a partir de uma narrativa que romantiza a exploração da população negra, frequentemente representada como dócil e passiva. De modo particular, denuncia a condição da mulher negra, historicamente submetida à exploração sexual durante o período da escravização, bem como a forma como essas violências foram naturalizadas e difundidas por meio de discursos sociológicos e antropológicos ao longo de décadas no Brasil.

De acordo com Barreto (2018), ideólogo da democracia racial, Freyre atribuía uma suposta superioridade ao colonizador português que mantinha contatos e “relações” com os povos colonizados. Nesta visão romantizada sobre a fundação do Brasil, o colonizador português se definiria por seu caráter benevolente e isento de preconceitos, que lhe permitiu “manter relações íntimas e consensuais” com mulheres negras escravizadas e indígenas”. Segundo Barreto (2018), a crítica de Lélia se incide justamente neste ponto, denunciando a violência sexual que a sustentou, atacando um dos principais alicerces da existência da democracia racial no Brasil.

Lélia traz uma práxis sociológica e epistemológica através do conceito de interseccionalidade (entre raça, gênero e classe) e analisa por meio das interfaces dessas categorias, a tripla discriminação que recaíram sobre as mulheres negras, que estão presentes nos dias atuais e ainda precisam ser combatidas. Essa

mentalidade colonial ainda está arraigada nas esferas de poder e precisam ser desconstruídas e desmistificadas, especialmente no campo da ciência e da pós-graduação brasileiras.

Durante a sua vida, Lélia foi precursora da articulação de luta e combate às desigualdades sociais vivenciadas pela população negra. Foi fundamental para a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), o Movimento de Mulheres Negras (MMN), que elas se viam excluídas das pautas de luta das feministas brancas, que não incluíram a categoria raça dentro das suas articulações.

Todas as violências enfrentadas pelas mulheres, negras desde o período da escravização, infelizmente persistem nos dias atuais. E, como forma de resistência, essas mulheres negras lutaram e resistiram para ocupar um espaço que nos foram negados ao longo da história. É, neste sentido, a importância deste trabalho, como forma de enfrentamento e combate ao racismo e sexismo vivenciados pelas mulheres negras daquela época e que persistem nos dias atuais.

Com intuito de demonstrar como mulheres negras: pesquisadoras, cientistas, moradoras dos bairros e periferias, se organizaram e enfrentaram uma estrutura de poder machista e sexista, colocando em pauta a luta por direito a educação, saúde, moradia digna e direito iguais que nos foram e são negados até a atualidade é que me dedico a fazer esta pesquisa. Afinal, de acordo com Collins (2016), fazendo uso da marginalidade e de seu status de *outsider within*, demonstro a importância de lutar pela subjetividade da mulher negra, pela sua ocupação em espaços públicos como a universidade e o campo científico, também articulando uma luta antirracista por meio desta dissertação.

Para enegrecer esta dissertação e dar ênfase à crítica aos cânones hegemônicos, racistas, machistas e sexistas, trago para essa pesquisa autoras/es, negras/os como: Lélia Gonzalez (1934-1995), Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), Neuza Santos Souza (1948-2008), Abdias do Nascimento (1914-2011), Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Bell Hooks (1952-2021). E pesquisadoras queer como Gloria Anzaldua (1942-2004). Também pretendo, até a defesa desta dissertação, inserir autoras indígenas e ciganas que contribuem para o aprofundamento destes debates. Após a defesa, pretendo pesquisar quais destes/as autores/as pesquisados/as no Banco da Biblioteca de Teses e Dissertações da CAPES são negros/as, com deficiência, indígenas, ciganos/as, quilombolas, etc. Mesmo tendo relação indireta com o problema de pesquisa, considero importante fazer esta caracterização sociológica da bibliografia que estou utilizando como fundamentos teóricos nesta pesquisa.

Mas, também é importante saber que pesquisadoras/es negras e não negras, indígenas e não indígenas, mulheres e homens, se preocuparam em pesquisar a relevância destes temas. Foi aí que considerei importante olhar para a Biblioteca de Teses e Dissertações do Governo Federal, por meio dos seguintes verbetes: **“Mulheres Negras”**, **“Racismo”**, **“Interseccionalidades”** em diferentes áreas do conhecimento. O que essa base de dados até este momento, foram onze trabalhos entre dissertações de Mestrado e teses de Doutorado defendidas no Brasil (quadro 1).

Quadro 1 - Biblioteca de teses e dissertações do Governo Federal

Pesquisas	Título	Autores/as	Ano	Programa
Dissertação	Mulheres em Movimento: Trajetórias de estudantes negras na UFRGS e o tornar-se mulher negra	SANTOS, Patrícia Helena Xavier dos	2018	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Dissertação	Trilhando Caminhos de Emancipação: O Movimento das Mulheres Negras face ao avanço do Neoconservadorismo	GUEDES, Bruna Menezes	2022	Programa: Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Dissertação	Gênero, raça e classe: discurso das mulheres negras acadêmicas e mulheres negras comunitárias	SILVA, Daiane Severo da	2016	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)
Dissertação	"E eu não sou uma mulher?": Feminicídio negro como um mecanismo de fazer morrer em vida corpos de mulheres negras	MACHADO, Marcela Toledo Piza Costa	2016	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Tese	Quando as Mulheres Negras se movimentam: identidades e trajetórias profissionais de mulheres negras no mundo branco	MATOS, Teresa Cristina Furtado	2023	Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. (UFPB)
Dissertação	(In)disciplinando os cânones diálogos entre Maria Beatriz Nascimento e Carolina Maria de Jesus	MARTINS, Ana Cláudia Alves	2024	Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB)
Dissertação	Feminismo Negro: a luta por reconhecimento da mulher negra no Brasil	ALMEIDA, Celia Sales de	2016	Programa de Pós-Graduação em Direito e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (FDV)
Dissertação	Racismo Ambiental: responsabilidade socioeducacional	RIBEIRO, Elias Borges	2024	Programa de Pós-Graduação Rede Nacional Para o Ensino das Ciências Ambientais da Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Dissertação	A Escola no Enfrentamento ao racismo	CARVALHO, Daniela Melo da Silva	2020	Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe
Dissertação	Racismo e violência nos contos de Conceição Evaristo	SILVA, Agilson da	2024	Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo (UPF)
Dissertação	Mulheres Negras, Produção e interseccionalidade	SILVA, Roberta Ribeiro da	2019	Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Fonte: Organizado pela autora com os dados coletados.⁸

⁸ Das pesquisas realizadas em 30 de agosto de 2025 nos sites: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=mulheres+negras&type=AllFields&limit=20>
<https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=Racismo&type=AllFields&limit=20>.
<https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=interseccionalidade&type=AllFields&limit=20>
<https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=mulheres+negras&type=AllFields&limit=20>
<https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=Racismo&type=AllFields&limit=20>
<https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=interseccionalidade&type=AllFields&limit=20>

A leitura das teses e dissertações possibilitou o acesso a discussões que dialogam diretamente com o objeto desta pesquisa, com destaque para a dissertação de Ana Cláudia Martins (2024), com o título “(In)disciplinando os cânones: diálogos entre Maria Beatriz Nascimento e Carolina Maria de Jesus”, pois demonstrou a conexão história de duas mulheres negras, ambientada na segunda metade do século XX. Como bem demonstrou a pesquisadora em questão, nesta dissertação, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB), suas produções intelectuais, desnudaram narrativas brancas, eurocêtricas e patriarcais.

A partir de suas inserções de intelectualidades, compartilhou de uma experiência histórica particular, tendo por norte os desdobramentos do racismo no pós-abolição. Fizeram de suas vivências constructo de sua produção intelectual, de se pensar e escrever história e literatura. Os debates raciais de gênero e classe influenciaram na marginalização de suas produções, principalmente, no que tange às elites cultural, racial, social e governamental brasileira.

A Dissertação da Ana Cláudia Martins (2024), com o título “(In)disciplinando os cânones: diálogos entre Maria Beatriz Nascimento e Carolina Maria de Jesus”, buscou relacionar as experiências, produções, e contribuições das duas pesquisadoras brasileiras da segunda metade do século XX para a construção de um pensamento social negro, feminino e crítico.

Segundo Martins (2024), Maria Beatriz Nascimento (1942-1995), no campo da História e Carolina Maria de Jesus (1914-1977), na literatura, são duas das mais importantes intelectuais brasileiras e suas obras abrem um campo teórico e analítico de nossa sociedade a partir de uma perspectiva insubmissa, crítica e insurgente. A análise histórica e social de ambas as autoras, permite a elaboração de um pensamento antirracista e antissexista fecundos. Nesse sentido, a investigação proposta pela autora se guia pela interseccionalidade que atravessa a vida e a escrita das intelectuais.

Suas obras abrem um campo teórico e analítico de nossa sociedade a partir de uma perspectiva insubmissa, crítica e insurgente e suas conexões se desenrolam por meio da interseccionalidade que as unem, partindo assim das relações de gênero, raça e classe, e das leituras críticas e profundas que ambas realizaram sobre a sociedade brasileira e suas assimetrias e violências. Ambas as autoras são mulheres negras e periféricas que contribuíram, a partir de suas narrativas, para compor um mosaico de muitas histórias sociais no Brasil. Este tipo específico de vida e de escrita, emerge das margens de um sistema de exclusão, mata e produz o silenciamento dos sujeitos negros (Martins, 2024, p. 9).

Segundo Martins (2024), mesmo as autoras não se conhecendo, ambas experienciaram situações próximas, dadas as condições históricas dos negros e negras no país. E, para além disso, fizeram de suas vivências uma construção intelectual, constituindo uma outra maneira de pensar e escrever história e literatura, colocando em xeque suas epistemes excludentes.

Cabe destacar que também foi realizada uma pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (Plataforma Sucupira), a partir dos descritores “mulher negra na ciência” e “feminismo negro”, contemplando diferentes áreas do conhecimento. Como resultado, foram identificadas vinte e uma dissertações e teses que, de algum modo, estabelecem relações com tais verbetes, conforme o que se apresenta no quadro 2.

Quadro 2 - Banco de teses e dissertações da Capes Sucupira: “Mulher Negra na Ciência”

Pesquisas	Título	Autores/as	Ano	Programa (continua)
Dissertação	Mulheres Negras na Docência: Uma Avaliação na Implementação da Lei: 12.990/2014	Medeiros, Fernanda Mariade Vasconcelos	2022	Programa Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC)
Dissertação	Trajetórias de mulheres negras docentes na Universidade de Brasília.	SILVA, Erika Costa	2019	Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UNB)
Dissertação	A História de Viviane dos Santos Barbosa	JESUS, Elisangela Gonçalves de	2019	Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências. (UFBA)
Dissertação	Sobre produção de Mulheres Negras nas Ciências: Uma proposta para Implementação da Lei: 10.639/03 no Ensino de Química	VARGAS, Regina Nobre	2018	Programa de Pós-Graduação em Química da Universidade Federal de Goiás. (UFG)
Dissertação	Mulheres Negras e o Ensino de Ciências tensões, movimentos e criações	PORTO, Thais Padua Vilela	2023	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Uberlândia. (UFU)
Tese	Feminismo Negro e epistemologia social: Trajetória de vida de pesquisadoras negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação	SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da.	2020	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Tese	Mulheres Negras e relações intergeracionais na superação do racismo	BELLINI, Daniela Mara Gouveia	2022	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. (UFSCar)
Dissertação	Trajetória escolar e profissional de uma docente negra no Instituto de Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro: experiência e superação dos obstáculos.	COUTINHO, Juliana Severino Mendonça	2023	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (UFRJ)
Dissertação	Ações para o Empoderamento da Mulher Negra e a memória do Movimento de Mulheres Negras em Londrina	AGUILERA, Sandra Mara	2021	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina. (UEL)
Dissertação	Vozes de egressas negras do curso de Ciências Sociais de Paranaíba (MS)	SOUZA, Sonia Mara Pereira de	2022	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. (UEMS)
Dissertação	Memórias, Cotidianos e Histórias: Retalhos de uma identidade de Mulher Negra em Construção	SILVA, Andreza Cristina da Costa	2019	Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas. (UFAM)
Dissertação	Mulheres Negras nos Livros Didáticos de História de Gilberto Cotrim	CAVRUCOV, Luane Cristine	2022	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul. (UFFS)
Dissertação	Mulheres, Raça e Classe: A história das Pioneiras da Física no Brasil	CORREIA, Eloah Oliveira	2021	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. (CEFET- RJ)
Tese	As marcas do Discurso das Mulheres Negras Militantes Negras: a Interseccionalidade de Gênero e Raça na Produção das Identidades Contemporâneas	SANTOS, Kelly Cristine Martins do	2021	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco. (UNICAMP)

Pesquisa	Título	Autores/as	Ano	Programa (conclusão)
Tese	Vozes Insurgentes – O discurso do feminismo	BOTOSSO, Tatiana Cavalcante de Oliveira	2021	Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP)
	Negro na América Latina e Caribe			
Dissertação	A (des)qualificação da mulher negra: os perigos e as consequências da ciência naturalista do século XIX	COTRIM, Eloara dos Santos	2023	Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Maringá (UEM)
Dissertação	A Interseccionalidade entre Gênero e Raça como vetor interpretativo da Convenção Sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher	VASCONCELOS, Gabriela Oliveira Silva	2021	Programa de Pós-Graduação em Proteção dos Direitos Fundamentais da Universidade de Itáúna (UIT)
Dissertação	Interseccionalidade de Gênero e Raça na Docência do Ensino Superior: Representatividade, Visibilidade e Resistência	SOARES, Cristiane Barbosa	2020	Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Tese	Uma Análise sobre a Inserção de Mulheres nos Cursos de Pós-Graduação Strictu Senso nas Universidades Estaduais do Rio de Janeiro a partir da Aprovação da Lei nº 6.914/2014	SILVA, Pauline Aparecida Ildefonso Ferreira da	2023	Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro-UENF
Tese	Professoras Negras e suas autorias. Um Estudo sobre a Produção Acadêmica de Doutoradas Negras Atuantes nas Universidades Públicas do Sul do Rio Grande do Sul	RODRIGUES, Elida Regina Nobre	2022	Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
Dissertação	Irrompendo silêncios: a literatura afro-brasileira de Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo	LOPES, Michely Cristina Alves	2019	Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Fonte: Organizado pela autora com dados da pesquisa⁹

⁹ consultada em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Data do acesso: 30 ago.2025.

Diante da leitura dos resumos das teses e dissertações deste segundo bloco de pesquisa, apresentaram-se diferentes áreas de pesquisa como: Química, Matemática, Ciência da Informação, Educação Tecnológica, Psicologia, Ciência das linguagens, Letras, História, Filosofia e um trabalho de Sociologia. Muitas delas se correlacionam com a minha pesquisa. Os trabalhos citados orientam e trazem elementos que abordam, direta e indiretamente, minha temática de análise.

A dissertação que mais dialogou com a minha pesquisa foi produzida por Elisangela Gonçalves de Jesus (2019), intitulada “A História de Viviane dos Santos” defendida no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da UFBA. Segundo a referida dissertação, Viviane dos Santos foi uma cientista negra e baiana, da área de nanotecnologia que venceu a concorrência com 800 trabalhos científicos em uma Conferência Internacional na Finlândia, por sua pesquisa sobre catalisadores obtidos a partir da mistura dos metais Paládio e Platina, realizado no laboratório da Delft University of Technology, na Holanda. Enegrecendo e feminizando o discurso em que gênero e raça atuaram como diferenciadores da cientista negra Viviane dos Santos Barbosa. A pesquisa embasou-se nas discussões sobre a construção da Identidade da mulher negra e do Feminismo Negro, a ciência e o gênero como construções sociais, culturais, históricas e discursivas em meio a relações de poder/saber.

As literaturas apresentadas, abordam os caminhos de silenciamentos percorridos pelas mulheres negras, com o enfrentamento ao racismo e ao sexismo, além de outras violências de gênero historicamente persistentes nas diversas áreas científicas.

Elisangela Gonçalves de Jesus (2019), na dissertação intitulada “A História de Viviane dos Santos”, afirma que há muito tempo negras e negros têm produzido conhecimentos independentes, mas quando há assimetria no acesso que os grupos tem a recursos necessários para implementar suas próprias vozes. Como resultado, o trabalho de intelectuais negros, sobretudo as intelectuais negras, em geral ficam fora do espaço acadêmico e de suas agendas. O conhecimento é colonizado. Para Elisangela Gonçalves de Jesus (2019, p. 58), a combinação de opressões coloca a mulher negra num lugar no qual apenas a interseccionalidade permite uma verdadeira prática que não negue indetidades em detrimentos de outras.

Por não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supracitada branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro (Kilomba, 2019, p.124).

De acordo com Elisangela Gonçalves de Jesus (2019), tendo em vista o modo como gênero e raça se entrelaçam, faz-se necessário revisitarmos os porões da nossa história com o intuito de darmos visibilidade e voz às narrativas históricas invisibilizadas, que nos permitirão uma descolonização dos padrões do que vem a ser ciência e do que vem a ser cientista: “é preciso um olhar atento para a história para compreendermos os passos que nos conduziram até aqui e para termos sensibilidade e empatia com essas existências negadas e inferiorizadas” (Pinheiro, 2019).

Conclui-se, por enquanto, que no Catálogo de Dissertações e Teses da Capes, não há pesquisas específicas sobre a inserção da mulher negra na ciência, que trace relações com os Encontros das Mulheres Negras e as contribuições de Lélia González.

Ao buscar-mos por palavras chaves na Biblioteca de Tese e Dissertações da CAPS e no Banco de Teses da CAPES-Sucupira, os termos que mais apareceram foram: Entrelaces, resistência, mulheres negras, ciência, feminismo negro, vozes negras, insurgencia, protagonismo, escrevivência, trajetória, formação, docência, feminismo negro, resistência, gênero, racismo, epistemologias. As áreas que mais aparecem na pesquisa são as Áreas de Exatas como: Química, Física, Matemática. Também aparece com frequência a Área de Ciências da comunicação.

Encontram-se também dissertações de doutorado e mestrado na Área de Ciências Humanas: Sociologia, Ciências Sociais, Comunicação, Educação, Filosofia, Direito, Serviço Social e Psicologia. Entre os trabalhos citados nos quadros acima, dois trabalhos dialogam com a minha dissertação. A Dissertação da Ana Cláudia Martins (2024), com o título “(In)disciplinando os cânones: diálogos entre Maria Beatriz Nascimento e Carolina Maria de Jesus”, buscou relacionar as experiências, produções, e contribuições das duas pesquisadoras brasileiras da segunda metade

do século XX para a construção de um pensamento social negro, feminino e crítico. E a dissertação produzida por Elisangela Gonçalves de Jesus (2019), intitulada “A História de Viviane dos Santos”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da UFBA. Demonstro a importância da proposta de pesquisa, ao trazer à tona a trajetória de luta, pesquisa e cânone científico epistemológico proposto por Lélia Gonzalez, como uma das precursoras do I ENCONTRO Nacional das Mulheres Negras.

Neste sentido, parafraseando Elisangela Gonçalves de Jesus (2019, p. 82), “ser uma mulher negra com um sonho de ser cientista não é uma tarefa fácil”. Historicamente, o Brasil foi construído e estruturado sobre um regime escravocrata com fortes relações com o sistema capitalista, construindo uma barreira racial imposta a toda a população negra. Mesmo diante de um discurso de democracia racial, empurrou sonhos de uma vida distinta a lugares marginalizados e sem perspectivas. Esta importância de trazer à tona as referidas pesquisas nos demonstra também que:

[...] cada vez mais temos intelectuais negras desbravando os processos históricos, sociológicos e políticos do nosso país, desafiando as ciências exatas e biológicas em suas pesquisas para definitivamente dizer “eu também faço ciência”. A gente só se espelha no que pode ver, logo, precisamos mais do que nunca resgatar referências de cientistas negras que podem ser fontes de inspiração e sonhos de jovens mulheres negras pesquisadoras [...] a ciência também é lugar de mulher negra” (Jesus, 2019, p. 83).

Lélia González, ao longo de toda a história de luta e resistência neste país, mostra o quão é inegável o seu protagonismo no que intitulamos feminismo negro. “Seu pensamento e ação política nos guiaram para algo que muitas ativistas e feministas negras colocam no debate público contemporâneo: o lugar emancipatório da mulher negra” (Rios; Lima, 2020, p. 20).

4 DIALOGANDO COM LÉLIA GONZALEZ¹⁰



Lélia foi uma importante intelectual e ativista, destacando-se nas produções e por atuações políticas contra o racismo, machismo e sexismo. De acordo com Bartholomeu (2019), suas discussões repercutem diversos campos do conhecimento, encontrando forte eco nos estudos culturais, sociais e antropológicos. Filha de uma empregada doméstica de origem indígena e de um homem negro ferroviário, pertence a uma extensa família operária. Lélia migra de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro em 1942, onde se forma em História e Filosofia, tornando-se professora.

Fez Mestrado em Comunicação Social e Doutorado em Antropologia, tornando-se professora e pesquisadora na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, entre 1978 e 1994. Lélia funda o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), na Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. Em 1976 inicia o Curso de Culturas Negras no Brasil, na Escola de Artes Visuais (EAV) do Parque Lage.

Juliana S. S. Bartholomeu (2019), descreve em seu artigo intitulado “Lélia Gonzalez” que a autora participou da luta de resistência à ditadura, na origem do Movimento Negro Unificado (MNU), atuando pelo fortalecimento da organização das mulheres no seu interior, participando também do Centro de Luta Maria Felipa Mahin e no Nzinga, Coletivo de Mulheres Negras. Nos anos de 1980 é indicada para o

¹⁰⁾ “Lélia Gonzales”, Bartholomeu (2019) – Imagem disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/lelia-gonzalez>.

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM (1986-1989). Nas Eleições de 1982, apresentou-se como candidata a deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e em 1986, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), permanecendo como suplente nos dois partidos.

Foi autora de várias obras, como: Lugar de Negro (1982), escrito com o Sociólogo Carlos Hasenbalg (1942-2014), Festas Populares no Brasil (1987), etc. Foi autora de diversos artigos, por exemplo: “A importância da Organização das Mulheres Negras no Processo de Transformação Social” (1980); “Por um feminismo afrolatinoamericano” (1988); Racismo e sexismo na Sociedade Brasileira (1989). Por ser a principal autora com quem dialogo nesta dissertação, após a Banca de Defesa, farei um quadro minucioso com todas as obras da autora já publicadas.

Segundo Ratts e Rios (2010), ela foi Membro do Conselho Diretor do Memorial Zumbi e militante da luta contra a discriminação da mulher. Primeira mulher negra eleita como uma das “Mulheres do Ano” pelo Conselho Nacional de Mulheres do Brasil em 1981, sendo a primeira negra a sair do país para divulgar a verdadeira situação da mulher negra brasileira. Foi também a Vice- presidente do 1º e do 2º Seminário da ONU sobre a “Mulher e o Apartheid” (Montreal-Canadá e Helsinque-Finlândia, 1980).

Foi autora de artigos (no Brasil e no exterior) e de livros sobre as condições de exploração e opressão do negro e da mulher negra na sociedade. Foi membro do Conselho Diretor da Sociedade Internacional para o Desenvolvimento (SID), com sede em Roma. Lélia passou a denunciar o sistema de opressão, vivenciado principalmente pelas mulheres negras, a partir do seu lugar de fala, da sua vivência. Como um ato de resistência, passou a denunciar as opressões, pelo viés da interseccionalidade, em todos os seus escritos. Partindo da sua condição e reconhecendo-se como negra, partiu do princípio de ação. De acordo com Guerreiro Ramos (1957, p.156): “Sou negro, identifico com meu corpo em que o meu eu está inserido, atribuo à sua cor suscetibilidade de ser valorizada esteticamente e considero a minha condição étnica com um dos suportes do meu orgulho pessoal”.

Segundo Ribeiro¹¹ (2019), o conceito de lugar de fala discute justamente o

¹¹ Djamila Ribeiro chama a atenção para que mulheres e homens brancos prestem atenção, se questionem sobre vários espaços de poder que ocupam. Pois este não é um lugar natural, foi construído a partir de processos de escravização (Ribeiro, 2019, p. 34).

locus social¹², isto é, de que ponto as pessoas partem para pensar e existir no mundo, de acordo com as suas experiências em comum.

Não poder acessar certos espaços, acarreta em não ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços, não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive até de quem tem acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquia social (Ribeiro, 2017, p. 37).

Lélia partiu da sua condição de mulher negra, do seu lugar de fala, e da construção da subjetividade para colocar em prática a desconstrução de paradigmas hegemônicos que silenciavam as resistências e lutas da população negra aos cânones científicos brancos. Podemos entrelaçar com o que Kilomba (2019), descreve como uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo.

Eu, como uma mulher negra, escrevo com palavras que descrevem minha realidade, não com palavras que descrevam a realidade de um erudito branco, pois escrevemos de lugares diferentes. Escrevo da periferia, não do centro. Este é também o lugar de onde eu estou teorizando, pois coloco meu discurso dentro da minha própria realidade. [...]. Como escritoras/es e acadêmicas/os negras/os, estamos transformando configurações de conhecimento e poder à medida que nos movemos entre limites opressivos, entre a margem e o centro (Kilomba, 2019, p. 59).

Neste sentido, a margem não deve ser vista apenas como um lugar periférico, de perda e privação, mas como um espaço de resistência e possibilidade. Segundo Hooks (*apud* Kilomba, 2019 p. 68), “é a criatividade, onde novos discursos críticos se dão”. Onde as fronteiras opressivas estabelecidas por categorias como “raça”, “gênero”, “sexualidade e dominação de classe são questionadas, desafiadas e desconstruídas. É um local que nutre nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos”.

Diante desse contexto, considera-se fundamental, nesta dissertação, evidenciar os embates travados por Lélia Gonzalez. Conforme apontam Ratts e Rios (2010), a autora adota o sobrenome Gonzalez como expressão de sua inserção em

¹² Djamila Ribeiro (2017, p. 37) afirma que quando falamos de direito à existência digna à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de Transcendência.

uma nova concepção de mundo, inaugurando um processo de insurgência no qual o enfrentamento ao racismo se torna elemento central para seu autoconhecimento e para a compreensão crítica da realidade.

De acordo com Silva (2024), ao falar sobre os violentos processos do racismo “a brasileira”, ela não somente se libertava desse complexo de branqueamento, mas também emancipava outras mulheres negras que, ao se identificarem com os relatos de Lélia uniam forças e coletividades e buscavam estratégias para resistir e sobreviver.

De acordo com Elizabeth do Espírito Santo Viana, nas reflexões de Lélia, a “história oficial”, bem como o discurso pedagógico internalizado desde a infância, apresentavam o brasileiro como um ser “cordial” e a “história do povo brasileiro” como um modelo de soluções pacíficas para todas as tensões e conflitos, complementando-se com o mito da democracia racial. Lélia desconstruiu o “mito da democracia racial”, contrapondo-se à história oficial. Ou seja, contando a verdadeira história de homens e, principalmente, das mulheres negras que “foi uma história heroica de luta e resistência” (Viana, 2006, p. 147).

Lélia tornou-se uma grande fonte de inspiração e admiração. Sua trajetória de vida e luta contra o racismo, sexismo e machismo continua inspirando muitas pesquisadoras negras, como eu. Principalmente como uma mulher negra muito à frente do seu tempo, uma grande intelectual e intérprete do Brasil, nos deixou um legado de luta contra todas as formas de opressões.

Questionou, criticou e debateu o “mito da democracia racial”, colocando à prova as teses e teorias dos “intérpretes¹³”, ou seja, brancos que contaram a história do Brasil a partir das suas perspectivas, retratando as pessoas negras e principalmente as mulheres negras como objeto de exploração sexual, dóceis e passivas. Por muito tempo, estas teorias coloniais vêm ocultando todo processo histórico de luta, resistência, intelectualidade e produção acadêmica negra produzida e que podemos chamar de epistemicídio.

Sueli Carneiro (2005), utilizou-se do conceito de epistemicídio como um processo de desvalorização de conhecimentos produzidos por grupos marginalizados.

¹³ Lélia faz uma crítica radical aos intérpretes do Brasil, reagindo ao elogio e mestiçagem de Gilberto Freyre, e as formulações patriarcais de Caio Prado Jr, em sua obra *A formação do Brasil Contemporâneo* (Gonzalez, 2020b, p. 1).

O epistemicídio é uma anulação e desqualificação dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade, pela produção da inferiorização intelectual, pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como produtor e portador do conhecimento [...] não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualifica-los, individual ou coletivamente como sujeitos cognoscentes (Carneiro, 2005, p. 97).

Incorpora-se, ainda, a relevante crítica formulada por Bento (2022) ao abordar o pacto da branquitude¹⁴. A herança histórica de escravocratas e descendentes de escravizados lidam com heranças acumuladas em histórias de muita dor e violência, que se refletem na vida concreta e simbólica das gerações contemporâneas. Fala-se muito da herança da escravização e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos impactos positivos para as pessoas brancas.

Para Bento (2022), é possível identificar a existência de um pacto narcísico entre coletivos que carregam segredos em relação aos seus ancestrais, atos vergonhosos como assassinatos e violações cometidos por antepassados, transmitidos através de gerações e escondidos, dentro dos próprios grupos, numa espécie de sepultura secreta. Assim é que a realidade da supremacia nas organizações públicas e privadas da sociedade brasileira é usufruída pelas novas gerações brancas como mérito de seu grupo, ou seja, como se não tivesse nada a ver com os atos anti-humanitários cometidos no período da escravização.

Torna-se imperativo tensionar os silêncios historicamente produzidos, promovendo sua problematização por meio da reflexão crítica e do debate, a fim de enfrentar a herança marcada pela expropriação, violência e brutalidade, evitando, assim, a reprodução de práticas anti-humanitárias na sociedade contemporânea.

¹⁴ “O pacto é uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo. Gera esquecimento e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns. O pacto suprime As recordações que trazem sofrimento e vergonha, porque são relacionados à escravidão” (Bento, 2022, p. 25).

Trata-se da herança inscrita na subjetividade do coletivo, mas que não é reconhecida publicamente. O herdeiro branco se identifica com outros herdeiros brancos e se beneficia dessa herança, seja concreta, seja simbolicamente; em contrapartida, tem que servir ao seu grupo, protege-lo e fortalecê-lo. Este é o pacto, o acordo tácito, o contrato subjetivo não verbalizado: as novas gerações podem ser beneficiárias de tudo que foi acumulado, mas tem que se comprometer tacitamente a aumentar o legado e transmitir para as gerações seguintes, fortalecendo seu grupo no lugar de privilégio, que é transmitido como se fosse exclusivamente mérito. E no mesmo processo excluir grupos “não iguais” ou não suficiente meritosos (Bento, 2022, p. 25).

Bento (2022), enfatiza que falar sobre a herança escravocrata que vem sendo transmitida através do tempo, mas silenciada, pode auxiliar as novas gerações a reconhecer o que herdaram naquilo que vem da atualidade, debater e resolver o que ficou do passado, para então construir uma outra história e avançar para pactos civilizatórios.

De acordo com Bento (2022), os movimentos sociais como o de mulheres negras, quilombolas e indígenas desestabilizam as relações de colonialidade, construindo contranarrativas que trazem novas perspectivas e paradigmas, e além da denúncia, procuram protagonizar ação política contra a expropriação de riquezas e a brutalidade que sustentam a sociedade e o regime político no qual vivemos.

Ainda, Bento (2022) aponta como o feminismo negro já tinha sido anunciado no Brasil, no final da década de 1970, por meio de feministas negras como Lélia Gonzalez, que teceu críticas ao sistema patriarcal, racista e machista, iniciando as discussões e debates sobre as questões referentes a mercado de trabalho, educação e saúde. Sueli Carneiro trouxe a expressão “enegrecendo o feminismo”. Ambas as autoras, Bento e Carneiro, discutiram a emergência de um movimento com um feminista e antirracista, que incorpora tanto as tradições de luta do movimento negro como a luta do movimento das mulheres, estruturando essa nova identidade política referente à condição específica do ser mulher negra.

Mostra-se profícuo articular a convergência do pensamento crítico dessas autoras e feministas negras, enegrecendo e densificando teoricamente a presente dissertação. Nesse contexto, Lélia Gonzalez ocupa lugar central, ao oferecer uma perspectiva analítica fundamental sobre a temática, especialmente ao criticar as hierarquizações dos saberes como expressão da classificação racial da população. Sua reflexão evidencia a lógica segundo a qual o privilégio epistêmico se associa à branquitude, uma vez que o modelo de ciência historicamente legitimado como

universal ancora-se em referenciais brancos.

De acordo com Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez também refletiu sobre;

[...] a ausência de mulheres negras e indígenas no feminismo hegemônico e criticou essa insistência das intelectuais e ativistas em somente reproduzir um feminismo europeu, sem dar a devida importância sobre a realidade dessas mulheres em países colonizados. A feminista negra reconhecia a importância do feminismo como teoria e prática no combate às desigualdades, no enfrentamento ao capitalismo patriarcal e desenvolvendo buscas de novas formas de ser mulher. Somente basear as análises no capitalismo patriarcal não dava conta de responder as situações de mulheres negras e indígenas da América Latina, pois faltava incluir outro tipo de discriminação tão grave: a opressão de caráter racial (Ribeiro, 2017, p. 17).

Lélia evidenciou também diferentes trajetórias e estratégias de resistências dessas mulheres e defendeu um feminismo afrolatinoamericano colocando em evidência o legado de luta, a partilha por caminhos de enfrentamento ao racismo e sexismo já percorridos. Além de compartilharem experiências baseadas na escravização, racismo e colonialismo, essas mulheres partilharam processos de resistências e insurgências. Para Gonçalves (2019)¹⁵, é insurgente toda aquela que se revolta contra um poder estabelecido. E, quando se trata de mulheres pretas, toda insurgência é um ato revolucionário.

Silva (2024) afirma que Lélia e demais intelectuais negras, ao ocuparem instituições acadêmicas, os partidos políticos, os movimentos sociais, as ruas e os espaços de cultura, com suas ideias, conceitos e propostas de mudanças e transformações, atuavam na linha de frente contra o epistemicídio, engajadas politicamente com a prática social.

Lélia questionou a tripla discriminação sofrida pelas mulheres negras, através do conceito de interseccionalidade entre gênero, raça e classe como uma práxis cotidiana. Investigando as relações de poder que influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, abrindo espaço para questionamentos sobre a subjetividade da mulher negra dentro destas estruturas de poder.

Akotirene (2019), nos lembra que compreender as opressões a partir da interseccionalidade, por meio da qual mulheres negras experienciam em um sistema

¹⁵ Juliana Gonçalves (2019, p. 11).

de opressões interligados, é também proporcionar fluxo entre teoria, metodologia e prática durante a colisão de avenidas identitárias do racismo, do cisheteropatriarcado e do capitalismo, acolhendo esses sujeitos intelectualmente na própria avenida do acidente.

Utilizando-se do lugar de fala enquanto quebra de silêncio instituído e impostos as pessoas negras, Lélia Gonzalez no artigo “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, tece severas críticas ao racismo, machismo e sexismo contidos nos textos de “intérpretes” e sociólogos no Brasil que representavam a população negra como infantil, dócil e passiva.

Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. [...] O risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que nesse trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (Gonzalez, 2020a, p. 78).

Destaca-se a relevância de mobilizar autoras negras e feministas como eixo estruturante deste debate, uma vez que suas produções teóricas e políticas potencializam a compreensão crítica das desigualdades que ainda marcam a sociedade brasileira, especialmente aquelas que incidem sobre as mulheres negras e a população negra em geral. Nesse sentido, ao assumir a dimensão da subjetividade e do lugar de fala enquanto mulher negra, evidencia-se a incidência do racismo estrutural e institucional, que historicamente opera na produção de marginalizações e na destinação de lugares subalternizados. Tal dinâmica revela, inclusive, os mecanismos que ainda atuam no distanciamento dessas mulheres de espaços historicamente elitizados, como a universidade, reforçando a importância de tensionar e transformar essas estruturas.

Contudo, assim como muitas mulheres negras, afirma-se um movimento de resistência a esse sistema excludente, configurando-se como uma postura insurgente. Tal posicionamento se ancora no legado de luta das feministas negras anteriormente mencionadas e, de modo especial, em Lélia Gonzalez, cuja contribuição teórica e política sustenta e inspira a permanência nessa complexa trajetória acadêmica. Nesse percurso, evidencia-se um movimento contínuo de descolonização do pensamento, de enfrentamento aos paradigmas dominantes e racistas e de partilha de práticas e

processos de resistência coletiva.

De acordo com Carneiro (2024, p. 42), o fato de Lélia Gonzalez ser mulher e negra, é ocupar um lugar peculiar na sociedade brasileira, recortado por múltiplas injunções que se potencializam para dificultar sua inserção social. Esse lugar peculiar, determina uma ótica original, capaz de aprender ângulos, nuances e especificidades da sociedade. Justamente porque a mulher negra pertence a um gênero determinado, a uma racialidade identificada e uma classe social específica, essa situação lhe permite um olhar diferenciado e privilegiado sobre o seu lugar.

Segundo Sueli Carneiro (cf. Projeto [...], 2024¹⁶), o que é mais precioso que Lélia nos legou, foi a coragem para combater o racismo e o sexismo na sociedade brasileira, por meio de sua luta revelada em suas obras literárias e textos científicos (quadros 3 e 4) e, ainda, de pessoas que produziram obras sobre Lélia Gonzalez (quadro 5). Sempre teve a clareza de que a luta política é que determinaria as vitórias que a gente poderia alcançar, no sentido de avançar na erradicação do racismo na sociedade brasileira e as mazelas que ele produz.

Quadro 3 - Principais livros produzidos por Lélia Gonzalez

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro . Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
GONZALEZ, Lélia. Festas populares no Brasil . Rio de Janeiro: Editora Índio, 1987.
GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano. Rio de Janeiro: Zahar. Obs: Coletânea organizada por Flávia Rios e Márcia Lima, reunindo textos essenciais da autora entre 1975 e 1994.

Fonte: Gonzalez (2020b, p. 270).

¹⁶ Consultado em 12 mar. 2026, no site: <https://shre.ink/jVLq>.

Quadro 4 - Principais artigos de Lélia Gonzalez (continua)

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). São Paulo, Zahar, 2020.
GONZALEZ, Lélia. A propósito de Lacan. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, “Apêndice”, p. 337-350. São Paulo, Zahar 2020 [1975].
GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher negra. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 25-44. São Paulo, Zahar 2020 [1979a].
GONZALEZ, Lélia. Mulher negra: um retrato . In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 173-178. São Paulo, Zahar 2020 [1979b].
GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 45-48. São Paulo, Zahar, 2020 [1979c].
GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 64-64. São Paulo, Zahar, 2020 [1979d].
GONZALEZ, Lélia. Duas mulheres comprometidas em mudar o mundo. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 281-285. São Paulo, Zahar, 2020 [1979e].
GONZALEZ, Lélia. Entrevista a Patrulhas ideológicas. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 286-297. São Paulo, Zahar, 2020 [1980].
GONZALEZ, Lélia. A questão negra no Brasil. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 183-190. São Paulo, Zahar, 2020 [1981a].
GONZALEZ, Lélia. Mulher negra, essa quilombola. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 197-200. São Paulo, Zahar, 2020 [1981b].
GONZALEZ, Lélia. E a trabalhadora negra, cumé que fica? In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 217-219. São Paulo, Zahar, 2020 [1981c].
GONZALEZ, Lélia. Pesquisa: Mulher Negra. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 191-196. São Paulo, Zahar, 2020 [1981d].
GONZALEZ, Lélia. Democracia Racial? Nada disso! . In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 201-203. São Paulo, Zahar, 2020 [1981e].
GONZALEZ, Lélia. A lei facilita a violência. . In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 298-299. São Paulo, Zahar, 2020 [1981f].
GONZALEZ, Lélia. Beleza negra, ou: Ora-yê-yê-ô! In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 214-216. São Paulo, Zahar, 2020 [1982a].
GONZALEZ, Lélia. De Palmares às escolas de sama, tamos aí. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 204-206. São Paulo, Zahar, 2020 [1982b].
GONZALEZ, Lélia. Tai Clementina, eterna menina. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 207-210. São Paulo, Zahar, 2020 [1982c].
GONZALEZ, Lélia. Entrevista ao jornal Mulherio: Lélia Gonzalez, candidata a deputada federal pelo PT/RJ. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 300-301. São Paulo, Zahar, 2020 [1982d].
GONZALEZ, Lélia. A esperança branca. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 211-213. São Paulo, Zahar, 2020 [1982d].
GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 75-93. São Paulo, Zahar, 2020 [1983a].
GONZALEZ, Lélia. O apoio brasileiro à causa da Namíbia: Dificuldades e possibilidades. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 65-74. São Paulo, Zahar, 2020 [1983b].
GONZALEZ, Lélia. Racismo por omissão. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 220-221. São Paulo, Zahar, 2020 [1983c].
GONZALEZ, Lélia. O racismo no Brasil é profundamente disfarçado. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 302-305. São Paulo, Zahar, 2020 [1984a].

Quadro 4 - Principais artigos de Lélia Gonzalez (conclusão)
GONZALEZ, Lélia. História de vida e louvor (Uma homenagem a Zezé Motta). In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 302-305. São Paulo, Zahar, 2020 [1984b].
GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 228-229. São Paulo, Zahar, 2020 [1985a].
GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 112-126. São Paulo, Zahar, 2020 [1985b].
GONZALEZ, Lélia. Mito feminino na revolução malê. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 306-309. São Paulo, Zahar, 2020 [1985c].
GONZALEZ, Lélia. Homenagem a Luiz Gama e Abdias do Nascimento. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 222-227. São Paulo, Zahar, 2020 [1985d].
GONZALEZ, Lélia. Para as minorias, tudo como dantes. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 230-231. São Paulo, Zahar, 2020 [1985e].
GONZALEZ, Lélia. A democracia racial: Uma militância. . In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 310-312. São Paulo, Zahar, 2020 [1985f].
GONZALEZ, Lélia. A cidadania e a questão étnica. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 232-241. São Paulo, Zahar, 2020 [1986a].
GONZALEZ, Lélia. Entrevista ao Pasquim. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p.313-324. São Paulo, Zahar, 2020 [1986b].
GONZALEZ, Lélia. O terror nosso de cada dia. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 263-264. São Paulo, Zahar, 2020 [1987].
GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 127-138. São Paulo, Zahar, 2020 [1988a].
GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 139-150. São Paulo, Zahar, 2020 [1988b].
GONZALEZ, Lélia. Discurso na Constituinte. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.) Por um feminismo afro-latino-americano. São Paulo, Zahar, p. 244-262, 2020 [1988c].
GONZALEZ, Lélia. As amefricanas do Brasil e sua militância. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.) Por um feminismo afro-latino-americano. São Paulo, Zahar, p. 265-266, 2020 [1988d].
GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 267-270. São Paulo, Zahar, 2020 [1988e].
GONZALEZ, Lélia. Uma viagem à Martinica I. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 271-274. São Paulo, Zahar, 2020 [1991a].
GONZALEZ, Lélia. Entrevista ao Jornal do MNU. . In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p.325-335. São Paulo, Zahar, 2020 [1991b].
GONZALEZ, Lélia. Uma viagem à Martinica II. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano, p. 271-274. São Paulo, Zahar, 2020 [1992].
GONZALEZ, Lélia. A mulher negra no Brasil. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo afro-latino-americano afro-latino-americano, p. 158-170. São Paulo, Zahar, 2020 [1995].

Fonte: Gonzalez (2020b).

Quadro 5 - Livros sobre Lélia Gonzalez

BARTHOLOMEU, Juliana S. 2019. "Lélia Gonzalez" . In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: https://ea.fflch.usp.br/autor/lelia-gonzalez . ISSN: 2676-038X.
CARNEIRO, Sueli. Lélia Gonzalez: Um retrato . 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.
GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos . (Org.) RIOS, Flavia & LIMA, Márcia. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
GONZALEZ, Lélia. Lélia em Primeira Pessoa. Primavera para as Rosas Negras . São Paulo, Filhos da África, 2018.
SILVA, Taynara. Lélia Gonzalez: Rebeldias epistêmicas . Chapecó- SC: Humana Editora, 2024.
RATTS, Alex; RIOS, Flávia M. Lélia Gonzalez: Retratos do Brasil Negro . São Paulo: Summus, Selo Negro, 2010. 173 p.
Lélia Gonzalez. Primavera para as rosas negras (UPCA, 2018). Organizada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas
Lélia Gonzalez. Selo Negro . 2010. Escrito por Alex Ratts e Flavia Rios.
Gonzalez - Lélia Gonzalez . Coleção Black Power. Flavia Martins de Carvalho 2022
As faces de Lélia Gonzalez em mim . Rosangela Honorio.
Lélia Gonzalez o Feminismo Negro o Palco da História . Paulo Correia Barbosa. 2015
Oro Obinrin. 1º Prêmio Literário e Ensaístico Sobre a Condição da Mulher Negra . Lélia Gonzalez. 1998

Fonte: Organizado pela autora.

Ao pesquisarmos sobre a vida intelectual e o ativismo de Lélia Gonzalez, nos deparamos com uma riqueza de material de pesquisa produzido pela autora. Que lutou com todas as suas forças contra o racismo, machismo e o sexismo. E contra as opressões e violências sofridas pela população negra, quilombola e indígena. Nos deixando um legado de luta e de resistência. De acordo com Silva (2024), uma das vozes mais expressivas e potentes cuja atualidade analítica é marcante, traz consigo questões fundamentais para se pensar gênero, raça e classe no Brasil.

Fez uso da palavra escrita, com artigos publicados em revistas acadêmicas, livros e seminários de pesquisa, legando-nos uma vasta obra, e também da palavra falada, já que esteve presente em congressos, encontros e formações políticas nos quais teoria e política se concretizavam (Silva, 2024, p. 15).

Lélia tornou-se sujeito político, resistindo as violências e opressões que atravessaram sua experiência de vida e enquanto mulher negra. Como nos diz Carneiro (2024), foi uma mulher negra do mundo, que percorreu vários continentes, deixando, por onde passou a marca de sua presença forte e pensamento inquietante sobre a sociedade brasileira, suas relações raciais e de gênero.

“Resgatar a memória de Lélia Gonzalez é, acima de tudo, assumir um compromisso político com a luta das mulheres negras no Brasil, com o avanço das relações de gênero e com a observância efetiva dos direitos humanos” (Carneiro, 2024, p. 10).

De acordo com Carneiro (2024), no plano acadêmico, implica expor a necessidade de interrogar as relações de poder mediadas pelas relações raciais e de gênero, temas ainda pouco explorados pela ciência política. E acrescento a fala da autora, temas poucos explorados e pela ciência no geral, e em várias áreas que estamos lutando para alcançar e para abrir passagem para que mais mulheres/homens/meninos/meninas negras/os, e indígenas ocupem esses espaços. Por isso é de extrema importância que trazer a tona este debate nesta dissertação, e dar ênfase a Lutas das Mulheres Negras nos I, II e III Encontro Nacional entrelaçados a luta e ao combate a essas desigualdades, atreladas as críticas de Lélia Gonzalez. É defender uma verdadeira concepção de democracia racial, fundada na igualdade entre negros e brancos, entre homens e mulheres, em benefício da justiça social para todos e todas (quadro 6).

Quadro 6 - Dissertações sobre Lélia Gonzalez

Títulos	Autores/As	Ano	Programas (continua)
Revisitando os percursos intelectuais e políticos de beatriz do nascimento e Lélia Gonzalez	Brito, Ires Dos Anjos	2012	Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e africanos Instituição de Ensino: (POSAFRO). Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Enegrecendo o Feminismo ou 'Feminizando a Raça': Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzáles'	Barreto, Raquel de Andrade.	2005	Programa de Pós- Graduação em História Social e da Cultura Instituição de Ensino (PPGHSC): Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, (PUC-Rio).
O que se cala: os Direitos Humanos a partir do pensamento de Lélia Gonzalez	Oliveira, Ana Camila de.	2022	Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos. (PPGDH). Universidade Federal de Pernambuco. (UFPE)
Nossa América Ladina:o Pensamento (Decolonial) de Lélia Gonzalez'	Fonseca, Fernanda Cardoso	2021	Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI). Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Retraduzir Lélia Gonzalez: uma tradutora e duas traduções	Segura, Louise Gorovitz	2024	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (POSTRAD). Universidade de Brasília (UnB)
A categoria político-cultural de Amefricanidade: uma análise do pensamento de Lélia Gonzalez	Moreira, karoline martins	2023	Programa de Pós- Graduação em História. (PPGH) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Raça, Classe e Gênero e a Contribuição de Lélia Gonzalez Para o Pensamento Social	Martins, Mireile Silva	2023	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. (PPGCS). Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Epistemologias Negras: Insurgências e Deslocamentos Intelectuais de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez	Bartholomeu, Juliana Stefany Silva	2021	Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais (PPG-CS). Universidade Federa de São Paulo (UNIFESP)
Ialodê Lélia Gonzalez e sua Contribuição ao Estudo das Relações Raciais Brasileiras	Pereira, Evelyn Cristina Santana	2023	Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais (PGCS). Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
A trajetória e o pensamento de uma intelectual e militante negra: aportes para o aprofundamento do debate étnico-racial no Serviço Social a partir de Lélia Gonzalez	Santos, Thamires Costa Meirelles dos	2022	Programa de Pós- Graduação em Serviço Social (PPGSS). Universidade Federal do Rio de Janeiro. (UFRJ)
Encruzilhadas epistemológicas entre Lélia Gonzalez e Paulo Freire	Mendonca, Andrea Cavalcanti de	2023	Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC). Universidade Federal Rural Do Rio de Janeiro.
Amefricanizando o amor: Diálogos entre bell hooks e Lélia Gonzalez	Zacarias, Laysi da Silva.	2021	Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania. (PPGDH). Universidade de Brasília (UnB).

Títulos	Autores	Ano	Programas (conclusão)
Lélia Gonzalez e a luta contra a tríplex opressão de classe, raça e gênero	Silva, Itaiara Iza Simplicio da.	2023	Programa de Pós-Graduação em Filosofia. (PPGFIL). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (UFRN).
As faces de Maria: ecos de Maria Firmina dos Reis em Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro e Marielle Franco	Alves, Renata Carmo.	2019	Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade (PPGLCC). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. (PUC-Rio).
A organização da informação em plataforma de gestão de referências, a Zotero: a coleção Lélia Gonzalez e o Projeto Memória	Teixeira, Patricia	2017	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade. (PPGTE). Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Contribuições teóricas e políticas de intelectuais negras brasileiras para o Serviço Social: um encontro com Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez'	Lourenco, Ana Paula Pires.	2023	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais. (PPGSSPS). Universidade Federal de São Paulo. (UNIFESP).
Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970 - 1990	Viana, Elizabeth do Espírito Santo	2006	Programa de Pós-Graduação em História Comparada. (PPGHC). Universidade Federal do Rio de Janeiro. (UFRJ)
Amefricanidade: a categoria político-cultural de Lélia Gonzalez como arranjo (re)ontológico em território amefricano	Chabatura, Gabriela Maria	2023	Programa de Pós - Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos. (PPGIELA). Universidade Federal da Integração Latino-Americana. (UNILA). Foz do Iguaçu.
Lembrando Lélia Gonzalez: a Construção da Memória da Sua Vida e Obra Por Intelectuais Negras'	Lourenco, Larissa Evellyn	2023	Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais. (PGCS). Universidade Federal do Espírito Santo. (UFES).
O uso da conjunção e no texto o movimento negro unificado contra a discriminação racial (mnu), de Lélia gonzalez	Civiero, Lohana Larissa Mariano	2020	Programa de Pós-Graduação em Letras. (PPGL). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. (UNIOESTE).
Interseccionalidade de gênero, classe social e raça, no feminismo brasileiro: reflexões a partir de Heleieth Saffioti e Lélia Gonzalez	Feitosa, Abigail de Fatima Bueno	2023	Programa de Pós-Graduação em Filosofia. (PPGFIL). Universidade Federal de Rondônia. (UNIR).
Uma tradução comentada de "The Invention of Women...": por uma tradução dialógica com visada pedagógica a partir do pensamento de Lélia Gonzalez e Maria Beatriz Nascimento	Lima, Gardenia Nogueira	2021	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. (POSTRAD). Universidade de Brasília. (UnB)

Fonte: Organizado pela autora.¹⁷

¹⁷ Pesquisa realizada em 26 mar. 2026, de: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

Ainda, algumas teses sobre Lélia Gonzalez evidenciam sua luta e resistência, conforme o quadro 7.

Quadro 7 - Algumas teses sobre Lélia Gonzalez

Título	Autor/as	Ano	Programa
Os discursos em Lacan e a práxis feminista: Lélia Gonzalez para seguir adiante	Xavier, Karla Rampim.	2022	Programa de Pós- Graduação em Psicologia Social (PSO). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
De Lélia Gonzalez a Marielle Franco: mulheres negras e seus processos comunicacionais interseccionais de resistência	Silva, Pamela Guimaraes da	2021	Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. (PPGCOM). Universidade Federal de Minas Gerais. (UFMG)

Fonte: Organizado pela autora.¹⁸

Segundo Rios e Lima (2020), Lélia foi uma intelectual paradigmática no Brasil no contexto das lutas contra a ditadura militar e pela democratização no Brasil. Estes (Rios; Lima, 2020) comentam que Lélia produziu e escreveu diversos artigos para revistas acadêmicas, colaborou na imprensa alternativa e em jornais de grande circulação nacional. Travando lutas de combate ao racismo e ao sexismo. Como pesquisadora, apresentou seus trabalhos em várias universidades norte-americanas e em congressos internacionais sobre a América Latina. Seus artigos foram traduzidos, sobretudo, para o inglês, francês e espanhol.

4.1 LÉLIA GONZÁLEZ E O MOVIMENTO DAS MULHERES NEGRAS (MMN) NO BRASIL

A partir da luta política para melhoria de condições da população negra no Brasil, constitui-se e tornou-se histórico a construção de movimentos e debates políticos de enfrentamento à discriminação racial, social e de gênero. Qual a importância de trazer à tona este debate? Na articulação destas lutas dos movimentos preponderou a participação efetiva de Lélia Gonzalez. Ela contribuiu para a organização do I Encontro Nacional das Mulheres Negras (IENMN) de 1988, lutando por políticas públicas e sociais interseccionais, principalmente para as mulheres negras que sofreram historicamente a tripla discriminação de raça, gênero e classe.

Embora tendo inúmeras diferenças, o movimento feminista e o movimento negro ressurgem nos anos de 1970, marcados pelas lutas contra a ditadura militar,

¹⁸ Pesquisa realizada em 23 mar. 2026, de: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

sendo pautados por uma luta de redemocratização, extinção de desigualdades sociais e em busca da cidadania ativa. De acordo com Ratts e Rios (2010, p. 13), Lélia como intelectual e ativista, “faz parte de um esforço coletivo de legitimação intelectual protagonizado pelo movimento negro e feminista no processo de redemocratização no Brasil.”

Para Rodrigues e Prado (2010), o ano de 1975 apresenta-se como um marco de reaparecimento de organizações feministas no Brasil. E, em 1978 é criado o Movimento Negro Unificado (MNU), em São Paulo, como reação à discriminação sofrida por quatro atletas negros no Clube Tietê e à morte de um trabalhador negro, Robson Silveira da Cruz, devido as torturas policiais sofridas. O primeiro ato público do MNU ocorreu em 7 de julho de 1978, em frente ao Teatro Municipal em São Paulo. O MNU “reivindicou melhores condições de vida, denúncia ao racismo e as dificuldades enfrentadas pelos negros no mercado de trabalho, a violência policial e o desemprego” (Silva; Singer *apud* Rodrigues; Prado, 2010, p. 449).

Segundo Carneiro (2003), na crítica de alguns militantes, em ambos os movimentos, as mulheres negras foram consideradas apenas como “sujeitos implícitos”. Tais movimentos institucionalizaram-se, partilhando uma ideia de igualdade entre as mulheres, no sentido de que a questão racial não era vista como fundamental. Para Rodrigues e Prado (2010), esses movimentos acabaram produzindo formas de opressão internas, na medida em que silenciaram-se diante das formas de opressão que articulavam racismo e sexismo, posicionando as mulheres negras em uma situação desfavorável. Diante da invisibilização da categoria “raça” nos estudos e nas ações da nascente movimento de mulheres e da não atenção às relações de gênero no movimento negro, as mulheres negras militantes nessas organizações se propuseram a questionar essas práticas excludentes.

No parecer de Carneiro (2003), as mulheres negras tiveram que “enegrecer” a agenda do movimento feminista e sexualizar a do movimento negro, promovendo uma diversificação das concepções e práticas políticas em dupla perspectiva, tanto afirmando novos sujeitos políticos quanto exigindo reconhecimento das diferenças e das desigualdades entre esses novos sujeitos. Neste contexto, Lélia foi responsável por uma série de debates acadêmicos e políticos, tanto no movimento negro, como na sua vertente feminista. No Brasil é considerada uma das pioneiras na disseminação do debate interseccional raça, gênero e classe. Para Rodrigues e Prado (2010), as articulações de Lélia Gonzalez no Movimento Negro e no Movimento de

Mulheres Negras proporcionaram:

Do ponto de vista da constituição de uma consciência política e da posterior institucionalização do movimento, Gonzalez (1984) considera como históricos para as mulheres negras e para a constituição do Movimento Negro os encontros para a discussão do racismo e o processo de exclusão dos negros do mercado de trabalho patrocinados pelo CEAA (Centro de Estudos Afro-Asiáticos) da Universidade Cândido Mendes, e organizados pela militante negra e historiadora Beatriz Nascimento, a partir de 1973. Desses encontros nasceram em 1975 e 1976, no Rio de Janeiro, o IPCN (Instituto de Pesquisa das Culturas Negras) e a SINBA (Sociedade de Intercâmbio Brasil-África). Em outros lugares do país também emergiram diversas organizações negras nas quais as mulheres negras tiveram papel fundamental. No Rio Grande do Sul havia o Grupo Palmares, que foi o responsável por propor a data de 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, como dia nacional da consciência negra. Em São Paulo surgiram organizações que pensavam a constituição de um Movimento Negro com projeção nacional, com destaque para o Grupo Evolução, criado em Campinas em 1971 por Thereza Santos e Eduardo Oliveira e Oliveira; o CECAN, Centro de Cultura e Arte Negra, de 1975; e a Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira (ACACAB), fundada em 1977. Em Salvador é criado, em 1974, o bloco afro Ilê Ayê, que fomentou todo um clima para afirmação do Movimento Negro na Bahia, e o Grupo NEGÓ – Estudos Sobre a Problemática do Negro Brasileiro, de onde saiu o quadro inicial de militantes do MNU da Bahia (Bairros, 2000; Gonzalez, 1984; Guimarães, 2002; Hanchard, 2001 *apud* Rodrigues; Prado, 2010, p. 450).

Rodrigues e Prado (2010, p. 450), apontam que as mulheres negras também conseguiram se inserir, antes que os homens, no sistema político institucional através da participação de duas mulheres junto ao Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), no Estado de São Paulo, em 1983, e posteriormente também obtendo assento junto ao Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM). Propiciou o início de um processo de consolidação de um movimento autônomo de Mulheres Negras. Aqui, depois, ampliaremos as discussões traçando outras interfaces de Lélia com o MNU e com o MNM.

4.2 LÉLIA GONZALEZ E AS TRÊS EDIÇÕES DO ENCONTRO NACIONAL DAS MULHERES NEGRAS

O “1º Encontro Nacional das Mulheres Negras”, que ocorreu no ano de 1988, foi um processo de luta e enfrentamento às teorias racistas e sexistas que

excluíam as mulheres negras dos seus lugares de pertencimento, como a Universidade, os cargos públicos, os espaços de poder. Lugares que sempre davam às mulheres negras uma mensagem de subalternidade e nunca as mesmas oportunidades que as mulheres brancas tinham, ou que os homens brancos tinham, ou ainda que os homens negros tinham. Nos altos postos do mercado de trabalho, se percebia um nível de maior desigualdade ainda.

Foi preciso, então, ter pulso forte perante uma sociedade machista, racista e sexista, questionar essas posições subalternas onde as mulheres negras haviam sido colocadas injustamente na sociedade brasileira. Ribeiro (1995) afirma que as mulheres participaram deste evento conscientes da importância de seu papel na história, firmes em desmascarar situações de conflito e de exclusão. A partir desse Encontro, juntas conquistaram maior visibilidade como sujeitas políticas perante aos demais movimentos e à sociedade, como também trilharam um caminho específico de luta, através da construção de um movimento autônomo de mulheres negras.

Vale ressaltar que no mesmo ano de 1988, estava acontecendo a comemoração dos cem anos da abolição da escravidão. Portanto, o ano era emblemático, pois marcava o centésimo aniversário da abolição da escravidão. Sobre isso, Neusa Santos Souza diz, no texto “Contra o racismo com muito orgulho e amor.”¹⁹

Comemoramos hoje 120 anos de abolição da escravidão negra no Brasil. Abolição da escravidão quer dizer aqui fim da humilhação, do desrespeito, da injustiça. Abolição da escravidão quer dizer libertação. [...] Cento e vinte anos de abolição quer dizer 120 de luta dos negros que, no Brasil, dia a dia, convivem com o preconceito e a discriminação racial. Cento e vinte de abolição quer dizer 120 anos de luta contra todos os setores da sociedade e da vida cotidiana: nos espaços públicos e nos espaços privados; na Câmara, no Senado, nos sindicatos, no local de trabalho, nas escolas, nas universidades, no campo, na praça e em nossas casas. [...] Cento e vinte de abolição quer dizer 120 de luta contra qualquer lugar em que houver um negro que ainda sofra preconceito de discriminação raciais. Nesses 120 anos, tivemos muitas vitórias, conquistamos muitas coisas, especialmente um amor por nós mesmos, uma alegria, um orgulho de sermos o que somos: brasileiros negros- negros de muitos tons de cor de pele, efeito de mistura, que é uma bela marca da sociedade brasileira. A escravidão acabou, mas a nossa luta continua! (Souza, 2021, p. 162).

¹⁹ Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.

Neste sentido, a contestação, os enfrentamentos e as lutas contra o racismo sempre estiveram presentes nos movimentos negros nas décadas de 1960, 1970, 1980 e presentes, principalmente, no Movimento Nacional das Mulheres Negras, especialmente nas obras de Lélia Gonzalez (1935-1984). Traz-se, então, neste momento, à tona o enfrentamento e a não passividade dos negros, das negras e dos/as indígenas. Luta, sobretudo, contra a forma como eram e são retratados/as principalmente nos livros didáticos, durante anos e anos na educação das crianças e na formação da população brasileira:

O nosso herói foi liquidado pela traição das forças colonialistas. O grande líder do primeiro estado livre de todas as Américas, coisa que não se ensina em nossas escolas para nossas crianças, estou falando das crianças negras, brancas e amarelas que não sabem que o Estado Livre de todo o continente americano, surgiu no Brasil e foi criado pelos negros e resistiram a escravidão e se dirigiram para o Sul da Capitania de Pernambuco, atual estado de Alagoas, a fim de criar uma sociedade justa e igualitária.

Para Munanga e Gomes (2006), a compreensão e a sensibilidade para com a história específica das mulheres negras nem sempre ocuparam a atenção do movimento negro de um modo geral e nem do movimento feminista. Isso levou as mulheres negras a questionarem a ausência da discussão de gênero articulada com a questão racial dentro do movimento feminista e do movimento negro e a iniciarem uma luta específica.

Coube às mulheres negras reivindicarem suas próprias propostas de luta, seus posicionamentos, a partir de suas vivências e experiências, deixando explícito que não estavam excluindo o movimento negro. O movimento feminista teve uma grande luta e embate nas formulações e construções de direitos das mulheres na sociedade machista e patriarcal. Neste contexto de lutas, o “I Encontro Nacional das Mulheres Negras” (ENMN) (*apud* Ribeiro, 1995), traz em seu editorial as seguintes afirmações:

Gostaríamos de deixar claro que não é nossa intenção provocar um “racha” nos movimentos sociais como alguns nos acusam. Nosso objetivo é que, nós mulheres negras, comecemos a criar nossos próprios referenciais, deixando de olhar o mundo pela ótica do homem, tanto do homem negro quanto o branco, ou da mulher branca (*apud* Silva, 2019, p. 38).

Importante citar a grande relevância de luta do movimento feminista por conquista após luta e contestação pela participação das mulheres na sociedade brasileira na década de 1970, implementando a discussão sobre gênero, precursoras de enfrentamento e de valorização das mulheres como sujeitas de ação. O movimento feminista protagonizou o enfrentamento às teorias machistas e sexistas que oprimiam os direitos das mulheres, inclusive na ciência e na pesquisa.

Sobre isso, Ribeiro (1995) afirma que o movimento contemporâneo de mulheres negras emergiu no bojo da luta feminista e antirracista da década de 1970. Constata-se a presença mais organizada das mulheres negras no movimento feminista em nível nacional e continental a partir de 1985, onde juntas elas têm colocado em cena novas questões aos debates que já vinham sendo travados, mas que não protagonizam a inserção e condição da negritude. Ao longo dos anos foram realizados os Encontros Nacionais Feministas (ENF) ocorrendo os três últimos em Garanhuns/1987.

Segundo Ribeiro (1995), o Encontro Nacional Feminista (ENF) ocorrido em 1987 em Garanhuns/PE, foi mesclado por fortes pressões e críticas das mulheres negras em relação a ausência da questão racial na pauta. A partir de um intenso debate as mulheres negras decidiram pela realização do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras.

Em 1988 as mulheres negras deram impulso a construção de sua organização com fisionomia própria e caráter nacional visando intensificar as reflexões e ações para o combate as opressões racial e de gênero. Este processo foi possível seja pelo aprendizado a partir da resistência de nossas ancestrais seja pelo acúmulo das experiências anteriores daquelas mulheres negras e agrupamentos que se embrenharam neste processo atual de organização. Contou com a energia e as definições tiradas na participação no IX Encontro Nacional Feminista e acima de tudo das mobilizações em função do Centenário da Abolição da Escravatura (Ribeiro, 1995, p. 449).

Partindo de sua organização e formação, ocorre o “1º Encontro Nacional das Mulheres Negras” (ENMN), que se desvincilham do movimento feminista e do movimento do negro:

Para as mulheres negras, de um lado, o caráter universalizante do discurso feminista impedia a percepção das desigualdades raciais; e de outro, a participação nos movimentos negros trazia outra dimensão do problema: as práticas sexistas e machistas dos homens negros que

lideravam tais movimentos, evidenciando que a luta contra o racismo era ineficaz se não fosse atrelada à luta contra o machismo. (Gonçalves, 2018, p. 13).

Segundo Gonçalves (2018), ao encontrar os espaços e brandados os ânimos dos companheiros negros e das feministas brancas, este 1º Encontro aconteceu a partir da noite de 01 de dezembro até o dia 04 de dezembro de 1988, na cidade de Valença-RJ e contou com a participação de 450 mulheres negras de 17 estados do país. O eixo central daquele evento era a urgência de uma discussão aprofundada da articulação entre a questão étnico-racial e as relações de gênero e de classe social. Os questionamentos anteriores sobre a invisibilidade das mulheres negras poderiam ser realmente discutidos e estas também apareceriam também como sujeitos e não como subservientes, no processo de construção de uma sociedade sem opressão e livre de exploração.

Nós, mulheres, negras, somos cidadãs, crianças e trabalhadoras e estamos tendo nossos direitos usurpados por este Modelo Econômico que já tem muito e exclui todos aqueles que realmente produzem a riqueza deste país, alugando nossa força de trabalho em troca de um salário que nos nega os direitos básicos de cidadãos, Todas nós Mulheres Negras, devemos entender que somos fundamentais nesse processo de transformação reivindicando uma sociedade justa e igualitária, onde todas as formas de discriminação sejam erradicadas. (Boletim [...] *apud* Gonçalves, 2018, p. 19).

O eixo precursor do “1º Encontro Nacional das Mulheres Negras” (ENMN), foi a independência e a autonomia do movimento feminista. Para Carneiro (2003), o feminismo estava prisioneiro de uma visão eurocêntrica e universalizante das mulheres com relação à identidade biológica. Dessa forma, vozes foram silenciadas e corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo continuavam no silêncio e na invisibilidade. Para romper com essa barreira da invisibilidade, as mulheres negras promoveram propostas antirracistas e sexistas como projeto político, dando um novo sentido às suas causas e lutas, neste sentido, enegrecendo o feminismo:

Ao politizar as desigualdades de gênero o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupo de

mulheres indígenas e grupo de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que definem o ser mulher neste e naquele caso (Carneiro, 2003).

Segundo Gonzalez (2018), as mulheres negras e as mulheres indígenas são testemunhas vivas desta exclusão. Neste sentido, podemos considerar o “1º Encontro Nacional de Mulheres Negras” (ENMN) como um movimento negro feminista que articulou em seus debates: gênero, raça e classe. As mulheres negras aparecem, definitivamente, como eixo central. No Boletim nº.1 do “I Encontro Nacional de Mulheres Negras”,²⁰ publicado em setembro de 1988, foram apresentados os objetivos gerais do evento:

Denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras têm em relação ao seu futuro; fazer emergir as diversas formas locais e lutas e autodeterminação face as formas de discriminação existentes; elaborar um documento para uma política alternativa de desenvolvimento; encaminhar uma perspectiva unitária de luta da diversidade social, cultural e política das mulheres presentes ao Encontro; estabelecer grupos de trabalho , para registro e posterior retorno às participantes ; realizar um diagnóstico da mulher negra; discutir as formas de organização das mulheres negras; elaborar propostas políticas que façam avançar na organização de mulheres colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, de forma unitária e de diferentes vertentes políticas”(Boletim [...] *apud* Gonçalves, 2018, p. 17).

O 1º Encontro das Mulheres Negras teve uma ampla participação nacional como fruto da necessidade de mulheres negras encontrarem um espaço próprio para as debater as demandas. Seguiu-se também da realização de outras edições, bem como seminários nacionais, regionais e estaduais nas décadas de 80 e 90.

O acúmulo de discussão reflete a complexidade entre o ser mulher e o ser negra. As bandeiras de luta para além da necessidade da conquista de melhores condições de vida e cidadania expressam a garantia de educação antirracista o desenvolvimento de programas de combate à violência sexista e racial, a legalização do aborto e ainda, a implantação de ações no serviço público de saúde como a introdução do quesito cor nos formulários de saúde a atenção a realidade específica da mulher negra no Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher- (PAISM) e medidas em relação a anemia falciforme, a prevenção e tratamento de doenças de maior incidência

²⁰ Mais informações: Boletim do I Encontro Nacional das Mulheres Negras (ENMN) https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/1988_EncontroNacMulherNegra0001.pdf
Consultado em: 10 set. 2025.

na população negra como hipertensão e miomatoses. As ações tem sido mais evidentes nas questões referentes a saúde da mulher e aos direitos reprodutivos realizando-se campanhas e intensas denúncias de esterilização em massa de brasileiras e no combate à violência sexista e racial que de maneira sutil e visível promove a desqualificação e a exclusão (Ribeiro, 1995, p. 453).

Durante a década de 1990, os movimentos das mulheres negras passaram a intensificar a sua articulação para a participação nas Conferências Mundiais convocadas pelas Organizações das Nações Unidas – ONU, notadamente a V Conferência Mundial da População e Desenvolvimento: Cairo (1994), IV Conferência Mundial sobre a Mulher de Mar - Beijing (1995) e a IV Conferência da Mulher de Mar de Plata-Argentina (1994).

Segundo Costa e Machado (2022), historicamente as mulheres negras lutaram e marcharam em prol de direitos humanos e, para além de serem mulheres negras, marcham pela vida de todas as pessoas. Após realizarem várias marchas em à Brasília como: a Marcha Negra (1988); a Marcha 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares (1995); e a Marcha Zumbi +10 (2005), chegou a vez da realização da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo bem viver (2015).

Percebemos que o movimento de rememoração e de visibilidade das intelectualidades negras no contexto brasileiro tem sua significativa produção após a implementação da Lei nº 12.711²¹, promulgada em 2012, que dispõe sobre as cotas nas universidades e instituições federais. De acordo com o (Ministério da Educação, 2012), garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

A Lei nº 14.723 de 2023 “altera a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública”.

²¹ De: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Data de acesso: 28 ago. 2025. De: <https://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Data de acesso: 12 fev. 2026.

(Brasil, 2023, art. 2º).

A Lei nº 10.639/03²², decretada em 2003, que dispõe da obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira em todos os níveis da educação no Brasil. Segundo Alencar (2015), a Lei nº 10.639/03, tem como responsabilidade que lhe é conferida, exige esforços e compromisso de todos os profissionais da área educacional com a proposta de uma educação antirracista e democrática. Conforme determina essa Lei, é papel social dos professores garantir a implementação dos conteúdos previstos.

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola. É importante destacar que se entende por raça a construção social. (Brasil, 2004, p. 5).

A Lei nº 10.639/03, assim como medidas para a promoção da igualdade racial, pretende-se como um caminho à transformação de uma realidade excludente a partir do reconhecimento das desigualdades entre negros(as) e brancos(as) na estruturação das práticas educacionais (Alencar, 2010, p. 44). De acordo com Alencar (2015), objetivando reconhecer e valorizar a diversidade de saberes no desenvolvimento da história nacional associados à busca por medidas objetivas, capazes de intervir na realidade social, em 2008 a Lei nº 11.645/2008,²³ que torna obrigatória a inclusão, também dos saberes indígenas, bem como os da população negra ensino da história e cultura indígena propõem que

²² De: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Em: 28 ago. 2025.

²³ Lei nº 11.645/2008, consultada em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Data de acesso: 28 ago.2025.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil - Lei nº 11.645, de 2008 (Alencar, 2015).

Podemos observar que as mulheres negras sempre lutaram para que pudessem ser ouvidas as suas demandas inseridas nos debates acadêmicos, dentro do movimento feminista, no movimento negro. Ao serem silenciadas criaram o movimento das mulheres negras no qual discutiram a interseccionalidade entre raça, gênero e classe, que afetava a maioria das mulheres negras e para essas demandas ainda não eram dadas as devidas atenções. Por isso, devemos ressaltar que mesmo vivenciando esses processos de discriminação, as mulheres negras lutaram, persistiram e resistiram para ocupar seus espaços e erguerem sua voz contra os processos de exclusão e discriminação, inclusive nas universidades (quadro 8).

Quadro 8 - Propostas do I Encontro Nacional das Mulheres Negras (IENMN)

OBJETIVO GERAL	DENUNCIAR AS DESIGUALDADES SEXUAIS, SOCIAIS E RACIAIS EXISTENTES, indicando as diversas visões que as mulheres negras tem em relação ao seu futuro.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	1) FAZER EMERGIR às diversas formas de locais de luta de luta e autodeterminação face às discriminações existentes. 2) ENCAMINHAR uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade social, cultural e política das mulheres negras. 3) ESTABELECEER GRUPOS de trabalho para o registro posterior e posterior retorno as participantes. 4) REALIZAR UM DIAGNÓSTICO da mulher negra. 5) DISCUTIR AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO das mulheres negras. 6) ELABORAR PROPOSTAS POLÍTICAS QUE FAZEM AVANÇAR A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, de forma unitária e diferentes vertentes políticas.
METODOLOGIA	Oficinas, grupos de trabalhos e palestras. Objetivos: 1º) FACILITAR a comunicação entre todos os grupos presentes no Encontro. 2º) PROMOVER a participação ativas das delegadas presentes de forma a ampliar a visão temática e sua consciência de grupo.
PAINÉIS	I – AS Mulheres Negras e as Organizações da Sociedade Civil: Participação Política da mulher negra em movimentos religiosos. II – As Mulheres Negras e o Trabalho: participação da mulher negra no mercado de trabalho, Desemprego, Relações de Trabalho entre patrões e empregadas domésticas.
DEBATE:	I – As Mulheres Negras e a Educação: Condicionamentos culturais na direção do papel designado para a mulher negra na sociedade brasileira. Educação diferenciada entre sexos e as raças. Sistema formal de ensino e propostas alternativas
OFICINAS: FORAM	I. As Mulheres Negras e a FAMÍLIA. II. As Mulheres Negras e as organizações da SOCIEDADE CIVIL. III. As Mulheres Negras e a LEGISLAÇÃO. IV. As Mulheres Negras e o “MITO DA DEMOCRACIA RACIAL”. V. As Mulheres Negras e a IDEOLOGIA DO BRANQUEAMENTO. VI. As Mulheres Negras e a SEXUALIDADE. VII. As Mulheres Negras e os MEIOS DE COMUNICAÇÃO. VIII. As Mulheres Negras na ARTE E NA CULTURA. IX. As Mulheres Negras e a sua HISTÓRIA NA ÁFRICA E NO BRASIL. X. As Mulheres Negras e os MECANISMOS ESPECÍFICOS DE DOMINAÇÃO QUE NEGARAM AS CONDIÇÕES HUMANAS À ESCRAVA NEGRA. XI. As Mulheres Negras e as POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONTROLE DE NATALIDADE. XII. As Mulheres Negras e a MATERNIDADE. XIII. As Mulheres Negra e a SAÚDE. XIV. As Mulheres Negras e a VIOLÊNCIA. XV. As Mulheres Negras e a ESTÉTICA. XVI. As Mulheres Negras e o SEXISMO.

Fonte: Da autora com base em pesquisa do Boletim do I Encontro Nacional das Mulheres Negras²⁴

²⁴ De: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/1988_EncontroNacMulherNegra0001.pdf. Data de acesso: 10 set. 2025.

Vale ressaltar que depois do I Encontro, as mulheres negras uniram suas forças e proporcionaram o acontecimento do II e do III Encontros, reunindo assim um maior número de mulheres participantes que se adentraram ao enfrentamento e luta política de combate ao racismo, sexismo e demais estratégias de exclusão da mulher negra, seja no mercado de trabalho, seja em outras esferas públicas e sociais no Brasil.

O II Encontro Nacional das Mulheres Negras²⁵ foi realizado em 1991, na cidade de Salvador (BA), contou com a participação de 430 mulheres de 17 Estados do país e teve como tema principal: Organização, Estratégias e Perspectivas. A programação deste encontro procurou contemplar diversas necessidades através da montagem de painéis e mesas sobre os temas: Histórico e a Avaliação do Movimento das Mulheres Negras, Mulher Negra e Poder, Mulher Negra, Procriação, Extermínio de Criança e Adolescentes, Por que Mulher Negra?

Segundo Ribeiro (1995, p. 453), este Encontro permitiu o aprofundamento de discussões iniciadas no IENMN e a avaliação dos trabalhos. Mais uma vez, os debates foram intensos, demonstrando as diversas concepções políticas como consta no relatório final. Segundo Ana C. Santos (2016), o II Encontro Nacional das Mulheres Negras (II ENMN), propiciou a discussão de diversas questões macrosociais.

Isso o transformou em um lugar privilegiado para a reflexão sobre a condição vivenciada pelas mulheres negras no Brasil e permitiu a formulação de estratégias que retroalimentassem suas lutas diárias contra todas as formas de exploração sentidas. Observa-se que temas que nos dias de hoje estão presentes na agenda do movimento negro – a exemplo da esterilização em massa das mulheres negras, a violência policial, o extermínio da juventude negra, uma educação formal que contemple a história e a cultura africana e afro-brasileira, o direito aos bens básicos, entre outros –, já estavam sendo discutidos pelas ativistas no II ENMN.

Conforme Lira (2019), essa afirmação corrobora com a análise a respeito da complexidade do processo organizacional do ponto de vista político para a construção e reestruturação do movimento de mulheres negras em âmbito nacional, considerando a pluralidade destas e suas mais diversas visões políticas. Uma das decisões do II Encontro foi a indicação de Seminários Nacionais de Mulheres Negras. Para tanto, era preciso promover seminários regionais e estaduais, visando a

²⁵ A fonte foi consultada em 10 set. 2025 do (Boletim II Encontro das Mulheres) – no site: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31246>

intensificação da discussão sobre os rumos da organização de mulheres negras e dos próximos encontros nacionais (Ribeiro, 1995). Outras propostas surgiram ao final do II ENMN, tais como:

[...] revisar os currículos e as avaliações escolares; garantir o acesso e a permanência de estudantes com baixo poder aquisitivo e negros na escola; assegurar a formação continuada dos processos em História da África; confeccionar materiais didáticos com sentido antirracista e antimachista; denunciar, por meio da mídia, o extermínio de crianças e adolescentes negros e a esterilização das mulheres negras etc. Essas sugestões ainda estão na agenda atual de reivindicações do movimento de mulheres negras (Santos, 2016, p. 7).

Segundo Ana Cristina C. Santos (2016, p. 18), que apesar das divergências entre as participantes, a maior aproximação das ativistas atuantes nas cidades de Salvador com as de outros estados. Comprovou que essas mulheres, mesmo tendo demandas em comum, são plurais, e essa pluralidade foi confirmada ao se pensar a realizar o II ENMN: divergências, embates de ideias e entre interesses pessoais e de grupos vieram à tona. Apesar disso o encontro gerou uma série de ganhos políticos que repercutem até hoje, pois a partir dele foram fortalecidas redes e ampliadas articulações nacionais e internacionais (quadro 9).

Quadro 9 - Propostas do II Encontro Nacional Das Mulheres Negras (IENMN)

OBJETIVO GERAL	CONSOLIDAR A ARTICULAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL, intensificando o combate ao racismo e à discriminação racial.
OBJETIVO ESPECÍFICO	ARTICULAR POLITICAMENTE O MOVIMENTO DAS MULHERES NEGRAS NO ÂMBITO NACIONAL. Definir um projeto político nacional que desse respostas para a situação da mulher negra no país, encaminhando uma proposta unitária de luta dentro desta diversidade social, cultural e política em que vivemos.
METODOLOGIA	Exposição de trabalhos, oficinas, palestras
DEBATE, TEMAS:	Histórico e a avaliação do movimento das mulheres negras; mulher negra e poder; procriação, extermínio de crianças e adolescentes negros e a subjetividade da mulher negra. “Porque Mulher Negra? “, Lesbianidade, Procriação, Extermínio de Crianças e Adolescentes Negros.
Recomendações sugeridas pelo II Encontro Nacional das Mulheres Negras (IENMN)	Revisar os currículos e as avaliações escolares. Garantir o acesso e a permanência de estudantes com baixo poder aquisitivo e negros na escola. Assegurar a formação continuada dos professores em História da África; Confeccionar materiais didáticos com sentido antirracista e antimachista; Denunciar, por meio da mídia, o extermínio de crianças e adolescentes negros e a esterilização das mulheres etc.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do site.²⁶

²⁶ Pesquisado em 12 fev. 2025, de: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31246>

A presença desses temas no encontro permite concluir que elas, para além das suas demandas específicas, estavam também preocupadas com dilemas que atingiam a toda a população negra. Além destes trabalhos em plenárias, ocorreram diversas oficinas e discussões sobre as experiências de trabalho das mulheres negras. Dentre as propostas aprovadas vê-se uma grande ênfase no processo organizativo indicando caminhos para a construção do III Encontro Nacional das Mulheres Negras.

O III Encontro das Mulheres Negras, segundo Moreira (2007), aconteceu em 1997, mas de acordo com os dados contidos no Boletim da Plenária²⁷ realizada nesta data, o movimento deveria ser realizado nos anos 2000. Segundo Rodrigues (2006), a deliberação da reunião foi a proposta de realização do III Encontro Nacional de Mulheres Negras para antes do ano 2000. Porém, o Encontro veio a ocorrer entre os dias 26 e 29 de julho de 2001, também em Belo Horizonte, em pleno processo preparatório para a III CMR de Durban.²⁸

Conforme Lira (2019, p. 82), ao longo da década de 1990 os Movimentos de Mulheres Negras, compreendeu que a intervenção, via organismos internacionais, poderia ser uma estratégia para lançar luz a questões que estavam sendo debatidas de maneira local, mas que se alinhavam ao debate internacional sobre as opressões que interseccionavam gênero, raça e classe. Envolveram-se fortemente nas discussões das Conferências Mundiais da ONU, na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e na IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995). A intervenção das Mulheres Negras nesses espaços contribuiu de forma decisiva para ampliar e fortalecer a abordagem e a discussão da questão racial em âmbito internacional (Ribeiro, 1995).

Segundo Lira (2019), de lá para cá, dentre tantas atividades nacionais e internacionais em que as mulheres negras brasileiras estiveram presentes articulando a denúncia sobre o racismo e o sexismo, estabelecendo parcerias, trocas de experiências e proposituras, destacam-se:

²⁷ Boletim informativo da Plenária: Relatório Final da Reunião Nacional das Mulheres Negras: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/PTDN_APS_SNCR_1997_PAV_0002.pdf. Consultado em 10 set. 2025.

²⁸ III CMR de Durban, foi uma Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância. Realizada de 31 de agosto a 08 de setembro de 2001, em Durban África do Sul foi um processo fundamental de consolidação de luta política das mulheres negras no início dos anos 90.

I Seminário Nacional de Mulheres Negras (1993); a I Marcha Nacional Contra o Racismo e pela Vida (1995); III Encontro Nacional de Mulheres Negras (2001); III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, ocorrida em Durban/África do Sul; Seminário Nacional de Saúde da População Negra (2004); I Seminário Nacional de Negras e Negros LGBT (2012); I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas (2014); Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver (2015); Encontro Nacional de Mulheres Negras, 30 anos: Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver – Mulheres Negras Movem o Mundo (2018) (Lira, 2019, p. 83).

Lira (2019), afirma que como parte do processo preparatório para III Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (Durban, 2001), foi realizado o III Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Belo Horizonte(MG), entre os dias 26 e 29 de Julho de 2001. O Encontro teve como objetivo a organização das mulheres negras no 3º milênio para o combate ao racismo e à discriminação de gênero. A metodologia utilizada adotou os formatos de palestras, painéis, dinâmicas de grupos e vivências, propiciando a troca de saberes entre as participantes. O Encontro foi realizado em parceria com o Fórum Nacional de Mulheres Negras, Ministério da Justiça, Ministério da Cultura, Fundação Palmares e Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, além de apoios como o (CNDM) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o (CFEMEA) Centro Feminista de Estudos e Acessoria.

Para Lira (2019), o ano de 2001 foi agitado em torno das atividades para a agenda dos movimentos negros e de mulheres negras para articular a participação em atividades nacionais e internacionais que pautavam a questão racial. Estes movimentos estavam mobilizados para apresentarem suas pautas nestes espaços. Contudo, havia uma sobrecarga ainda maior para as militantes negras, considerando que concomitantemente estava em curso a preparação para o III Encontro Nacional de Mulheres Negras (MG) e a preparação da delegação brasileira para a III Conferência Mundial contra o Racismo.

Segundo Matos (2001), o III Encontro Nacional das Mulheres Negras com o tema “Organização de Mulheres Negras no Terceiro Milênio no Combate ao Racismo e à Opressão de Gênero”. A programação do Encontro é composta dos seguintes painéis: A Organização das Mulheres Negras; Rompendo Barreiras, Rumos e Perspectivas; A Urgência de Políticas Específicas para Mulheres Negras; Internacionalização da luta da Mulher Negra.

Haverá também Espaços de Sensibilização e Rodas de discussão para definir formas organizativas e uma Plenária Final.

Para contribuir com as lutas contra as desigualdades sociais marcadas pelas desigualdades de gênero e raça foram divulgados 2 estudos: o divulgado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostra que as diferenças históricas entre brancos e negros vem se mantendo e a revista Proposta, da FASE, nº. 88/89, traz artigo de Wânia Sant'Anna abordando as desigualdades étnico/raciais no interior das análises do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e do IDG (Índice de desenvolvimento adaptado ao gênero). Nesses dados tornam-se evidentes a desvantagem das mulheres negras em todos os indicadores sociais (Matos, 2001, p. 4).

Os objetivos do Encontro, mais uma vez, foram a reflexão em torno da organização das mulheres negras e o combate ao racismo e à opressão de gênero, considerando-se a pluralidade e diversidade cultural e histórica das mulheres negras (Documento do III ENMN, 2001) (quadro 10).

Quadro 10 - Propostas do III Encontro Nacional Das Mulheres Negras (IIIENMN)

OBJETIVO GERAL	Organização das mulheres negras no 3º milênio, no combate ao racismo e a opressão de gênero. Preparação da mulheres negras organizadas para a conferência mundial contra o racismo, a discriminação racial, xenofobia e outras formas correlatas de intolerância.
OBJETIVO ESPECÍFICO	Socializar Informações, compartilhar experiências no sentido de debater a questão das mulheres negras na conjuntura atual. Construir Estratégias de ações transformadoras da situação da feminização e de etnização da pobreza, geradora da exclusão social, política, econômica e cultural das mulheres negras afrodescendentes na diáspora.
METODOLOGIA	Debates, exposição de trabalhos, painéis, noite cultural, oficinas e rodas de conversa.
DEBATE/PAINEIS	A organização das mulheres negras, rompendo barreiras, novos rumos e perspectivas. A urgência de políticas específicas para as mulheres negras. internacionalização da luta da mulher negra.
OFICINAS	Casas - espaços de sensibilização, Casa das Artes, Casa da Autoestima, Casa do Corpo, Casa da Dança Afro, Casa da Espiritualidade, Casa da Farmácia Viva, Casa das Ideias, Casa das Relações de Poder, Casa da Sexualidade, Casa da Terceira Idade, Casa do Trabalho, Casa da Violência
RODAS DE CONVERSA	Roda Anastácia, Roda Carolina de Jesus, Roda Chica da Silva, Roda Clara Nunes, Roda Clementina de Jesus, Roda Dandara, Roda Dona Neuma, Roda Lélia Gonzales, Roda Luiza Mahin, Roda mãe menininha, Roda Oxum.

Fonte: Elaborado pela autora com os dados da pesquisa do site:²⁹

²⁹ PTDN_APS_SNCR_2001_TXT_0442.pdf. Consultado em 12 fev. 2026.

A trajetória desse encontro não é muito diferente da trajetória dos demais encontros, seminários e reuniões de mulheres negras ao longo da década de 90. De acordo com Guimarães; Corrêa; Alves, (2021), as mulheres negras se articularam e lutaram historicamente contra todas as formas de discriminações.

Os longos passos da organização das mulheres negras têm imprimido suas marcas na tradição de luta contra o racismo e a discriminação no Brasil. Os debates promovidos no seio do movimento feminista e no movimento negro geral contribuíram para identificar o seu espaço de luta próprio, ampliando as visões sobre a complexa situação da mulher negra, submetida à tripla exploração de raça, gênero e classe, motivo pelo qual sua problemática social deve ser tratada, levando em conta suas especificidades. A luta das mulheres negras, fundamentalmente a partir da década de 1980, contribuiu, também, para aprofundar as análises da questão racial dentro do movimento feminista e da questão de gênero no movimento negro. O protagonismo alcançado pelas militantes negras nos espaços político e social está contribuindo para a mudança de percepção das relações raciais na sociedade brasileira de maneira crescente, ainda que falte muito para mudar. A mudança é um processo longo que deve ser estimulado permanentemente, mas já contribuíram muito com o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e foram decisivas para a conquista dos direitos das mulheres brasileiras (Guimarães; Corrêa; Alves, 2021, p. 303).

Mesmo diante desses desafios, o movimento de mulheres negras segue organizado, se reinventando e construindo possibilidades por meio do uso de recursos de internet, que permitem a organização de eventos remotos, campanhas contra a fome, lives, entre outros. Assim, o movimento das mulheres negras não parou e segue no exercício de denúncia e da reivindicação de direitos.

Durante a pesquisa por mais informações e dados sobre o II e o III Encontro Nacional das Mulheres Negras. Houve uma dificuldade de encontrar mais dados bibliográficos. Foi feita uma pesquisa minuciosa sobre os respectivos Encontros no Banco de Dados de Teses e Dissertações da Capes com os seguintes verbetes: II Encontro Nacional das Mulheres Negras, Movimento das Mulheres Negras, III Encontro Nacional das Mulheres Negras. E não apresentando nenhuma tese ou dissertação. Ao pesquisar por I Encontro Nacional das Mulheres Negras, disponibilizou-se apenas uma Dissertação de Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais, da Universidade Federal de São Paulo da autoria de Priscila Lemos Lira (2019). Intitulada: Movimento das Mulheres Negras e o serviço Social, que dialoga com a minha pesquisa, e traz riquíssimos dados sobre o I Encontro Nacional das Mulheres Negras de 1988.

De acordo com Lira (2019), O estudo propõe-se a examinar a relação entre o Movimento de Mulheres Negras e o Serviço Social por meio da análise dos artigos referentes ao tema publicados na principal revista da área de Serviço Social, a Serviço Social & Sociedade entre os anos de 1988 e 2016. Esse período foi marcado por acontecimentos significativos para os Movimentos de Mulheres Negras no Brasil, como o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (1988) e a Marcha das Mulheres Negras (2015), dentre outras destacadas movimentações políticas que ocorreram nesse intervalo.

Historicamente as mulheres negras são silenciadas, invisibilizadas e negligenciadas pelas políticas públicas e pelas produções acadêmicas. Embora sejam protagonistas de relevantes articulações, nacionais e internacionais, que alcançam conquistas significativas para a população negra como um todo, o Serviço Social não tem se apropriado das pautas levantadas pelos Movimentos de Mulheres Negras. Isto fica explícito na sua forma de não pesquisar, não elaborar formulações conceituais e não produzir conhecimento sobre essa parcela majoritária da população (Lira, 2019, p. 7).

Os índices de desigualdades sociais apresentam o racismo, o sexismo, a heteronormatividade, dentre outras formas de opressão, como fundamentais à reprodução da exploração capitalista.

5 POR UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA ANTIRRACISTA E ANTISSEXISTA

Pretendo demonstrar como a interseccionalidade entre: raça, gênero e classe, estavam presente nas lutas de Bell Hooks (1952-2021) e Paulo Freire (1921-1997), como os autores deram ênfase na prática pedagógica como enfrentamento e empoderamento dos alunos negros e pobres que sofriam com essas tríplices discriminações, a partir de seus ensinamentos em sala de aula, e fora dela também.

Demonstrando a extrema importância de se discutir e debater na Universidade e principalmente em sala de aula com alunos, uma pedagogia engajadora, libertária que nos encoraje a opor-se a todo tipo de ódio e discriminação voltada a população negra, que como sabemos no Brasil não vivemos uma “democracia racial”. Como Lélia combateu e criticou fervorosamente este racismo, será demonstrado na seção a seguir.

Infelizmente, o racismo está presente nos dias atuais, em todas as esferas públicas e precisa ser combatido. Neste sentido, como mulher, preta, periférica e estudante de Pós-graduação, compartilho dos mesmos ideais de luta e enfrentamento as epistemologias, e práticas racistas que tentam nos excluir e nos privar dos espaços que também devemos ocupar, (Escolas, Universidades, Cargos Públicos). Por que assim como Bell Hooks (1952-2021), Lélia Gonzalez (1934-1995), e as feministas negras que trago para esse debate. Sei o que é ser discriminada pela cor da minha pele, por um sistema excludente e opressor.

5.1 LÉLIA GONZALEZ: COMBATENDO O MITO DA “DEMOCRACIA RACIAL”

O “mito da democracia racial”, denunciado por Lélia Gonzalez (1935-1994), articula um debate com Caio Prado Junior e Gilberto Freire, que defendiam o processo de miscigenação que ocorreu no Brasil como algo positivo no país. A forma como as mulheres negras eram retratadas nos escritos de antropólogos e sociólogos da época, como objetos de desejos dos senhores e aptas para realizarem trabalhos pesados mostra tais concepções que preponderavam na época. As mulheres negras não tinham voz e eram colocadas como subalternas perante a sociedade. Gonzalez (1984) aponta que mesmo a sua “condição” feminina ocupacional como no mundo de trabalho não suavizou o trabalho dessas mulheres, que atuaram em duas funções:

trabalhadora do eito e mucama.

A primeira seria definida como escrava produtiva e outra como responsável pela manutenção da “Casa Grande” e ainda com a dimensão da exploração sexual. No artigo “Racismo na Cultura Brasileira”, faz críticas ao autor Caio Prado Junior, pelo modo como referenciava as mulheres negras, com relação a exploração sofrida pelos senhores de engenho. Exemplifica como no Carnaval a mulher negra é retratada como bela e formosa e depois que acaba a festividade ela é retomada como aquela que ocupa lugares subalternos na sociedade.

Lélia, de forma crítica, combatia o mito da “democracia racial”³⁰ que ainda tem uma presença muito forte na sociedade brasileira. Aliás, na maioria das vezes, o racismo está implícito, ou seja, existe de uma forma camuflada. No nível de discurso temos uma ideia de que no Brasil somos todos iguais com direitos perante a lei. Assim, nestes termos, não existe racismo.

O mito que se trata reencenar aqui, é o da democracia racial. É justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda sua força simbólica. E é nesse momento que a mulher negra se transforma-se única e exclusivamente rainha, na “mulata deusa do samba”. [...] Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que se mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce por fortes cargas de agressividade. É por aí também que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que serão vistas (Rios; Lima, 2020, p. 71).

Lélia Gonzalez (1934-1995) tece críticas ao mito da “democracia racial”, se consolidou no campo da ciência com vários trabalhos e escritos, de sociológicos, antropológicos, políticos e filosóficos. Ela fala da constatação da violência de raça, gênero e classe vividas e vivenciadas pelas mulheres negras, dando imensa visibilidade a discussão a estes temas. Segundo Djamila Ribeiro (2017), as mulheres negras vêm lutando para serem sujeitos políticos e produzindo discursos contra hegemônicos.

³⁰ “O mito da democracia racial enquanto modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil. Na medida em que somos todos iguais perante a lei e que o negro é um cidadão igual aos outros” (Gonzalez, 2020b, p. 38).

Lélia evidenciou as diferentes trajetórias e estratégias de resistências dessas mulheres e defendeu um feminismo afrolatinoamericano colocando em evidência o legado de luta, a partilha de caminhos de enfrentamento ao racismo e sexismo já percorridos. Assim mais do que compartilhar experiências baseadas na escravidão, racismo e colonialismo, essas mulheres partilham processos de resistências. Seus trabalhos e obras tem como proposta a descolonização do conhecimento e a refutação de uma neutralidade epistemológica. (Ribeiro, 2017, p. 17).

Podemos citar também um autor importantíssimo que também teceu críticas severas ao mito da “democracia racial”. Ele é Abdias do Nascimento, que participou de movimentos antirracistas para combater as ideologias do branqueamento que foram propagadas aqui no Brasil, desde o período da colonização.

Ele também denunciou em sua obra “Genocídio do Povo Negro Brasileiro” (1978) a exploração sexual sofrida pelas mulheres negras, afirmando que o Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, por conta da sua condição de pobreza, da ausência de status social e total desamparo. É a mulher negra que continua vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco.

Um velho ditado, tão popular hoje como há um século revela ilusórias e falsas são essas designações promovidas a serviços das classes dirigentes. O conceito popular difere completamente e restabelece a situação real. Branca para casar, Negra para trabalhar, Mulata para fornicar. O mito da “democracia racial” enfatiza a popularidade da mulata como prova de abertura e saúde das relações raciais no Brasil. No entanto, sua posição na sociedade mostra que o fato social se exprime corretamente é segundo o ditado popular. Nessa versão há o reconhecimento geral do povo de que a raça negra foi prostituída, e prostituição de baixo preço. Já que a existência da mulata significa o “produto” do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicação, enquanto a mulher negra continuou relegada à sua função original, ou seja, o trabalho compulsório. Exploração econômica e lucro definem, ainda outra vez, seu papel social (Nascimento, 1978, p. 62).

Demonstra-se, já naquela época os resquícios de uma mentalidade escravocrata sobre a população, e principalmente sobre a mulher negra. O sociólogo Octavio Ianni (1926-2004), evidenciou a “tendência” dos brancos no Brasil para o “intercasamento” com negros, o que permanece como uma ficção social contemporânea. Afirma que originalmente o produto do estupro da mulher africana

pelo português, o mulato e bastardo, resultava da espúria união maternal: a concubinação e/ou a prostituição da mulher negra e da mulata.

Em um estudo publicado em 1972, Octavio Ianni (1926-2004) fez a seguinte pergunta aos entrevistados: “Você aprovaria o casamento de seu amigo, irmão, irmã ou de você mesmo, com um negro ou mulato?” O resultado em porcentagem, foram os seguintes, assim como está na tabela 1.

Tabela 1 - Resultado da pesquisa de Octavio Ianni citado por Abdias do Nascimento

	NEGRO	MULATO
Não gostariam que o(a) amigo casasse com..	35	29
Não gostariam que o irmão casasse com...	74	70
Não gostariam que a irmã casasse com...	76	72
Ego não gostaria de casar-se com..	89	87

Fonte: Nascimento (1978, p. 63).

Abdias do Nascimento (1978) nos informa que junto com o cientista, podemos notar a progressiva rejeição, tanto do negro como do mulato, à medida que as manifestações se aproximam do mundo social do próprio informante.

“A conclusão lógica tirada por Ianni, desta e outras pesquisas, é que [...] o branco elimina os negros e mulatos do seu círculo de convivência mais íntimo: a família. É assim que ele consegue dissimular as barreiras rígidas, impostas àqueles.” (Nascimento, 1978, p. 63).

Neste sentido, Abdias afirma que temos diante de nossos olhos uma radiografia, ou seja, a mais famigerada “democracia racial”, em cujo contexto, o homem negro e a mulher negra só podem penetrar subrepticiamente, pela porta dos fundos, como criminosos ou como prostitutas.

Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. [...] a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro. Monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial” que só concede aos negros um único “privilégio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora, a palavra-senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como assimilação, aculturação, miscigenação; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes (Nascimento, 1978, p. 93).

Duas pesquisadoras importantíssimas sobre o impacto do racismo sofrido pela população negra, Carone e Bento (2002), debateram e questionaram no trabalho “Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil”, tecendo críticas a Gilberto Freyre, como defensor da ideologia do branqueamento e o “mito da democracia racial.”

Um dos elementos mais intrigantes dessa nova interpretação da realidade racial brasileira, já descolada da visão luso-tropicalista de Gilberto-Freyre, era o conceito de ideologia do branqueamento. O branqueamento poderia ser entendido, num primeiro nível, como resultado da intensa miscigenação ocorrida entre negros e brancos desde o período colonial, responsável pelo aumento numérico proporcionalmente superior dos mestiços em relação ao crescimento dos grupos negros e brancos na composição racial da população brasileira. O branqueamento, todavia, não poderia deixar de ser entendido também como uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo após a Abolição da Escravatura, para que o negro negasse a si mesmo, no seu corpo e na sua mente, como uma espécie de condição para se “integrar” (ser aceito e ter mobilidade social) na nova ordem social. A miscigenação entre negros e brancos, exaltada por Gilberto Freyre como um embrião da “democracia racial” brasileira e base de nossa identidade nacional- “povo mestiço”, moreno- foi parte da escravidão colonial. Mas o cruzamento racial não foi um processo natural, e sim determinado pela violência e exploração do português de ultramar contra o africano sob o cativo (Carone; Bento, 2002, p. 14).

Podemos enfatizar a importância de trazer essas autoras para potencializar esse debate proposto nesta dissertação, porque compactuam das mesmas críticas ao racismo e sexismo proposto por Lélia Gonzalez (1935-1994), incluo-as nessa discussão com o intuito de inseri-las no campo da ciência porque elas/es investigaram, questionaram, debateram, escreveram, e compartilharam da luta contra o racismo e a valorização da condição humana.

Criticando cientificamente como o racismo excluiu e ainda exclui a população negra e principalmente a mulher negra, violentamente nas várias esferas da sociedade, (Universidades, Cargos Públicos, Cargos de chefia, Gerência), demonstram o racismo velado que está contido no discurso da “democracia racial”. Sabemos que a realidade é completamente distorcida, porque infelizmente ainda vivemos em um país com enormes desigualdades sociais, principalmente sofrida pela mulher negra e a população negra.

5.2 O LEGADO DE RESISTÊNCIA DAS FEMINISTAS NEGRAS DIALOGANDO COM PAULO FREIRE

Com base nas propostas de uma pedagogia antirracista, Paulo freire e Bell Hooks, buscaram romper com os muros físicos, simbólicos e epistemológicos da escola, favorecendo a construção de um aprendizado autônomo, libertário e engajado socialmente. Aqui, pensamos na importância de praticarmos uma pedagogia engajada contra o racismo e o sexismo. Segundo Bell Hooks;

A educação como prática de liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizado é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que creem que nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja a alma de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar de modo mais profundo e mais íntimo (Hooks, 2017, p. 25).

Entrelaça-se, neste contexto, as propostas educacionais como prática de libertadoras, que segundo Freire;

O professor que pensa certo, deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo. Mas, histórico como nós, o nosso conhecimento do mundo tem historicidade. Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se faz velho e se “dispõe” a ser ultrapassado por outro amanhã (Freire, 1996, p. 13).

Na teoria Sociológica Clássica, vemos um processo de silenciamento e esquecimento das autoras, principalmente das autoras negras que lutaram contra essa tripla discriminação, como ativistas, intelectuais, escritoras e revolucionárias. Através de suas ações, obras, escritos, manuscritos e publicações, elas interviram em lutas antirracistas e sexistas para que meninas e mulheres negras pudessem alcançar a sua autonomia e participação no campo científico, enfrentando o cânone machista, racista e sexista que reverberava o domínio científico daquela época, e que infelizmente estão presentes nos dias atuais.

Ao conhecermos as teóricas clássicas da Sociologia, vivenciamos uma virada de chave decolonial, questionando como as epistemologias brancas, heterossexuais e machistas, tentaram apagar e silenciar as pesquisadoras/res e

intelectuais negras /os, indígenas e de outras etnias.

Neste contexto, quem foi Anna Julia Cooper? Qual a sua importância de luta com a intersecção entre gênero, raça e classe? Anna Julia Copper (1858-1964), foi uma ativista afro-americana que batalhou arduamente contra o racismo, sexismo e machismo. Mesmo que em um espaço geográfico diferente, também vivenciou opressões e sentiu na pele essa tripla discriminação, dialogando com o pensamento de outras mulheres negras de seu tempo, bem como desenvolveu reflexões e críticas sobre as relações entre gênero, raça e classe presentes nos debates contemporâneos.

Foi uma educadora feminista, ativista, pesquisadora e estudiosa negra estadunidense internacionalmente reconhecida. Durante seus anos escolares iniciais, notou a explícita diferenciação no tratamento educacional de meninos e meninas, desde então passou a vida advogando pela educação de mulheres negras. Desenvolveu uma crítica sobre estruturas de opressão alicerçadas na intersecção gênero e raça. Para Daflon e Campos (2022, p. 164):

Além das diversas atividades acadêmicas, pedagógicas e de ativismo, Cooper criou duas crianças e adotou outras cinco. Em uma extensa e variada produção crítica e analítica, Cooper articulou os efeitos interseccionais de raça, gênero e classe, trazendo importantes contribuições ao feminismo negro, ao feminismo filosófico, à filosofia da raça, incluindo a filosofia política afro-estadunidense. A autora esteve engajada, direta e indiretamente, em debates sobre ideias relacionadas a raça, gênero, progresso, liderança, educação, justiça e direitos com mulheres ativistas, tais como Maria W. Stewart, Frances Harper, Sojourner Truth, Ida B. Wells-Barnett, e Mary Church Terrell, bem como com homens negros – homens da raça – Frederick Douglass, Martin Delany, Booker T. Washington e W. E. B. Du Bois.

Para Daflon e Campos (2022, p. 169), Cooper apontou o racismo dos movimentos sufragistas liderados por mulheres brancas, muitas das quais manifestavam um “espírito de casta”, e não admitiam que as mulheres negras participassem, partindo do pressuposto de que a categoria “mulher” era sinônimo de “mulher branca”. Ao mesmo tempo, ela apontou as práticas machistas e patriarcais de homens negros. Além disso, demonstrou, por fim, que múltiplas matrizes de opressão afetavam as mulheres negras, a partir do que hoje compreendemos como uma leitura interseccional de gênero, raça e classe.

Anna Julia Cooper (1858-1964) nos ajuda a refletir acerca da intersecção

entre: gênero, raça e classe como forma de enfrentamento as triplas opressões, exercendo, uma política decolonial, educacional e transformadora. De acordo com Collins (2021, p. 26), há uma ênfase dada por Cooper à condição de vulnerabilidade das mulheres negras de seu tempo, apesar das diferenças históricas, de idade, de classe social, de gênero, cor da pele ou da região. Mantém uma linha de ligação comum, um legado de luta contra a violência e as múltiplas matrizes de opressão que afetam mulheres negras até a contemporaneidade.

Neste sentido, desde a sua formação acadêmica, e a partir do momento que começou a lecionar para meninas, meninos, homens e mulheres negras da classe trabalhadora, Anna Julia Cooper (1858-1964), sempre lutou e acreditou que a educação interseccional seria um eixo libertador, para que principalmente as meninas negras da sua época teriam condições de se libertarem.

“Por outro lado, da defesa da importância do acesso ao ensino demonstra como a educadora percebia todas as formas de educação, fossem elas clássicas, profissionais ou vocacionais, de ensino integral ou de meio período como lugares de libertação” (Daflon; Campos, 2022, p. 165).

Cooper precisa ser compreendida e atrelada a uma tradição de escrita, pesquisa, intelectualidade e ativismo negro que dialogou com os pensamentos de outras mulheres negras de seu tempo. Muitas vezes, é menosprezada, esquecida e silenciada pela crítica e teoria sociológica feminista. A produção intelectual, crítica e teórica de Cooper, seu ativismo e defesa de uma pedagogia emancipatória e transgressora, antecipam alguns aspectos do pensamento de Bell Hooks, a partir de Paulo Freire.

“A obra de Freire afirmava que a educação só pode ser libertadora quando todos tomam posse do conhecimento como se este fosse uma plantação em que todos temos de trabalhar [...] agir e refletir sobre o mundo a fim de modifica-lo” (Hooks, 2017, p. 26).

Utilizou-se de sua condição de mulher negra, das suas experiências pessoais, transformando-as em condições de luta e enfrentamento ao racismo e sexismo na época, lutando por uma condição mais digna e justa para as meninas negras. Cooper, quando participou em 1932 de uma pesquisa de alunos graduados negros, afirmou que mesmo sendo geralmente conhecida por seu papel como uma importante intelectual negra, gostaria de ressaltar a relevância de seu legado pela criação da escola para adultos que levou o nome de sua mãe, Hannah Stanley,

dedicada à educação de pessoas negras da classe trabalhadora, enfatizando sua crença em uma pedagogia libertária que visava a conscientização dos sujeitos.

Daflon e Campos (2022) enfatizavam que todo ambiente educacional era visto como um espaço onde se deveria aprender a questionar, ao invés de simplesmente aceitar. A crítica de Freire a educação bancária está alinhada com a visão de Anna Julia Cooper sobre a educação, o modelo de educação bancária, onde o conhecimento é depositado nos alunos de forma passiva, sem incentivar o pensamento crítico ou a capacidade de questionar.

Defende uma educação problematizadora, encorajando os alunos a serem ativos no processo de aprendizagem, a questionarem e a refletirem sobre a realidade, promovendo uma consciência crítica e a rejeição de todas as formas de opressão. Em seus escritos da “Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa”, Freire afirma que:

[...] quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender tanto mais se constrói e desenvolve o que eu venho chamando “curiosidade epistemológica”, sem a qual não alcançamos o conhecimento cabal do objeto. [...] à crítica a recusa e à recusa ao ensino bancário, de outro, a compreender que, apesar dele, o educando a ele submetido não está fadado a fenecer ;em que pese o ensino bancário, que deforma a necessária criatividade do educando e do educador, o educando a ele sujeitado pode, não por causa do conteúdo cujo “conhecimento” lhe foi transferido, mas por causa do processo mesmo de aprender, dar, como se diz na linguagem popular, a volta por cima e superar o autoritarismo e o erro epistemológico do bancarismo (Freire, 1996, p. 12).

Voltando a Cooper, lembramos que sua visão era um contraponto a uma narrativa racista, sexista e machista recorrente no fim do século XIX e início do século XX, em 1877, casou-se com um colega de escola, George Cooper, que faleceu brevemente. Após a morte de seu marido, iniciou o curso de matemática na Faculdade de Oberlin em Ohio, em 1884, e obteve como mérito por carreira docente. A partir de 1887, Cooper ministrou aulas na Escola M. Street Hight School (renomada de Dunbar Hight School) em Whashington.

[...] à escola ficou famosa durante os anos em que esteve em sua direção, tanto pelo alto desempenho dos alunos e das alunas negras nos exames educacionais, por vezes obtendo notas mais alta do que a parcela estudantil branca, quanto pela ênfase em currículo abrangente, que primava por um ensino crítico, e não estreitamente técnico, voltado apenas para a servidão e para funções laborais”. (Daflon; Campos 2022, p. 162).

Paulo Freire (1996) também praticava a decolonialidade, em suas obras e manuscritos, denunciando todas as formas de discriminações e opressões sofridas pela população negra:

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substancialidade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que matam meninos nas ruas, dos que inferiorizam as mulheres (Freire, 1996, p. 16).

Anna Julia Cooper (1858-1964), a partir de suas experiências para transformar a vida de seus alunos e alunas, praticando uma política decolonial, uma pedagogia crítica libertária, exerceu seu papel de educadora dando seu total apoio e militando para que a população negra, conseguisse ter direito a uma educação digna que elevasse a subjetividade e senso crítico de seus alunos.

Com toda sua luta de embate e enfrentamento a tríplice discriminação, após muitos anos de estudos e dedicação para melhorar as condições de seus pares (meninas/os, mulheres e homens negros), após anos dedicados ao ingresso a pós-graduação na Universidade de Columbia, que recusou sua pesquisa, Cooper tornou-se doutora aos 66 anos pela Sorbonne, em Paris, com uma tese sobre Escravização, Iluminismo e Revolução do Haiti.

A *Voice of The South* (1892), foi visto como uma das primeiras articulações do feminismo negro. Cooper defendeu formas localizadas e corporificadas de conhecimento “por meio de” uma análise sofisticada de opressão que pede uma abordagem subjetiva da ética. Cooper pontuou questões como: identidade, diferença e política informam nossa condição cotidiana. Assim seus escritos e sua postura ativista desnaturalizam e tensionam ideologias supremacistas brancas e defendem o papel de homens e mulheres negros como agentes de conhecimento, cultura e transformação, bem como a universalização que os indivíduos fazem, a partir de suas experiências pessoais. A

apontar que a mente filosófica enxerga seus próprios direitos, como o direito a humanidade” (Daflon; Campos, 2022, p. 167).

Sobre questão ética na prática educacional, segundo Freire (1996).

Ao reconhecer que, precisamente porque nos tornamos seres capazes de observar, de comparar, de avaliar, de escolher, de decidir, de intervir, de romper e optar, nos fizemos seres éticos e se abriu para nós a probabilidade de transgredir a ética, jamais poderia aceitar a transgressão como um direito, mas como uma possibilidade. Possibilidade contra que devemos lutar e não diante da qual devemos cruzar os braços” (Freire, 1996, p. 38).

Podemos citar a relevância da obra de Anna Julia Cooper (1858-1964) como alguém que ergueu a sua voz, contra todas as práticas racistas, machista e supremacistas brancas por meio de uma escrita linguisticamente marcada por sutilezas, ironias e sarcasmos, e metáforas para refletir sobre as opressões e violência impostas a população negra em representações literárias, recuperando imagens públicas que por sua vez foram um dos sustentáculos da ideologia escravagista:

O que espero ver antes de morrer é um homem negro com honestidade e gratidão retratando o negro como ele é, e, ocasionalmente, o homem branco visto pelo ponto de vista do negro. Há um antigo provérbio: “o demônio é sempre pintado de preto- por pintores brancos. Talvez, o que seria necessário para inverter o quadro do nobre senhor matando o leão, é fazer do leão o pintor” (Daflon; Campos, 2022, p. 168).

Percebemos que a produção intelectual, crítica, filosófica, sociológica e teórica de Anna Julia Cooper (1858-1964), perpassa por discussões sobre a condição das pessoas negras, e ecoa uma longa tradição de escrita e ativismo de mulheres negras por justiça social, costumeiramente apagadas do pensamento canônico e hegemônico.

As mulheres negras são de modo interligado e simultâneo, impactadas pelo racismo (o problema de raça) e o machismo (a questão da mulher) além da questão classe. Para Cooper (1858-1964), como expresso em a Voice, as mulheres negras apresentam um ponto de vista epistemológico único, pois são capazes de observar a sociedade de maneira mais ampla, enfatizando os múltiplos e interseccionados sistemas opressivos:

“Somente a mulher negra pode dizer quando e onde eu entro na dignidade

tranquila e incontestável da minha condição de mulher, sem violência e sem paternalismo, aí sim toda raça negra entra comigo” (Daflon; Campos, 2022, p. 171).

Outras pensadoras clássicas, como Maria Isaura Pereira de Queiroz (1918-2018), Deolinda Rodrigues (1939-1967), Verônica Toste Daflon, Luna Ribeiro Campos, Mariane Weber (1870-1954), Sojourner Truth (1797-1883), Ida Bell Wells-Barnett (1862-1931), Maria Firmina dos Reis (1822-1917), Anna Julia Cooper (1858-1964), Flora Tistan (1803-1844), Mary Wollstonecraft (1759-1797), Juanna Manuela Gorriti (1818-1892), entre outras, nos mostram a potência da participação das mulheres no campo da ciência sociológica. Ela nos deixaram um legado de história de vida, de luta, persistência, resistência e enfrentamento às epistemologias brancas e coloniais, que infelizmente perpetuam nos dias atuais.

Compreende-se que para a construção de uma educação transformadora exige um movimento duplo: a desconstrução da rigidez da educação bancária e o enfrentamento direto às opressões de raça e gênero. O legado de resistência das feministas negras, nas vozes de Anna Julia Cooper e Bell Hooks, dialoga com a pedagogia de Paulo Freire.

Freire (1987) escreve que essa “nova” forma de educação tem como foco a conscientização e o diálogo entre alunos e professores, para que, juntos, eles se humanizem na hora de ensinar e aprender. E essa humanização apresentada pelo referido autor, começa no momento que os sujeitos se conscientizam de sua opressão e se comprometem a superá-la.

A convergência entre esses saberes revela que uma prática verdadeiramente antirracista e antissexista só é possível quando o diálogo freireano é acompanhado pelo reconhecimento da autoridade intelectual da mulher negra. O legado dessas pensadoras ensina que a resistência não é apenas um ato de defesa, mas uma estratégia pedagógica de sobrevivência e emancipação. Portanto, dialogar com Freire a partir do feminismo negro é assumir o compromisso com uma pedagogia da transgressão, onde o aprendizado se torna um ato radical de liberdade política.

Todas as violências racistas que tentaram apagar e silenciar nossas lutas e resistências, estão sendo desarticuladas. Graças à luta dos nossos/as ancestrais que resistiram a esse trágico epistemicídio, às grandes revoltas dos quilombos, e de todas as pessoas que lutaram e reagiram não de forma passiva conforme sempre foram retratadas nos livros didáticos, contados por pessoas brancas, porque nunca fomos passivos, sempre resistimos! Graças à luta de Lélia Gonzalez, do movimento

negro, do movimento das mulheres negras, a implementação do sistema de cotas, a Lei nº 10.639/2013, conseguimos reagir, e lutar contra esse sistema racista e opressor que tenta apagar e ocultar nossa resistência.

Este progresso na conquista de direitos também existe pela ressignificação no campo da ciência e da pesquisa, com grande esforço de todos pesquisadores/as, intelectuais e cientistas, (negros/as, brancos/as e indígenas) que se opõe e questionam esse sistema racista. Essas teorias coloniais estão sendo desmanteladas, questionadas e colocadas a prova. E as teorias decoloniais, estão sendo utilizadas como teorias de contestação e dando voz e passagem para nossos ancestrais.

Apresentamos os processos de luta e resistência das feministas negras, como uma proposta de luta antirracista, interligadas às propostas de Paulo Freire que também praticou uma luta antirracista, e um legado de luta contra opressões que ferem a dignidade humana, que precisam ser principalmente difundidas dentro de sala de aula. Partimos do princípio da necessidade das instituições de ensino desconstruírem, na prática educativa cotidiana, o “mito da democracia racial”, que sempre retratou que no Brasil somos todos iguais, onde existem “igualdades de oportunidades”.

O que bem sabemos como nos apontam a pesquisa sobre Lélia Gonzalez, e as feministas negras e de todas autoras/es citadas nesta dissertação. Que a população negra sofreu um genocídio no processo da escravidão, as mulheres negras foram brutalmente violentadas. E a população negra vivenciou terríveis condições de sobrevivências. Nossos ancestrais batalharam e lutaram arduamente contra todas essas atrocidades cometidas contra nós.

E que os “intérpretes do Brasil”, sempre nos retrataram como dóceis e passíveis, e que esse processo se deu de forma cordial e harmoniosa. Tentaram apagar, e silenciar nossa história de luta e de resistência. Mas, graças a coragem e a garra dessas mulheres/homens negros/as de punhos forte, e as epistemologias decoloniais antirracistas praticadas por eles/as, estas teorias brancas e européias estão deixando de ser o “centro” das explicações da cientificidade e das epistemologias. E, estão sendo desarticuladas e obrigadas a dar espaços aos nossos saberes, às nossas vozes, às nossas culturas que são ancestrais e científicas.

6 REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NEGRAS NA CIÊNCIA BRASILEIRA

Inicia-se este capítulo a partir de indagações centrais: quantas mulheres negras estão inseridas no campo científico? Quantas cientistas negras são visibilizadas no Brasil contemporâneo? Onde se localizam as mulheres negras na ciência?

Embora seja possível afirmar a presença dessas mulheres nas mais diversas áreas do conhecimento, sua baixa visibilidade evidencia a atuação histórica e persistente do racismo, que se expressa por meio do epistemicídio, silenciando e apagando trajetórias, produções e contribuições de cientistas negras. Esse processo incide sobre diferentes campos das Ciências Sociais à Filosofia, da Educação às Ciências Exatas e Biológicas, invisibilizando o trabalho de professoras, pesquisadoras, escritoras, matemáticas, engenheiras, biólogas, entre outras intelectuais que, apesar das adversidades, produzem conhecimento relevante no Brasil e no mundo.

Ao contestar a tentativa de apagamento e silenciamento das intelectuais e cientistas negras, trazendo um debate descolonial que segundo Lugones (2014), apontamos como o conceito de colonialidade do gênero permite-nos compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, no qual cada pessoa no encontro colonial, pode ser visto como um ser vivo, histórico plenamente caracterizado.

O que estou propondo ao trabalhar um feminismo descolonial é como pessoas que resistem à colonialidade do gênero na diferença colonial, aprendemos umas sobre as outras sem necessariamente termos acesso privilegiado aos mundos de sentidos dos quais surge a resistência à colonialidade. Ou seja, a tarefa da feminista descolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente apagá-la. Ao vivê-la, ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento com “mulher”, o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial (Lugones, 2014, p. 948).

De acordo com Veiga (2022), apenas o feminismo decolonial pode superar a colonialidade do gênero, descolonizar o gênero, tal como propôs Lugones. Esta autora argentina, chicana, junto com Lélia González, abre caminho para a reflexão sobre o território da diferença ocupada por essas mulheres, reforçando quando fogem as regras da normalidade social.

A luta decolonial se torna possível quando há o reconhecimento da diferença e da sua localização. Descolonizar ou adotar uma postura decolonial significa perceber a centralidade da raça e dos processos de racialização ao se pensar gênero, classe e localização no Brasil. Conforme Veiga (2022), a decolonialidade se entrelaça a interseccionalidade e tais categorias aparecem juntas, como ferramentas tanto teóricas quanto de ação política para os feminismos, suas demandas e reivindicações.

Os ideias de luta de Lélia Gonzalez (1934-1995) e María Lugones (1944-2020), estão entrelaçados no sentido de que ambas autoras se colocam na encruzilhada teórica feminista, interrogando e criticando as branquitudes e seus lugares de privilégio e vantagens ao longo da história dos movimentos feministas contemporâneos, considerando a atuação dos sujeitos que as compõem.

Nesse sentido, ao retomar os argumentos apresentados, evidencia-se que, no campo científico contemporâneo, ainda persistem desigualdades raciais e de gênero, expressas na maior presença de mulheres e homens brancos em posições de destaque nos espaços acadêmicos, em comparação à sub-representação de mulheres e homens negros nesses mesmos espaços.

Na contramão desse histórico de invisibilização da população negra e, em especial, das mulheres negras, observa-se um movimento recente e significativo no cenário brasileiro: pela primeira vez, mulheres ocupam simultaneamente a liderança de dois dos principais órgãos voltados à ciência no país. Luciana Santos atua como ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, enquanto Mercedes Bustamante preside a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sinalizando avanços importantes, ainda que insuficientes, no enfrentamento das desigualdades estruturais.

Segundo dados do Governo Federal (Brasil, 2023), no atual governo brasileiro (Gestão Lula 2023-2026), diversas ministras exercem papéis cruciais na promoção da inserção de mulheres negras na Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), com destaque para iniciativas de equidade de gênero, valorização da diversidade e estímulo à educação científica. As principais são:

- a) Luciana Santos (Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI):
Como titular da pasta, é a principal articuladora de políticas públicas focadas em mulheres na ciência. Sob sua gestão, o MCTI tem

implementado editais específicos para apoiar a formação e permanência de meninas e mulheres nas ciências exatas, engenharia e computação, incluindo projetos piloto focados em periferias e a criação do "Prêmio Mulheres e Ciência";

- b) Macaé Evaristo (Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania- MDHC): Assumindo o ministério com foco em políticas transversais, ela atua na interseção entre igualdade racial e o acesso a direitos fundamentais, o que inclui a luta contra o racismo estrutural e machismo que restringem o acesso de mulheres negras a posições de destaque na ciência e tecnologia;
- c) Anielle Franco (Ministra da Igualdade Racial- MIR): Atua em parceria com outros ministérios para garantir que as políticas de CT&I sejam inclusivas, promovendo ações de visibilidade e suporte para mulheres negras no mercado de trabalho de tecnologia.
- d) Sonia Guajajara (Ministra dos Povos indígenas- MPI) é coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e membro do conselho da Iniciativa Inter-religiosa pelas Florestas Tropicais do Brasil, das Nações Unidas. A enfermeira e educadora ficou na lista das 100 pessoas mais influentes do mundo em 2022, pela revista Time.

Formado também por outros ministérios importantes como o Ministério da Gestão e inovação (MGI) liderado por Esther Dwek. Ministério da Cultura(MinC) Margareth Menezes. O Ministério das Mulheres (Mmulheres) Cida Gonçalves, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) Marina Silva, e o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) Simone Tebet.

De acordo com (Santos, 2023),³¹ “Na ciência, a desigualdade no acesso às bolsas de estudo e pesquisa e na ascensão na carreira vai além dos prejuízos à equidade de direitos e oportunidades que defendemos. É uma questão de excelência. Ao perder os talentos de pesquisadores e pesquisadoras, pretos e pardos, o país

³¹ Ministra Luciana Santos anuncia ações para promover igualdade racial na ciência- Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação. Para mais informações ver: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2023/11/ministra-luciana-santos-anuncia-acoes-para-promover-igualdade-racial-na-ciencia>. Consultada em 12 de fevereiro 2026.

perde também a diversidade de olhares que enriquece a sua produção científica”.

No artigo “Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior”, Ferreira, Teixeira e Ferreira (2022), demonstram que os níveis significativos de desigualdades sociais. Se dão por assimetrias presentes em diferentes esferas sociais, que são resultados de construções socio- históricas acerca do patriarcado. O patriarcado condicionou as mulheres, e principalmente as mulheres negras, à condição de subalternidade no mercado de trabalho. E inclusive no campo universitário.

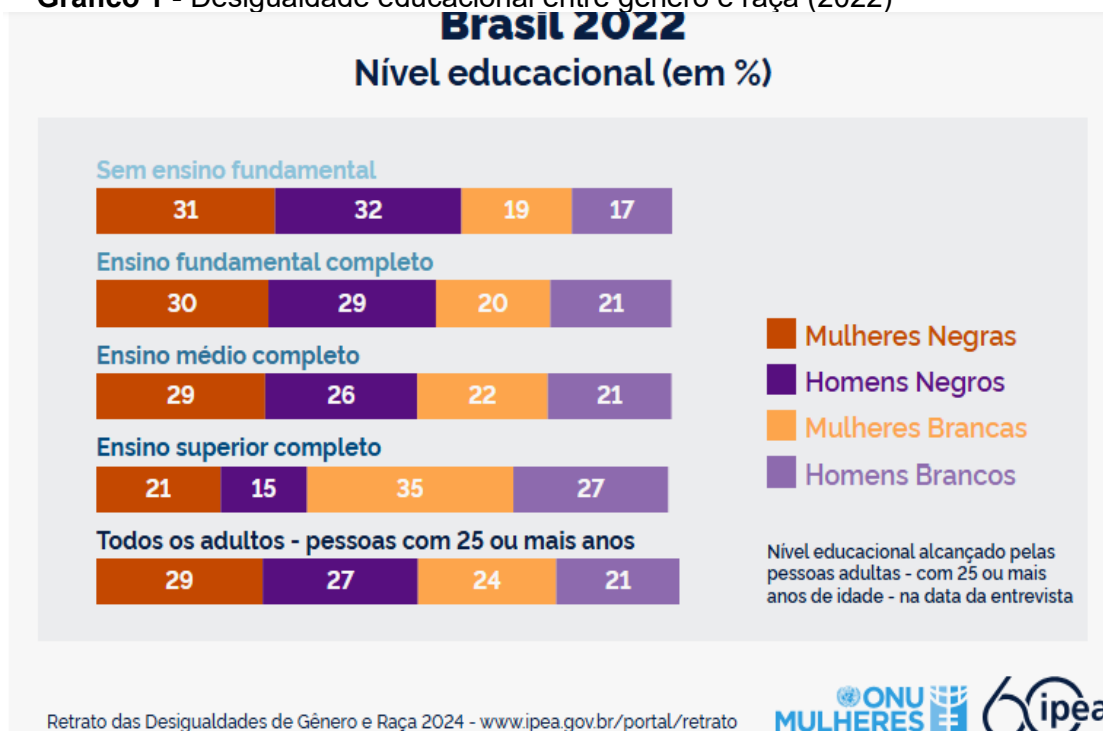
Para Ferreira, Teixeira e Ferreira (2022), o campo científico é um espaço de disputa em que são valorizadas a objetividade, abstração, racionalidade lógica e universalidade que são características tradicionalmente associadas ao sexo masculino. Os marcadores sociais de gênero e de raça, portanto, são delimitadores de espaços e, por isso se deve considerar a dimensão espacial das relações raciais e de gênero.

Ferreira, Teixeira e Ferreira (2022, p. 304), apontam que essa espacialização se reflete nas diferentes configurações dos espaços sociais em que se observa a demarcação diferenciada de lugares entre homens e mulheres e/ou brancos e negros, sendo que sobre as mulheres negras incidem os efeitos do racismo e do sexismo.

Para exemplificar o que nos dizem os autores/as, um estudo feito pelo (IPEA), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Sobre o Retrato das Desigualdades Sociais em 2022³². As desigualdades de raça e gênero se mantêm em todos os graus de escolaridade ao considerarmos a população de 25 anos ou mais. Em 2022, 37% da população das mulheres negras não tinham nível fundamental completo, enquanto entre as mulheres brancas, a proporção era de 27%. No mesmo ano 41% dos homens negros não possuíam fundamental completo, comparado a 25% dos homens brancos.

A desigualdade racial neste indicador se mantém expressiva na escolaridade superior, uma vez que apenas 15% das mulheres negras atingem este nível, diante dos 29% das mulheres brancas, quase o dobro. Entre jovens e adultos com ensino superior completo, as mulheres brancas representam 35%, as mulheres negras 21% e os homens negros 15%, conforme gráfico 1.

³² Pesquisa realizada em IPEA, no dia 12 de fevereiro de 2026.

Gráfico 1 - Desigualdade educacional entre gênero e raça (2022)

Fonte: IPEA (2026).

Segundo Collins (2016), A experiência da mulher negra é moldada, coletivamente, por múltiplos sistemas de opressão, tais como pelo patriarcado, pelo racismo, pela exploração de classe. De acordo com os autores/as Ferreira, Teixeira e Ferreira (2022), partindo da consideração que o racismo e o sexismo permanecem condicionando as oportunidades das mulheres negras em ocuparem postos no mercado de trabalho, realidade essa que se repete nas instituições de educação superior enquanto locus privilegiado de construção e produção da ciência e do conhecimento científico, a teoria interseccional é uma ferramenta indispensável para o entendimento do lugar dessas mulheres no espaço acadêmico.

Podemos perceber com relação à escolaridade e a atuação na docência superior, é importante considerar as interfaces entre gênero e raça, tendo em vista que, conforme Queiroz e Santos (2016) as assimetrias no acesso à educação superior e em ocupações de alto prestígio social são condicionadas por estes marcadores sociais, caracterizando estes espaços como lugares privilegiados de brancos e de homens (tabela 2).

Tabela 2 - Quantidade de docentes por raça e sexo

<i>Escolaridade</i>	Nº total de docentes	Homens brancos	Mulheres Brancas	Homens negros	Mulheres negras
Sem graduação	13	5	6	1	1
Graduação	2072	775	559	421	317
Especialização	49502	20993	14913	7734	5862
Mestrado	113740	44258	40612	15314	13556
Doutorado	106187	45475	40567	11073	9072
<i>Categoria Administrativa da IES</i>					
Pública Federal	62.020	25.247	20.221	9.549	7.003
Privada	171.475	70.172	63.084	20.524	17.695
Outras	38.019	16.087	13.352	4.470	4.110
Percentual	100%	41,07%	35,60%	12,72%	10,61%

Fonte: Ferreira, Teixeira e Ferreira (2022).

Dados recentes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ, 2023), analisados através do Painel de Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação mostram que, embora haja avanços na representatividade de pesquisadores negros, persistem desigualdades estruturais significativas na distribuição de bolsas de pesquisa e liderança científica no Brasil.

A pesquisa foi feita entre (2005 a 2022), na modalidade de Iniciação Científica, cerca de 52% dos beneficiários das bolsas/ano são autodeclarados brancos, aproximadamente 30% são negros, sendo 6% autodeclarada de cor preta, somente 0,25% de indígenas (gráfico 2).

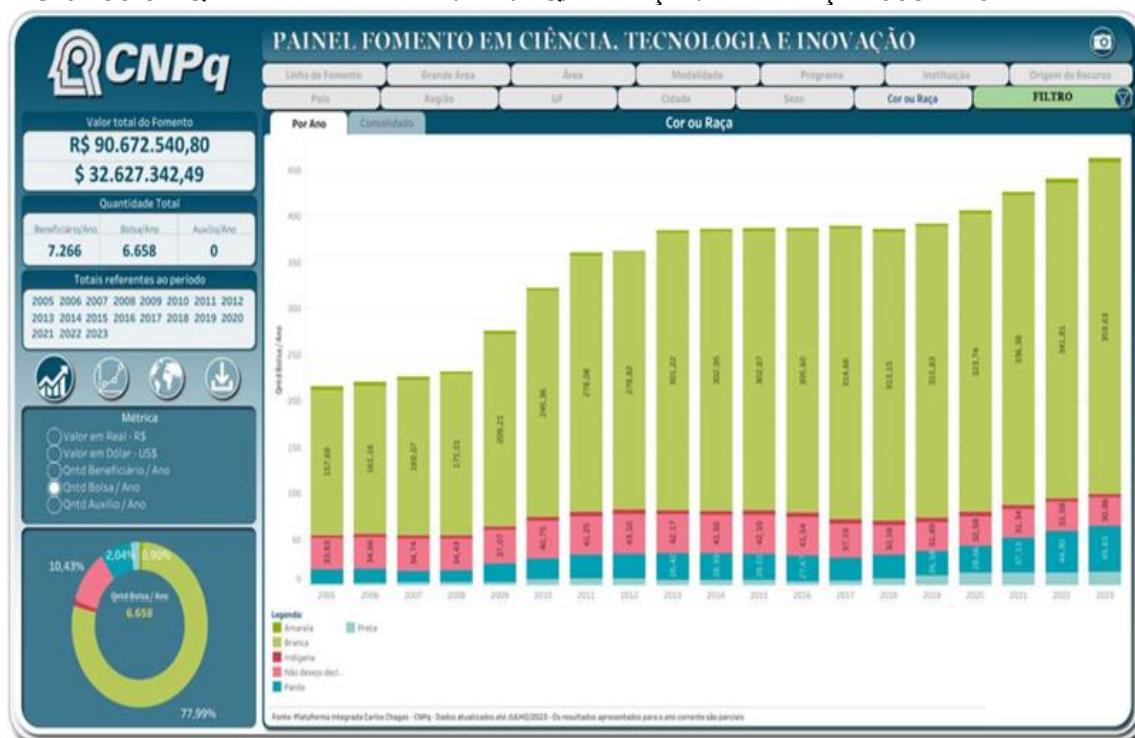
Gráfico 2- Quantidade de bolsa/iniciação científica/ cor ou raça 2005 a 2022

Fonte: CNPQ (2023).

Os dados apresentados demonstram que mesmo com avanços das políticas públicas como a implementação do sistema de cotas, para ampliação de participação de mulheres e homens negros adentrarem nas Universidades Públicas (Estaduais e Federais). Ainda persistem as desigualdades entre raça gênero e classe. E, também nos revelam que essas desigualdades continuam sendo gritantes, principalmente nos espaços acadêmicos, exigindo uma extrema urgência de mais avanços das políticas públicas para que mais pessoas negras, possam ocupar esses espaços e ter as mesmas ocupações que majoritariamente são representadas por homens e mulheres brancos(as).

São estruturas racistas, machistas e sexistas de poder que precisam ser quebradas e desarticuladas, que nos culpam e nos julgam, colocando sobre nós a idéia de sucesso e fracasso. Segundo Gonzalez (2018, p. 72), “se o negro não ascendeu socialmente e se não participa com maior efetividade de processos políticos, sociais e econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio”.

São discursos racistas que nos lembram todos os dias os lugares que insistem em nos colocar como: “domésticas” ou “mulatas”. Neste sentido são essenciais e atuais trazer a tona as críticas de Lélia a essas estruturas (gráfico 3).

Gráfico 3 - Quantidade de bolsa/ano/PQ/educação/cor ou raça 2005 a 2022

Fonte: CNPQ (2023).

Segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ, 2023), a criação da DAS (Diretoria de Análise de Resultados e Soluções Digitais), as desigualdades aqui apresentadas são históricas e culturais e têm perdurado ao longo dos anos. Elas estão imbricadas com as estruturas da sociedade ainda patriarcal e racista que são replicadas na academia. Percebe-se, por exemplo, o baixo número de submissões por mulheres, e principalmente mulheres negras na demanda de algumas áreas do conhecimento.

De acordo com Lima, Menezes, Rocha, Braga e Oliveira (2023), o CNPq atua em frentes diversas e importantes no combate à desigualdade de gênero e raça na ciência brasileira. No entanto, reconhecemos que ainda há muito a ser feito. No âmbito interno, por exemplo, estuda-se a inclusão no Currículo Lattes de marcadores adequados para classificar as características sexuais, as categorias de orientação sexual e a identidade de gênero.

Por fim, cabe salientar que a oportunidade proporcionada pelo Painel de Fomento de fornecer dados com confiabilidade e transparência permitirá uma melhor análise dos cenários e, assim, a possibilidade do CNPq vislumbrar medidas que ajudem a mitigar essa inadequada realidade nacional e contribuir para o avanço de uma maior diversidade e pluralidade no fomento da ciência brasileira.

Em uma publicação feita pelo site ³³Agência Brasil”, em novembro de dois mil e vinte e três, negros e indígenas são apenas 7,4 de professores em pós-graduação. Negros e indígenas ao formarem mais da metade da população brasileira, é raro encontrar um negro/a que seja professor em curso de pós-graduação e áreas de Ciências Naturais e Exatas.

A desigualdade racial nessas áreas de ensino fica flagrante quando se comparam essas proporções com a população brasileira. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), negros classificação que reúne pretos e pardos representam 55,7% total de brasileiros, os indígenas são 0,83%. Dessa forma, os dois grupos ultrapassam 56% da população.

Os docentes brancos são 90,1% dos professores, proporção doze vezes maior que a de negros e indígenas, as amarelos somam 2,5%. Foram analisados dados das áreas de Astronomia, Física, Biodiversidade, Ciência da Computação, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Geociências, Matemática: Probabilidade e Estatística e Química. O estudo da diversidade racial na ciência foi feito pelos professores Luiz Augusto Campos e Marcia Rangel Candido, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

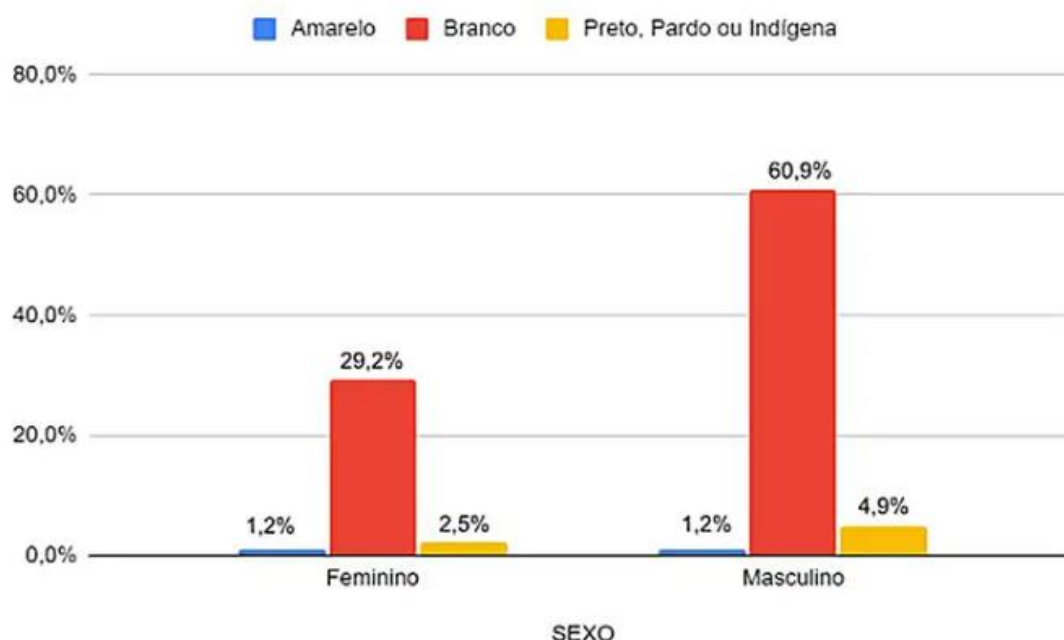
Negros e indígenas são subrepresentados em todas as áreas de conhecimento analisadas pela pesquisa. As áreas com menor participação são geociências com 3,5% de docentes deste grupo, seguida de Ciência da Computação (5,1%), Biodiversidade (5,2%), Ciências Biológicas (6,5%), Astronomia/Física (7,1%) e Ciências Exatas e da Terra (7,7%). Em Matemática/Probabilidade e Estatística, a proporção é de 12,2%. Em química 11,7% (gráfico 4).

³³ Estudo feito pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa (Gemaa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Uerj) Relatório das Desigualdades Raciais | gemaa, em parceria com o Instituto Serrapilheira instituição privada sem fins Lucrativos.

Gráfico 4 - Negros e indígenas são subrepresentados em todas as áreas do conhecimento

Fonte: Negros [...] (2023).

O levantamento identifica um aprofundamento das desigualdades quando observam os dados do gênero. As mulheres pretas, pardas e indígenas são 2,5% do universo dos professores (gráfico 5).

Gráfico 5- Mulheres pretas, pardas e indígenas são 2,5 % do universo dos professores

Fonte: Negros [...] (2023).

Os dados evidenciam um abismo demográfico no campo científico brasileiro, onde negros e indígenas, representando 56,5% da população, ocupam apenas (7,4%) da docência de pós-graduação em áreas como Geociências e

Computação. O cenário de 90,1% de docentes brancos nas ciências exatas configura um "funil racial" impulsionado por racismo institucional, resultando em um ambiente acadêmico homogêneo que limita a diversidade de perspectivas na ciência nacional.

Os dados apresentam uma desigualdade gritante entre os(as) docentes negros(as), brancos (as) e indígenas. Revelando também que as lutas, críticas e denúncias feitas por Lélia Gonzalez, em toda sua produção acadêmica até seu último dia de vida, contra a desigualdade de raça, gênero e classe continuam atuais. Essas atrocidades e estruturas racistas, machistas e sexistas, precisam e devem ser quebradas.

Segundo Lélia Gonzalez (2020b, p. 35), o racismo estrutural enquanto articulação ideológica e conjunta de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas.

É preciso manter a nossa articulação e militância enquanto cientistas sociais, mulheres, homens negros(os), brancos(as), indígenas e pesquisadoras para propor pautas e políticas públicas e ações de combate a essas estruturas de poder que insistem em deixar a população negra um lugar reservado desde a época da escravização: a subalternidade.

O processo de exploração da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis que lhe são atribuídos: "domésticas" ou "mulatas". O termo "domésticas" abrange uma série de atividades que marcam seu "lugar natural": empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente de supermercados, na rede hospitalar, etc.. Já o termo "mulata" implica na forma mais sofisticada de refeificação: ela é nomeada "produto de exportação, ou seja objeto a ser consumido pelos turistas e pelos nacionais burgueses (Gonzalez, 2018, p. 79).

Kilomba (2019), em seu excelente trabalho: *Memórias da Plantação* Episódios de Racismo Cotidiano, dialoga com minha pesquisa, convergindo suas falas com as críticas propostas por Lélia, conforme fui trazendo ao longo do trabalho. Observa que: "o racismo, por sua vez, inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde, etc". Kilomba (2019), demonstra que o racismo é revelado em um nível estrutural, pois pessoas negras e People of Color estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas.

E, as definem como:

“Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membro de outros grupos racializados em desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado racismo estrutural” (Kilomba, 2019, p. 77).

Como se não bastasse, ainda abre porta para outro tipo de violência o Racismo Institucional, que, segundo Kilomba (2019), não é apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado.

O termo se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercados de trabalho, justiça criminal, etc. O racismo institucional opera de tal forma que coloca os sujeitos brancos em clara vantagem em relação a outros grupos racializados (Kilomba, 2019, p. 78).

Neste sentido, os dados apresentados interligam-se com as críticas de Lélia Gonzalez. Grada Kilomba demonstra como racismo institucional e estrutural ainda continuam persistentes nas estruturas de poder. E que as epistemologias produzidas por essas mulheres negras, nos dão embasamento teórico e metodológico para lutar com unhas e dentes, para que essas desigualdades sejam desestruturadas. Para que políticas públicas sejam mais efetivas, e que meninas, homens e mulheres negras, pobres e da periferia como eu ocupem esses espaços, permaneçam neles e concluam o curso de graduação, pós-graduação. E, que de fato possam ocupar cargos de professores/as nas Universidades Públicas Estaduais e também nas Federais de todo o país.

Podemos entrelaçar as nossas críticas e fortalecer a nossa análise com bases um artigo produzido por Maria de Fátima Costa de Paula (2017), intitulado “Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década”. O artigo oferece uma análise crítica e abrangente das políticas de inclusão adotadas nas universidades federais brasileiras desde o governo Lula, e também o governo Dilma. Maria de Fátima Costa de Paula (2017), destaca a importância dessas políticas para ampliar o acesso à educação superior, especialmente para estudantes de baixa renda e minorias étnicas.

A Lei nº 12.711, de 29/08/2012 (BRASIL, 2012), aprovada já no Governo Dilma, depois de amplo debate na mídia e nas instituições de educação superior durante anos, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e passou a vigorar no processo seletivo de 2013. A Lei trata da reserva de vagas em cada concurso seletivo para cursos de graduação, por curso e turno, de no mínimo 50% para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Assegura que 50% dessas vagas sejam reservadas a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita (art. 1º). Registra, ainda, que as vagas de que trata o art. 1º da Lei sejam preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à população de pretos, pardos e indígenas da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (art. 3º) (Paula, 2017, p. 308).

O resgate dos documentos e leis citados revela que as políticas de inclusão na educação superior brasileira levam em conta a renda e a condição étnico-racial dos estudantes, visando minimizar as desigualdades sociais presentes nos campi universitários.

Ristoff (*apud* Paula, 2017, p. 309), enumera as políticas de “democratização” implementadas nos governos Lula e Dilma, tais como: Programa Universidade para Todos (PROUNI), Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES), o novo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), o Sistema de Seleção Unificada (SiSu), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Lei das Cotas nas Instituições Federais, a criação dos Institutos Federais de Educação, de novas universidades federais, a política de interiorização das universidades federais, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) começam a alterar o perfil socioeconômico do estudante de graduação.

Maria de Fátima Costa de Paula (2017), com base em informações extraídas do questionário socioeconômico do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE), demonstrou que essas políticas, aplicadas aos setores privado e público da educação superior, começam a produzir mudanças no perfil do estudante que ingressa no ensino superior brasileiro.

A principal crítica de Maria de Fátima Costa de Paula (2017, p. 310), que interliga-se aos dados apresentados nesta dissertação, é de que o acesso não garante a inclusão de fato na educação superior, pois este deve ser acompanhado de políticas de permanência que permitam a conclusão dos cursos pelos estudantes de baixa renda e pelas minorias étnicas, que historicamente têm sido excluídos do ensino superior, sobretudo dos cursos de alta demanda/elevado prestígio social.

Em correlação com este problema, a educação superior brasileira apresenta elevadas taxas de evasão e pequenas taxas de conclusão em muitos cursos de graduação. E ainda aponta que o ingresso não garante a permanência na educação superior, sobretudo dos estudantes de baixa renda e das minorias étnicas, que enfrentam dificuldades de ordem econômica, pedagógica e simbólico-subjetiva.

Os problemas financeiros e a necessidade de trabalhar fazem com que muitos estudantes abandonem os cursos das universidades federais, em especial os de alta demanda, como Medicina, Odontologia, Engenharias, pois estes cursos requerem disponibilidade dos estudantes em horário integral, ocupando, às vezes, todo o dia ou sendo oferecidos em horários variados, que impossibilitam a conciliação com o mundo do trabalho. Assim, as universidades federais estão estruturadas para contemplar o estudante proveniente das classes dominantes, que não necessita trabalhar e não o estudante-trabalhador e o trabalhador-estudante. Este fato se agrava, se levarmos em conta que a demanda por bolsas é muito maior do que a oferta (Paula, 2017, p. 311).

Neste sentido, demonstra a dura realidade enfrentada por muitos estudantes negros/as, quilombolas e indígenas que vivenciam essa dura realidade. De acordo com Maria de Fátima Costa de Paula (2017), as dificuldades de ordem simbólico-subjetiva referem-se a uma inclusão excludente efetuada no interior das universidades federais, que continuam sendo elitistas, não estão voltadas para receber uma clientela de origem popular, no tocante aos currículos pouco flexíveis, à relação professor-aluno, à falta de acolhimento para esse novo perfil de estudante que tem ingressado pela expansão de vagas e pelas políticas de ação afirmativa. Ou seja, o mesmo espaço considerado de inclusão pode ser considerado de exclusão, pois discrimina e expulsa os estudantes que são diferentes do padrão elitizado e culto ainda requerido pelas universidades federais.

Podemos enfatizar que políticas públicas de apoio a permanência desses alunos precisam ser reformuladas e com urgência, para que estes estudantes

consigam permanecer, se sentirem pertencentes a estes espaços, o que não acontece na maioria das vezes. Porque alguns professores e alunos fazem questão de afirmar que as universidades são um espaço de exclusão e não de inclusão.

Levantam-se questões importantes sobre a necessidade de adaptar o modelo universitário para acolher novos perfis de estudantes, incluindo a implementação de inovações pedagógicas e a desconstrução de sistemas de poder e preconceitos que ainda prevalecem nas instituições de ensino superior.

Conforme as críticas e observações feitas por Maria de Fátima Costa de Paula (2017), para enfrentarmos os desafios das próximas décadas, é essencial que as universidades federais e estaduais se abram para essas mudanças, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico de todos os estudantes.

Os principais desafios para a permanência de estudantes de baixas renda e minorias étnicas nas Universidades Federais e Estaduais brasileira, incluem a falta de suporte financeiro contínuo, a ausência de políticas de assistência estudantil adequadas e as barreiras sociais e acadêmicas.

O artigo destaca que, embora as políticas de cotas e o aumento das vagas tenham ampliado o acesso, a permanência desses estudantes no sistema educacional ainda é problemática. A falta de recursos financeiros para cobrir despesas básicas, como moradia, alimentação e transporte contribui significativamente para a evasão escolar.

Além disso muitos estudantes enfrentam dificuldades de adaptação ao ambiente universitário, que, muitas vezes, não está preparado para acolher a diversidade de perfis. Esses desafios resultam em taxas de conclusão de graduação decrescentes, indicando que as políticas de democratização precisam ser acompanhadas de medidas eficazes de suporte e inclusão para garantir a permanência e o término dos cursos de graduação.

O artigo nos convida a refletir sobre a eficácia das políticas de democratização da educação superior no Brasil e a considerar as mudanças necessárias para que essas políticas cumpram o verdadeiro objetivo: a inclusão plena e equitativa e todos os seguimentos da sociedade.

Diante dessas considerações, reafirma-se que a democratização do ensino superior no Brasil não pode se restringir à ampliação do acesso, sendo imprescindível o fortalecimento de políticas institucionais que assegurem a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes, especialmente daqueles oriundos de camadas populares e de grupos historicamente marginalizados. Assim, torna-se necessário que as universidades avancem na consolidação de políticas de assistência estudantil contínuas e efetivas, que contemplem não apenas o suporte financeiro, mas também ações pedagógicas, psicológicas e sociais capazes de promover o acolhimento e a inclusão desses sujeitos no espaço acadêmico.

Nesse horizonte, compreende-se que enfrentar as desigualdades estruturais no ensino superior implica repensar práticas institucionais, currículos e dinâmicas universitárias, de modo a construir ambientes mais equitativos, diversos e socialmente comprometidos. Somente a partir dessa perspectiva será possível que as políticas de democratização cumpram seu propósito mais amplo: garantir não apenas o ingresso, mas a permanência qualificada e a conclusão dos percursos formativos por todos os segmentos da sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser uma mulher negra na ciência é partilhar e vivenciar a “tripla discriminação” de raça, gênero e classe criticada e debatida por Lélia, e pelas feministas negras nesta dissertação. Compartilho das mesmas dores e opressões que me atravessam e que insistentemente tentam me lembrar todos os dias o lugar que me é reservado. “doméstica” ou “mulata”. O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente de supermercados, etc. É como o termo “mulata” [...] objeto a ser consumido pelos burgueses nacionais (Gonzalez, 2020a, p. 44). Neste sentido, rompo com essas categorias racistas e me afirmo enquanto sujeita de ação, assim como fizeram as cientistas negras potentes que temos como fonte de inspiração, de luta e resistência.

Ser uma mulher negra na ciência é um ato político de reexistência contra essas opressões. Transformar o silenciamento histórico em produção de saber crítico. É se reerguer e lançar mão de epistemologias decoloniais e antirracistas como ferramenta analítica de combate a todas as epistemologias brancas, racistas, machistas, sexistas e genocidas que tentaram, não conseguiram e não conseguirão calar a nossas vozes e apagar a nossa luta de resistência que é histórica, que foi construída com garra, coragem, unhas e dentes.

Neste percurso, a partir do estado da arte sobre o tema, pude concluir que os dados bibliográficos nos apresentam um legado de luta e combate ao racismo, à discriminação racial e ao epistemicídio sofrido pela população negra. Neste sentido, ao trazermos à tona as propostas decoloniais de intelectuais negros(as) como Abdias do Nascimento, Guerreiro Ramos, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Cida Bento, Djamila Ribeiro, Bell Hooks, Grada Kilomba e todas autoras negras citadas nesta dissertação, percebemos que estes/as autoras produziram uma ciência negra, uma epistemologia negra, um paradigma negro a partir de suas vivências e experiências. E que algumas grades curriculares acadêmicas fazem questão de não utilizar. Por que será?

Esses autores/as debateram fervorosamente contra todas as estruturas racistas e opressoras e contra toda tentativa de apagamento e silenciamento de nossas vozes. Como nos diz Guerreiro Ramos (1958), “a melhor maneira de fazer ciência é a partir da vida, ou ainda a partir da necessidade de responder os desafios da realidade”.

Dentre tantos autores, optei por dialogar com Lélia Gonzalez, em síntese, porque a autora dialoga intimamente com minhas vivências e experiências. Principalmente no texto: Racismo e sexismo na Cultura Brasileira, em que Lélia faz sua crítica aos “intérpretes do Brasil”, ao “mito da democracia racial” e o funcionamento do racismo e sexismo da cultura brasileira, que acabou colocando a mulher negra no lugar de extrema opressão.

Quando me deparei com o texto de Lélia senti que autora estava dialogando comigo, e tudo que eu havia passado na minha vida, pelas opressões de raça, gênero e classe que me atravessavam. Me convidaram a perceber essas estruturas de opressão, compreendê-las e enfrentá-las com garra e coragem. Mesmo sabendo que seria um processo árduo, deveria sempre estar preparada e munida de epistemologias decoloniais e assim como Guerreiro Ramos, Lélia me tocou profundamente com suas palavras sábias de coragem, sabedoria e ousadia. É pelo modo como enfrentou as teorias brancas, etnocêntricas, misógenas, racistas, machistas e sexistas. É por todas as atrocidades, abusos e violências que foram e ainda persistem em ser cometidas contra nós.

As produções de Lélia são importantíssimas porque a autora denunciou a forma como os homens, mas principalmente as mulheres negras vinham sendo pesquisadas pelas Ciências Sociais, e dirá que nós fomos narrados/as enquanto infantis, como um objeto, não fomos lidas (os) enquanto sujeitos/as. “A partir desse momento assumimos a nossa própria fala: O lixo vai falar, e numa boa” (Gonzalez, 2020b).

Nesse sentido Lélia evoca principalmente a situação da mulher negra, ao narrar em primeira pessoa, a sua situação na sociedade brasileira, e como intelectual negra. Lélia abriu um enorme espaço para fazermos essa discussão dentro das ciências sociais, e em outras áreas acadêmicas dentro das Universidades. Lélia quebrou um paradigma e estereótipo machista e racista que perdurava a anos. Para que muitas meninas e mulheres negras como eu, da periferia, sem muito poder aquisitivo, trabalhadora de fábrica, ou de qualquer outra ocupação. Tivéssemos a oportunidade de ocupar esse espaço da universidade pública que é um direito nosso. Que políticas públicas mais efizeses de acesso e permanência garantam que possamos concluir nossos cursos de graduação e pós-graduação e ocupar as vagas de professores/as negras dentro das Universidades Federais e Estaduais, para exercer a nossa ciência e nossos saberes que enriquecem a produção de

conhecimento no nosso país.

Por que Lélia é importante? Porque suas lutas perduram até os dias atuais, principalmente contra o “mito da democracia racial” que insiste em nos dizer que pessoas negras não estão nas universidades, nos cursos de graduação, mestrado e doutorado, porque não nos esforçamos pra passar. É muito pelo contrário, não ocupamos todos esses espaços porque eles nos são negados diaramente, e por que são distribuídos de forma desigual e desumana, sobretudo para as pessoas negras homens/mulheres.

Estão trabalhando de forma intermitente 6x1 ou 12x36; na maioria das vezes tem família e filhos para sustentar e não conseguem largar seus empregos para se dedicarem totalmente a uma graduação, ou uma pós-graduação. Por não terem acesso a uma bolsa de estudos que lhes dêem condições de adentrar a esses cursos.

Muito diferente de quem tem um poder aquisitivo melhor, que, na maioria das vezes, são famílias brancas e ricas, onde os pais lhe propõem boas condições financeiras e de vida. Esses alunos não precisam se preocupar com a renda, o sustento da família e da casa. Neste sentido, demonstrando que ainda permanece fortemente as críticas e análises de Lélia sobre o racismo estrutural, e as desigualdades entre raça, gênero e classe, mesmo sem a conhecer, sem ter tido contato pessoal com autora, sei que ela não está entre nós.

Eu a agradeço por ter tido a oportunidade de dialogar com autora, e tenho certeza que quando ela escrevia seus artigos, teses e livros ela sabia que iria alcançar homens/mulheres e meninas negras como eu, que apesar das dificuldades, das opressões que nos atravessaram não iríamos desistir de ocupar um lugar no campo científico, dentro da Universidade, escrever uma dissertação em primeira pessoa.

Por tudo isso, continuo firme na luta contra as triplas opressões que insistem em nos colocar a margem. Lélia Gonzalez nos deixa um grande ensinamento e um grande legado como mulher negra que enfrentou o racismo, pois sentiu as dores e as feridas da opressão e não se calou. Descreveu-as. Foi cientista social, historiadora, antropóloga e, principalmente, uma potência negra. Mulher corajosa e inspiradora, porque desafiou as teorias brancas, heteropatriarcais, racistas e machistas, para que a nossa voz pudesse ser ouvida, para que o racismo continue sendo desmascarado e denunciado.

Para que mulheres e meninas negras pudessem ocupar a Universidade e o campo ciência, e que possa inspirar mais mulheres/homens/meninas/os negros/as/

indígenas o ocuparem esses espaços. Nos ensina a romper e quebrar essas estruturas de poder e nos empondera a continuar na nossa luta de forma coletiva. Não poderia deixar de mencionar o quanto Lélia me sacudiu e me fez ter uma nova lente para analisar as desigualdades raciais experienciadas e vividas por nós mulheres negras. Apesar de enfrentarmos a barreira do racismo estrutural e institucional, reexistimos todos os dias.

Mesmo não sendo difícil atualmente encontrar as produções da autora na internet, fiz questão de destacá-las em quadros ao longo da dissertação, pois os trabalhos de Lélia são riquíssimos e são de extrema importância citá-los para que mais meninas/os, homens/mulheres, negros/as, brancos/as, indígenas entrem em contato com essas potentes obras de Lélia Gonzalez.

De acordo com Silva e Pinho (2024), o pensamento feminista negro, é uma corrente teórica e prática que visa compreender e transformar as condições de vida das mulheres negras, ao mesmo tempo em que enfrenta as opressões de gênero, raça e classe. Esse pensamento, a partir das lutas diárias e das experiências vividas por mulheres negras, fornece uma perspectiva crítica e emancipatória que desafia as estruturas de poder estabelecidas.

Ao longo da dissertação demonstro também a luta de Lélia Gonzalez, que confronta o “mito da democracia racial”, teoria esta que amplia as opressões e violências que perpetuam contra as mulheres negras. Lélia deu voz aos sujeitos(as), negros(as), quebrando o silêncio imposto a nós a séculos, e praticou uma Sociologia crítica e de combate. Uma Sociologia que, junto com Guerreiro Ramos, não trata do(a) negro(a) tema, mas sim da negro(a) vida. Uma Sociologia epistêmica que é feita a partir de nossas vivências e experiências.

Trago a minha escrevivência, como uma escrevivência e luta de Lélia, de Conceição Evaristo, dentre tantas outras guerreiras negras que estão representando as nossas ancestrais. Que estas escrevivências inspirem muitas mulheres negras de luta e de coragem que vieram antes de nós, que enfrentaram várias situações de abusos, opressões e silenciamentos na época da escravizdço, assim como no pós abolição. Neste sentido, Evaristo define como:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o

controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (Evaristo, 2021, p. 30).

Quando Lélia afirma “o lixo vai falar, e numa boa” (Gonzalez, 2020a, p. 78), a autora retira o sujeito negro da posição de objeto de estudo e o coloca como produtor de teoria, forçando a academia a lidar com uma intelectualidade que não pede licença para ser autêntica.

A ruptura com o conforto da 'casa grande' e como o silenciamento encontra sua base teórica no pensamento de Guerreiro Ramos (1995). Ao distinguir o negro-tema do negro-vida, o sociólogo denunciava como a intelectualidade tradicional transformava o sujeito negro em um objeto inanimado de estudo. Quando Evaristo propõe a escrevivência e Lélia reivindica a fala do 'lixo', ambas estão, na prática, operando o conceito de negro-vida: elas retiram o negro da prateleira de temas curiosos para a Antropologia e o devolvem à sua condição de gente viva, cuja voz e presença desestabilizam as patologias sociais da branquitude.

Ao longo da pesquisa, trouxe o debate do Movimento das Mulheres Negras (MMN) no Brasil, porque o evento foi o movimento precursor das lutas e reivindicações das mulheres negras por direitos, políticas públicas de melhorias de suas condições de vida. Que a partir desse Encontro, juntas conquistaram maior visibilidade como sujeitas políticas perante aos demais movimentos e à sociedade, como também trilharam um caminho específico de luta, através da construção de um movimento autônomo de mulheres negras.

Lélia Impulsionou a luta do Movimento Negro, as das mulheres negras e influenciou as propostas de Lutas dos I, II e III Encontro Nacional das Mulheres Negras, que lutaram por políticas públicas contra o racismo, machismo e sexismo, e que perpetuassem um combate as desigualdades vivenciadas pela população negra, e principalmente pelas mulheres negras.

Fizemos questão de analisar mais minuciosamente o legados do I, II, III Encontros Nacionais das Mulheres Negras, porque observamos que esses três

eventos nos deixaram um legado de luta política e organização nacional das mulheres negras contra o racismo, machismo e sexismo, e que abriu muitas portas para que eventos como estes pudessem movimentar e mudar a história de luta por políticas públicas e reivindicações de direitos não só as mulheres negras, mas pra toda população negra no geral.

E abrir portas para que mais Encontros como estes pudessem acontecer no país. Estes eventos nos ensinam que a formulação de políticas públicas eficazes só é possível quando as demandas partem da vivência real dos sujeitos/as. O legado desses encontros estabeleceu as bases para as conquistas de direitos que a população negra e as mulheres brasileiras buscam consolidar até os dias atuais."

Defendo uma educação transformadora antirracista e antissexista para demonstrar o legado importantíssimo das feministas negras, que também dialogam com Paulo Freire. Neste sentido, a educação transformadora proposta por Bell Hooks e Paulo Freire entrelaçam-se no pensamento de Lélia Gonzalez, e as autoras negras citadas no capítulo. Porque ao denunciar que o racismo e o sexismo estruturam as exclusões nos espaços de saber.

A prática pedagógica nas universidades e escolas não pode ser neutra; ela deve ser um ato de insurgência política que acolha a subjetividade de mulheres pretas e periféricas. Ao confrontar o mito da democracia racial e ocupar as instituições com nossas vivências e epistemologias, transformamos a sala de aula em um espaço de liberdade, onde o conhecimento deixa de ser uma ferramenta de opressão para se tornar, enfim, o caminho para a emancipação coletiva e o enfrentamento radical às estruturas que tentam nos silenciar.

Este trabalho de dissertação é importantíssimo para mim e para o PPGSOC/UEL, porque traz à tona a luta e o legado enfrentados contra essas opressões que ainda se entrecruzam, tão estão presentes nos dias atuais. São representatividades e coletividades negras que nos dão fôlego e nos impulsionam. Demonstram que a luta continua, porque mais meninas, meninos, mulheres e homens negros precisam ocupar e adentrar esses espaços (Universidades, concursos, cargos públicos, pós-graduação, na ciência, etc) que são nossos territórios por direito.

Isso posto porque os dados sobre a representatividade das mulheres negras na ciência brasileira demonstrou e me ensinam que o há um abismo demográfico na pós-graduação não é um acaso, mas a materialização da divisão racial do trabalho denunciada por Lélia Gonzalez. Eles revelam que a academia ainda

opera como um espaço de manutenção da branquitude, onde o 'funil racial' tenta confinar mulheres negras à subalternidade intelectual. Essa evidência estatística reforça que a nossa presença na universidade é, por si só, um ato de insurgência científica, e que a democratização do saber só ocorrerá quando as políticas de ações afirmativas conseguirem romper o monopólio branco sobre a produção do conhecimento nacional.

Portanto, a superação desse cenário exige a implementação e o fortalecimento de políticas de Ações Afirmativas na pós-graduação, como a reserva de vagas (cotas) e editais específicos de fomento à pesquisa para cientistas negros e indígenas. Mais do que garantir o ingresso, é fundamental estabelecer programas de permanência estudantil e auxílio financeiro, assegurando que o talento desses pesquisadores não seja interrompido pela vulnerabilidade socioeconômica. Somente ao democratizar o topo da pirâmide acadêmica o Brasil conseguirá romper com a "divisão racial do saber" denunciada por Lélia Gonzalez, transformando a ciência em um campo verdadeiramente amefricano e representativo.

Dentre as lacunas desta pesquisa, considero destacar a impossibilidade de esgotar a vastidão do pensamento de Lélia Gonzalez, que ocorreram por conta da escassez de dados estatísticos interseccionais que cruzem raça, gênero de forma contínua na ciência brasileira. Demonstrando a dificuldade de encontrar dados principalmente no portal da Capes. Por outro lado, dentre as ousadias e potencialidades desta dissertação, destaco o meu rompimento com a neutralidade acadêmica ao posicionar minha vivência de mulher preta e periférica como base epistemológica, conectando os dados frios do 'funil racial' à urgência de uma pedagogia engajada.

Esta pesquisa não se encerra em si mesma; ela se coloca como um quilombo acadêmico que convoca novos pesquisadores/as a transformarem a minha indignação em produção científica de combate, reafirmando que o nosso lugar na pós-graduação é um direito conquistado e um espaço de reexistência. Vejo como um caminho significativo de continuidade da pesquisa, analisar a luta pela representatividade da mulher negra na ciência, em dois períodos governamentais (2019-2026).

É de extrema importância investigar a representatividade de mulheres negras brasileiras na ciência junto aos dois períodos governamentais (2019-2026), a fim de colocar em evidência a importância da produção acadêmica desenvolvida por

essas mulheres para a ciência brasileira, mas sobretudo identificando avanços, retrocessos e políticas públicas que impactaram na luta antirracista e na representatividade no país. Portanto, o objetivo de estudo é investigar a representatividade da mulher negra na ciência brasileira entre os períodos governamentais de 2019-2026. Buscar compreender como fatores políticos, sociais e institucionais influenciam a permanência e valorização dessas mulheres no meio acadêmico, especialmente em áreas marcadas pela hegemonia branca e masculina.

A ciência brasileira, embora tenha avançado em termos de inclusão de gênero, ainda apresenta profundas desigualdades raciais. As mulheres negras enfrentam múltiplas barreiras para acessar espaço de produção científica, sendo frequentemente invisibilizadas em editais, eventos acadêmicos, publicações e cargos de liderança. Entre 2019 e 2026, o Brasil vivenciou diferentes gestões federais, com abordagens contrastantes em relação às políticas de ciência, tecnologia e equidade racial.

Neste sentido, diante deste cenário, surgem os seguintes questionamentos como problema de pesquisa: Analisar quais políticas públicas foram implementadas ou descontinuadas que impactaram a presença da mulher negra na ciência brasileira? Como o contexto político e institucional entre os governos de 2019-2026 influenciou a produção científica e a visibilidade destas pesquisadoras? Quais estratégias de luta e de resistência tem sido adotada pelas mulheres negras para ocupar e transformar o espaço acadêmico?

Defendo enquanto hipótese que o processo de resistência das mulheres negras na ciência se dá a partir do momento em que invertermos a lógica do paradigma racista e sexista hegemônicos, trazendo para o centro do debate toda a crítica, a representatividade, a liderança, a intelectualidade e os conhecimentos epistêmicos produzidos pelas feministas negras, como forma de luta, e empoderamento destas mulheres. Busca-se investigar dentro dos ministérios governamentais de (2019-2026), as políticas públicas desenvolvidas que lutam contra o racismo epistêmico e que apoiam a representatividade das mulheres negras na ciência.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALENCAR, Maria Gisele de. **A lei 10.639/03 e o ensino de sociologia:** possibilidades e impossibilidades de desvendamento das muitas nuances das relações raciais no Brasil. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. URI: <https://repositorio.uel.br/handle/123456789/12988>

ALENCAR, Maria Gisele de. **Relações etnicorraciais:** saberes e experiência no cotidiano escolar. Londrina: UEL, 2010.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229–236., 2000.

BARRETO, Raquel. Introdução: Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzales:** primavera para as rosas negras. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 12-27.

BARTHOLOMEU, Juliana S. S. 2019. "Lélia Gonzalez". *In*: ENCICLOPÉDIA de Antropologia. São Paulo: Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/lelia-gonzalez>. Acesso em: 12 fev. 2026.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNARDES, Thais. Pesquisa sobre DNA brasileiro revela abuso sexual histórico contra mulheres indígenas e escravizadas. **Notícia Preta**, [S. l.], 17 maio 2025. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/dna-brasileiro-violencia-sexual-historica>. Acesso em: 12 fev. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu:** sociologia. Organizador: Renato Ortiz. Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm. Acesso em: 12 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC: CNE, 2004. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Ministros e Ministras**. Brasília, DF: Planalto, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/ministros-e-ministras>. Acesso em: 13 mar. 2026.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Lélia Gonzalez**: um retrato. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 17, n. 49, dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CELLARD André. A análise documental. *In*: POUPART Jean-Pierre *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

CNPQ - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Painel de fomento em ciência, tecnologia e inovação**: olhares e possibilidades para a pluralidade. Brasília, DF: CNPQ, 2023. Disponível em: www.gov.br. Acesso em: 12 fev. 2026.

CNPQ - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Painel de fomento em ciência, tecnologia e inovação**: olhares e possibilidades para a pluralidade. Brasília, DF: CNPQ, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/2023.09.20PainelolhareseperspectivasCNPq.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2026.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>

COLLINS, Patrícia Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DAFLON, Verônica Toste; CAMPOS, Luna Ribeiro (org.). **Pioneiras da sociologia**: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX. Niterói: EDUFF, 2022.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. *In*: ESCREVIVÊNCIA: a escrita de nós. São Paulo: Itáu Social, 2021. p. 27-47. Disponível em: www.itausocial.org.br. Acesso em: 12 fev. 2026.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Palhas: Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

FERREIRA, Edimara Maria; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, SC, v. 25, n. 2, p. 303-315, maio/ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84603>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, Juliana. Narrativas de liberdade: o grito insurgente de mulheres negras. In: SANTANA, Bianca (org.). **Vozes insurgentes de mulheres negras**: do século XVIII à primeira década do século XXI. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019. p. 11-15.

GONÇALVES, Renata. Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 9-22, jan./jun. 2018.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. In: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. Cap. 21.

GONZALEZ, Lélia. **Lélia em primeira pessoa**. Primavera para as Rosas Negras. São Paulo: Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. Cap. 9.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A redução sociológica**: introdução ao estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **O processo da sociologia no Brasil**: esquema de uma história das ideias. Rio de Janeiro: Andes, 1953.

GUIMARÃES, Cristina de Fátima, CORRÊA, Lajara Janaina Lopes; ALVES, Cláudia de Oliveira. Nossos próprios passos: a organização de mulheres negras brasileiras ontem e hoje. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros (ABPN)**, [S. l.], v. 14, n. 41, p. 287-305, 2022. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1300>. Acesso em: 30 ago. 2025.

HENRIQUES, Cibele da Silva. A educação das mulheres negras trabalhadoras no Brasil: um direito a ser conquistado. In: ENCONTRO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis, SC. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: SIFG 2017. p. 1-13. Disponível em:

https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1494369788_ARQUIVO_CIBELEHENRIQUES-UFSC-FAZENDOGENERO-2017.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor, novas perspectivas**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/educacao/apresentacao>. Acesso em: 12 fev. 2026.

JESUS, Elisângela Gonçalves de. **A história de Viviane dos Santos**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cabogó, 2019.

LIRA, Priscila Lemos. **Movimento de mulheres negras e o serviço social**. 2019. 147f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, SP, 2019. Disponível em: repositorio.unifesp.br. Acesso em: 11 mar. 2026.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 246-256.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MARTINS, Ana Cláudia Alves. **(In)disciplinando os cânones diálogos entre Maria Beatriz Nascimento e Carolina Maria de Jesus**. 2024. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

MATOS, Gláucia. A organização das mulheres negras diante de novos espaços e desafios. **Folha Feminista**, São Paulo, n. 25, jul. 2001. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/06/25.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2025.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Tradução de Carlos Alberto Silveira Neto Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOREIRA, Núbia Regina. **A organização das feministas negras no Brasil**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2018.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro um estudo do movimento de mulheres no Rio de Janeiro e São Paulo**. Tese (Mestrado em Sociologia) -. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

MOVIMENTO feminista negro no Brasil. Núbia Moreira. São Paulo: TV Cultura, 2016. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/programas/cafe filosofico/videos/7777_movimento-feminista-negro-no-brasil-nubia-moreira.html. Acesso em: 3 jun. 2024.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Rosânia do; COLLINS, Patrícia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. **Pós - Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Brasília, DF, v. 15, n. 1, p. 7, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/2317-0344.2020.e29460>.

NEGROS e indígenas são apenas 7,4% dos professores em pós-graduação. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 21 nov. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-11/negros-e-indigenas-sao-apenas-74-dos-professores-em-pos-graduacao>. Acesso em: 6 jul. 2026.

OLIVEIRA, Damião Bezerra; FORTUNATO, Izan Rodrigues de Souza; ABREU, Waldir Ferreira de. Aproximações entre Paulo Freire e Theodor Adorno em torno da educação emancipatória. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 48, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248239149>

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-36.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos; BORGES, Juliana Moreira. O peso do silêncio vai acabar nos engasgando: o uso de Escrivências como estratégia contra hegemônica para uma educação decolonial. **Temporalidades**, Belo Horizonte, MG, v. 15, n. 1, p. 150-170, 2023.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação**, Campinas, SP, v. 22, n. 2, p. 301-315, jul. 2017.

PEREIRA, Vanessa Souza. **Pesquisa documental**: utilização e abordagens metodológicas. 2012. Disponível em: <http://www.contornospesquisa.org/2012/04/pesquisa-documental-utilizacao>. Acesso em: 3 jun. 2024.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. As mulheres negras e a ciência no Brasil: “E eu, não sou uma cientista?” **ComCiência**, Campinas, SP, 8 fev. 2019. Artigo especial. Disponível em: <https://www.comciencia.br/as-mulheres-negras-e-ciencia-no-brasil-e-eu-nao-sou-uma-cientista/>. Acesso em: 9 fev. 2026.

PROJETO memória: Lélia Gonzalez – caminhos e reflexões antirracistas e antissexistas. Rio de Janeiro: Cultne, 2024. 1 vídeo (32 min). Disponível em: https://cultne.tv/temas/4/documentarios/video/557/projeto_memoria_lelia_gonzales_caminhos_e_reflexoes_antirracistas_e_antissexistas. Acesso em: 12 mar. 2026.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia M. **Lélia Gonzalez**: retratos do Brasil Negro. São Paulo: Summus: Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 446-457, 1995.

RIOS, Flavia; LIMA, Marcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RODRIGUES, Cristiano Santos. **As fronteiras entre raça e gênero na cena pública brasileira**: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2006.

RODRIGUES, Cristiano S.; PRADO, Marco Aurélio M. Movimento das mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado Brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 445-456, 2010.

RUFINO, Alzira. Os nós do feminismo, **Revista Eparrei**, Santos, ano 2, n. 4, p. 13, 2003.

SAFFIOTI, Heleth. Violência de gênero, lugar de práxis na construção da subjetividade. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 2, p. 59-79, 1997.

SANTOS, Ana Cristina Conceição: O II Encontro Nacional das Mulheres Negras pelo olhar das ativistas baianas. **Gênero**, Niterói, v. 17, n. 1. p. 7-25, 2. sem. 2016.

SILVA, Adalene Ferreira Figueiredo da (org.). **Gênero e direitos humanos**: perspectivas múltiplas. Porto Alegre: Editora Fi, 2022. Disponível em: <https://www.editorafi.org/430genero>. Acesso em: 20 maio 2025.

SILVA, Joselina. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. In: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes. **O movimento de mulheres negras**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2014. p. 13-40.

SILVA, Kenia; PINHO, Carolina Santos Barroso de. Pedagogia feminista negra como confronto ao epistemicídio: novos territórios de conhecimento. **InterAção**, Santa Maria, RS, v. 15, n. 3, p. e88424-e88424, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5902/2357797588424>

SILVA, Roberta Ribeiro da. **Mulheres negras, produção e interseccionalidade**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2019.

SILVA, Taynara. Lélia Gonzalez: **Rebeldias epistêmicas**. Chapecó, SC: Humana Editora, 2024.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

VEIGA, Ana Maria. Fraturando o *locus* - a influência de María Lugones no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 1, p. e85049, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18062022v30n185049><https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n185049>. Acesso em: 24 maio 2025.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Relações raciais, gênero e movimentos sociais**: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990). 2006. 165f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2006. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/ElizabethDoEspiritoSantoViana.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2026.

XAVIER, Giovana. Ciência de Mulheres Negras: um experimento de insubmissão. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 51-59, 2021. Número especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/hWkNRp7rp3BxNJJbyywKvXG/?lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2025.